ALEXANDRE GUEDES VIANA

O MODELO SUECO E O PLENO EMPREGO:
A crise da década de 1990.

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

PUC/SP

SÃO PAULO
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ALEXANDRE GUEDES VIANA

O MODELO SUECO E O PLENO EMPREGO:
A crise da década de 1990.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Economia Política, sob a orientação da Profª. Dra. Patrícia Helena F. Cunha.

SÃO PAULO
2007

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Patrícia Helena F. Cunha
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

_____

Prof. Dr. Carlos Eduardo F. Carvalho
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

_____

Profª. Dra. Élbia Aparecida Silva Melo
Universidade Federal de Santa Catarina

Para minha esposa Ana Paula.

AGRADECIMENTOS

À Prof.ª Dra. Patrícia Helena F. Cunha, por sua dedicação, companheirismo e paciência, ensinando-me passo a passo como construir um trabalho acadêmico.

Ao Prof. Lennart Erixon do Departamento de Economia da Stockholm University, pela atenção em explicar o modelo sueco e por ter gentilmente enviado uma cópia em inglês do relatório que descreve os fundamentos desse modelo.

À Ann-Louis Päivinen, Marianne Biljer e Widlund Gunilla do Departamento de Estatísticas do Statistiska centralbyrán – Statistics Sweden, pelo pronto atendimento no fornecimento dos dados macroeconômicos.

À Eva Bystedt, Zofia Teng, Gunnel Eriksson, Kjell Ahlberg do Landsorganisationen i Sverige (LO) - Confederação Sueca dos Sindicatos, pelo envio do primeiro relatório que apresentou o modelo sueco consolidado e pelos dados de filiação sindical.

À Ana Paula Santos, Elveton Trevelin, Luciana Magalhães, Marcelo Martins Gomes e Renata Del Nero, pelas sugestões e correções, o que se constituiu em uma ajuda fundamental para conclusão do trabalho.

Aos meus pais, Antônio e Ana, os quais fizeram o possível para que eu conseguisse concluir a faculdade. Destaco o papel da minha mãe que sempre acreditou nos meus sonhos e esteve presente nos momentos de maiores dificuldades.

À Deus por sua fidelidade e provisão, dando força nos momentos mais críticos e discernimento para a tomada de decisão.

Por último, agradeço a minha esposa Ana Paula pela compreensão e carinho. Ela teve a paciência de ouvir várias vezes os rascunhos dos textos, fazendo sugestões e motivando-me a melhorar cada vez mais.

RESUMO

Durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado sueco introduziu uma série de medidas que tinham como objetivo reduzir o desemprego, elevar o crescimento econômico e aumentar o bem-estar social. Porém, essas medidas esbarraram em desafios que surgiram após a II Guerra Mundial, destacando o dilema entre inflação e desemprego. Para resolver esse dilema, os economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner apresentaram em 1951 um modelo econômico que passou a ser reconhecido como a síntese do modelo sueco. Esse modelo mostra-se como uma alternativa singular para a gestão da política econômica, pois possui como objetivos atingir o pleno emprego e a estabilidade de preços simultaneamente, utilizando políticas de mercado de trabalho e uma política fiscal restritiva. Esses objetivos foram atingidos de meados da década de 1950 até o início da década de 1990, momento em que a Suécia enfrentou uma forte crise econômica. Um dos reflexos dessa crise foi a expressiva elevação dos índices de desemprego, o que levantou questionamentos sobre a validade do modelo. Desse modo, o propósito deste trabalho é apresentar o modelo sueco e a questão do pleno emprego, além de analisar a elevação do desemprego após a crise da década de 1990. Para atingir este objetivo são discutidos os aspectos teóricos do modelo sueco, as políticas macroeconômicas adotadas pela Suécia após a II Guerra Mundial e as hipóteses para a elevação das taxas de desemprego. Analisar essas hipóteses se mostra relevante, uma vez que o modelo sueco foi eficaz em manter o pleno emprego por praticamente quatro décadas.

Palavras-chave: Modelo sueco, pleno emprego, estabilidade de preços, política fiscal.

ABSTRACT

During the 1930s and 1940s, the Swedish State introduced a set of measures that had as goals reducing the unemployment, raising the economic growth and increasing the welfare. However, this set of measures was blocked by challenges that appeared after the World War II, specially the conflict between inflation and unemployment. To solve this conflict, the economists Gösta Rehn and Rudolf Meidner presented in 1951 an economic model that has been recognized as the synthesis of the Swedish model. This model reveals as an alternative for the economic policy management, therefore it has as objective to reach the full employment and the price stability simultaneously, using labour market policies and a restrictive fiscal policy. These objectives had been reached from the middle of 1950s until the beginning of 1990s, period when Sweden faced a hard economic crisis. One of the crisis' consequences was the sharply unemployment rising rates, which raised questions about the validity of the model. Thus, the aim of this paper is to introduce the Swedish model and the full employment issue, analyzing the unemployment rising rates after the 1990s' crisis. To reach this aim the theoretical aspects of the Swedish model are discussed, as well as the macroeconomic policies adopted by Sweden after the World War II and the reasons for the unemployment rising rates. This is a worthy issue because the Swedish model was efficient in maintain the full employment for almost four decades.

Keywords: Swedish model, full employment, price stability, fiscal policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção Industrial 1914 – 2004: variação percentual em relação ao ano anterior.....20
Figura 2 – Renda *per capita* sueca em dólares americanos do ano de 2005, 1870-2005.....25
Figura 3 – Número de afiliados ao PSD e a LO em milhares, 1900-1990. 39
Figura 4 – Medidas e objetivos do modelo R-M.....43
Figura 5 – Os diferentes tipos de políticas de mercado de trabalho interligadas..46
Figura 6 – Salários solidários, margens de lucro e percentual de empresas.....49
Figura 7 – Produtividade por hora trabalhada, 1970-1990.....60
Figura 8 – Crescimento anual do PIB, 1951-1990. 61
Figura 9 – Inflação e desemprego, 1963-1990. 62
Figura 10 – Déficit público em porcentagem do PIB, 1970-2005. 63
Figura 11 – Índice de inflação ao consumidor, 1981-2008. 73
Figura 12 – Exportações em percentual do PIB, 1960 – 2005.....76
Figura 13 – Taxa Efetiva de Câmbio, 1975 – 1996.....77
Figura 14 – Taxa de desemprego e média móvel em porcentagem, 1963-2004. ...81
Figura 15 – Estimativas da taxa de desemprego estrutural em porcentagem, 1980-1999.....83
Figura 16 – Termos de Troca (Índice de preços das exportações sobre o das Importações), 1980 - 2005.....92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento médio anual do PIB por homem-hora: variação percentual em 16 países da OCDE no período 1870-1970.....22
Tabela 2 – Média harmônica do crescimento do PIB.....23
Tabela 3 – Renda per capita na OCDE em percentual da renda média da OCDE e ajustada por PPP.....24
Tabela 4 – Distribuição de renda sueca – Coeficiente de Gini, 1975 - 2004.....27
Tabela 5 – Dados sócio-econômicos da Suécia, 2000-2005.....31
Tabela 6 – Variações percentuais na dispersão salarial (CV^2),*blue-collar workers*..57
Tabela 7 – Dispersão salarial na Suécia, 1959-1979.....58
Tabela 8 – Crescimento da Produtividade na Suécia, 1870-1970.....59
Tabela 9 – Transferência de Renda e Resultado fiscal em porcentagem do PIB, anos selecionados.....74
Tabela 10 – Emprego Público e Privado (milhares de pessoas), 1965-2003.....78
Tabela 11 – Carga Tributária Sueca em Perspectiva Internacional 86
Tabela 12 – Crescimento do PIB Sueco em Perspectiva Internacional 87

LISTA DE ABREVIATURAS

ECU	European Currency Unit
EUA	Estados Unidos da América
EU-15	Europa 15
IGM	I Guerra Mundial
IIGM	II Guerra Mundial
LO	*Landsorganisationen i Sverige* – Confederação Sueca dos Sindicatos
Modelo R-M	Modelo Rehn-Meidner
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PSD	Partido Social Democrata
SAF	*Svenska arbetsgivareföreningen* - Federação Sueca dos Empregadores
SEK	*Svensk krona* – coroa sueca

SUMÁRIO

Introdução.....11

1. Características Sócio-Econômicas da Suécia. 14

1.1. Introdução.....14

1.2. Fatores importantes para a industrialização 15

1.3. O processo de industrialização sueco 17

1.4. Crescimento Econômico.....21

1.5. Distribuição de renda igualitária.....25

1.6. O welfare state sueco 27

1.7. A Suécia após a década de 1990 30

2. O modelo sueco 33

2.1. Definições da literatura sobre o modelo sueco 33

2.2. O modelo Rehn – Meidner.....37

2.3. Aplicação e resultados do modelo Rehn – Meidner.....54

3. O pleno emprego e o modelo sueco.....65

3.1. O conceito de pleno emprego adotado para o modelo sueco.....65

3.2. Os regimes de política macroeconômica da Suécia após a IIGM.....67

3.3. A meta do pleno emprego durante os regimes macroeconômicos pós-IIGM .75

4. A elevação das taxas de desemprego na década de 1990 80

4.1. A elevação das taxas de desemprego.....80

4.2. As hipóteses para a elevação das taxas de desemprego.....84

4.3. Ponderações sobre as hipóteses para a elevação do desemprego 98

4.4. Considerações sobre o modelo R-M após a crise da década de 1990.....100

5. Considerações Finais 103

Referências Bibliográficas 108

Introdução

O modelo sueco se consolidou na década de 1950, caracterizando-se como uma combinação de políticas econômicas e sociais promovidas pelo Estado, as quais já estavam sendo introduzidas desde meados da década d

de inflação expressivamente menores, mas o desemprego havia subido sensivelmente.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é examinar o modelo sueco e a questão do pleno emprego, além de apresentar as hipóteses que ajudam a explicar a elevação do desemprego na Suécia no início da década de 1990. Para atingir este propósito, o trabalho está dividido em quatro capítulos.

No capítulo 1 são descritas as características sócio-econômicas da Suécia. São apresentados os principais fatores que incentivaram o processo de industrialização, bem como a importância deste processo para o crescimento econômico do país. Adicionalmente é abordada, de forma sucinta, a questão da distribuição de renda igualitária e o *welfare state* universal, características geralmente destacadas quando se estuda o país.

O modelo sueco é descrito no capítulo 2, destacando os seus principais mecanismos, as suas metas e objetivos, além de se verificar quais os resultados obtidos. Ressalta-se como elemento importante do modelo sueco a questão das racionalizações produtivas, ou seja, a busca pelo crescimento da produtividade como instrumento para se atingir o pleno emprego com estabilidade de preços. O trabalho reconhece o modelo R-M, elaborado pelos economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner, como sinônimo do modelo sueco.

A relação entre o modelo sueco e o pleno emprego é apresentada no capítulo 3. Primeiramente são introduzidas as premissas para justificar o conceito de pleno emprego utilizado no estudo do modelo. Após a introdução deste conceito são apresentados os regimes macroeconômicos adotados pelo país depois da II Guerra Mundial, e como a política econômica foi conduzida no intuito de se atingir o objetivo do pleno emprego.

No capítulo 4 são discutidas quatro hipóteses que ajudam a explicar os motivos para a elevação das taxas de desemprego no início da década de 1990. Discutir essas hipóteses se mostra relevante, pois o modelo sueco foi eficaz em atingir o objetivo

do pleno emprego por praticamente quatro décadas (1950-1990), e após a crise as taxas de desemprego passaram a se situar em patamares mais elevados.

O modelo sueco e a questão do pleno emprego não podem ser analisados de modo segregado, pois um dos principais objetivos dos autores do modelo era atingir o pleno emprego, sem desconsiderar aspectos macroeconômicos importantes como à inflação e a sustentabilidade fiscal do Estado. Desse modo, o trabalho se encerra com as considerações finais sobre a importância do modelo sueco para o país e a relevância da meta do pleno emprego.

1. Características Sócio-Econômicas da Suécia.

1.1. Introdução

O objetivo deste trabalho é examinar o modelo sueco e a questão do pleno emprego, além de apresentar as hipóteses que auxiliam a explicar a elevação do desemprego na Suécia no início da década de 1990. Contudo, antes de se realizar uma análise mais aprofundada sobre as características do modelo sueco e uma das suas principais metas, o pleno emprego, se faz necessário entender as características sócio-econômicas da Suécia.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é descrever algumas das características sócio-econômicas do país, apresentando sucintamente os aspectos mais relevantes da economia sueca ao longo do século XX. A importância de tal descrição é verificar o momento de constituição do modelo sueco e os objetivos estabelecidos, uma vez que a análise sobre um modelo econômico necessita considerar o contexto histórico (CHICK, 2004, p.11).

A Suécia era um país pobre e agrário até o final do século XIX, entretanto ao longo do século XX apresentou um rápido desenvolvimento sócio-econômico, o qual foi de certo modo alimentado pela consolidação industrial do país por meio de grandes empresas, especialmente ligadas à engenharia metal – mecânica. O expressivo desempenho sócio-econômico da Suécia ao longo do século XX chama a atenção dos economistas, pois mescla uma economia capitalista e aberta ao comércio exterior com uma política social ativa caracterizada por um amplo *welfare state* universal (WHYMAN, 2003, p. 21).

Assim, este capítulo analisará as características sócio-econômicas da Suécia, destacando aspectos como o processo de industrialização, crescimento econômico e distribuição de renda.

1.2. Fatores importantes para a industrialização

A análise se inicia pela descrição dos fatores que foram importantes para o processo de industrialização no país. Identificam-se ao menos cinco fatores que influenciaram ou facilitaram esse processo de industrialização ocorrido basicamente no final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX.

Um primeiro fator que se pode apontar como importante para o processo de industrialização foi o elevado nível educacional sueco. Até meados do século XIX a Suécia era um país pobre e agrário (SÖDERSTEN, 1990), mas que possuía um elevado nível educacional (ANDERSSON; GUNNARSSON, 2004, p.30), obtido devido à ação do Estado. O foco de ação dessa política educacional foi a alfabetização de toda a população durante o século XIX, além do estabelecimento de parcerias com as escolas de engenharia.

Nas escolas de engenharias surgiu grande parte dos pesquisadores e inventores suecos, entre eles De Laval, Nobel, C.E. Johansson, Wenström e Dalen, os quais vieram a fundar grande parte das importantes indústrias suecas (SÖDERSTEN, 1990, p. 38 – 39). Essas indústrias ocuparam lugar de destaque no processo de desenvolvimento sócio-econômico do país.

O segundo fator destacado por alguns autores que favoreceu o processo de industrialização foi às alterações na legislação durante a década de 1860. Permitiu-se que a população estabelecesse empresas e houve a liberalização do comércio internacional (HÖGFELDT, 2004, p.09). Para a Suécia, um pequeno país[1] do norte da Europa, a liberdade comercial se torna um aspecto importante para atividade econômica, tanto para a obtenção de matérias-primas como para a exportação da produção e obtenção de divisas, uma vez que o mercado interno não seria amplo o suficiente para absorção da produção. Ainda no campo das reformas legislativas, no

[1] A Suécia possui um território de 449.964 Km^2 e uma população estimada, para 2006, de 9,1 milhões de habitantes. A Suécia pode ser considerado um pequeno país em comparação com os demais países da Europa não por causa da extensão do seu território, mas sim em razão do tamanho da sua população, fator que influencia no tamanho do mercado interno. Analisando o final do século XIX, em 1890 a população da Suécia era de apenas 4,8 milhões de habitantes, sensivelmente inferior a população da Inglaterra de 27,2 milhões (1891) e com território de 130.395 Km^2, da Alemanha de 49,4 milhões e território de 357,050 Km^2, da Itália com 30,9 milhões e território de 301.318 Km^2, e da França com 38,4 milhões e território de 674.843 Km^2.

ano de 1865 ocorreu a reforma do *Riksdag*[2], o qual passou a governar o país (ROJAS, 2005, p. 16), permitindo assim um maior dinamismo na gestão da política sócio-econômica.

O terceiro fator que se pode apontar como importante para o processo de industrialização foi o investimento em infra-estrutura. Para viabilizar estes investimentos, o Estado sueco, por meio do governo central e das províncias, captou recursos no mercado internacional (especialmente na França e na Alemanha). Esses recursos financiaram amplos investimentos em infra-estrutura, com destaque para as ferrovias, portos e construção civil (HÖGFELDT, 2004, p. 09), além da constituição de um sistema de telecomunicações que incluía o estabelecimento dos correios e dos telégrafos (SÖDERSTEN, 1990, p. 35).

Uma evidência da atenção dedicada ao sistema de infra-estrutura é o número de trabalhadores alocados na construção de estradas de ferro na década de 1870. Segundo Södersten (1990, p.35) esta indústria empregou ao redor de 16.000 trabalhadores em um país com força de trabalho industrial da ordem de 100.000 trabalhadores.

O quarto fator importante para a industrialização foi à expansão agrícola, a qual gerou renda e sustentou um certo nível de demanda interna para os produtos das indústrias nascentes (ROJAS, 2005, p.16). A exportação de produtos agrícolas durante o século XIX consistia sobretudo em grãos para a Inglaterra e matérias-primas para o resto da Europa.

Por último, identifica-se como fator relevante para o processo de industrialização a desregulamentação das taxas de juros na década de 1870 que veio a incentivar a atividade financeira (HÖGFELDT, 2004, p.10). O desenvolvimento da atividade bancária também foi importante para o processo de industrialização ao longo da

[2] *Riksdag* ou *Sveriges Riksdag* é o nome do parlamento sueco, cuja as raízes remontam a reunião realizada pelo nobreza sueca na cidade de Arboga no ano de 1435. A organização sistemática do *Riksdag* se deu em 1527 no governo de Gustavus I Vasa, o primeiro grande rei sueco, o qual incluiu neste parlamento representantes dos quatro grandes grupos sociais: nobreza, clero, burguesia e camponeses. A grande reforma do *Riksdag* se deu em 1865, quando ele se constituiu em uma assembléia política com duas câmaras que passou a governar o país. Em 1970 o *Riksdag* passou por uma nova reforma, passando a ter apenas uma única câmara com 350 cadeiras, número reduzido em 1976 para 349 cadeiras com o intuito de se evitar empates. A palavra *Riksdag* é derivada da palavra alemã *Reichstag*, e uma tradução aproximada seria “Era do Reinado”.

primeira metade do século XX, uma vez que esse processo ocorreu em torno de grandes empresas. Essas grandes empresas passaram a ser controladas por poucos grupos controladores ligados a grandes bancos de investimento, destacando a holding *Investor* fundada pela família *Wallenberg*[3] e controlada pelo *Stockholms Enskilda Bank* (conhecido como SEB), e a holding *Industrivärden*, fundada e gerenciada pelo *Svenska Handelsbanken* (SHB) (HÖGFELDT, 2004, p. 12).

Esses cinco fatores foram importantes para o processo de industrialização ocorrido na Suécia, destacando que a industrialização foi um componente chave para o desenvolvimento sócio-econômico experimentado pelo país ao longo do século XX.

1.3. O processo de industrialização sueco

Ao se analisar o processo de industrialização sueco verifica-se que o mesmo foi relativamente rápido[4] embora tardio[5]. Esse processo de industrialização foi consolidado em duas ondas de inovações tecnológicas. A primeira onda ocorreu entre o final do século XIX e a I Guerra Mundial (IGM), e a segunda entre o final da IGM e o início da II Guerra Mundial (IIGM) (ERIXON, 1997, p. 09 – 13; HÖGFELDT, 2004, p. 09).

Entre o final do séc. XIX e início do séc. XX foram fundadas boa parte das grandes corporações suecas (SÖDERSTEN, 1990, p.36), ou seja, durante a primeira onda de inovações. Destacaram-se nesse período as empresas Atlas Copco, Ericsson, Alfa-Laval, ASEA, AGA e SKF.[6]

---

[3] A família *Wallenberg* é uma das mais poderosas dinastias européias, possuindo o controle de várias grandes empresas as quais representavam em 2000 ao redor de 40% do valor de mercado das ações negociadas na Bolsa de Valores de Estocolmo. Por meio da holding *Investor*, a família estabeleceu uma teia com relações cruzadas de propriedade de várias empresas. A *Investor* é a principal acionista do grupo farmacêutico anglo-sueco AstraZeneca, da companhia de telecomunicações Ericsson, do grupo de tecnologia médica Gambro, do grupo de engenharia suíço-sueco Asea Brown Boveri (ABB), da empresa de equipamentos Atlas Copco e da fabricante de caminhões Scania.

[4] Deve-se destacar que o processo de industrialização sueco não foi um evento isolado, pois após 1850 o processo de industrialização se espalhou pelo mundo. Como exemplos temos a Alemanha, na qual o processo se iniciou após a unificação promovida por Bismarck, à Itália que também passou por um processo de unificação política, a Rússia, e o Japão o qual no final do século XIX superou o feudalismo e instituiu a propriedade privada.

[5] Ao compararmos a industrialização sueca, que ocorreu a partir da segunda metade do séc. XIX, com a inglesa, ocorrida no século XVIII, temos o entendimento que a Suécia se industrializou de forma tardia.

[6] Para uma análise mais detalhada sobre a história da formação das grandes empresas suecas ver Erixon (1997) e Högfeldt (2004).

Durante a primeira onda de inovações, a economia sueca apresentou um desempenho consistente, pois entre 1900 – 1910 o crescimento médio do país foi ao redor de 3% (SÖDERSTEN, 1990, p.33), processo no qual destaca-se às exportações, que já incluíam alguns produtos industrializados.

A economia sueca também apresentou um bom desempenho no período entre 1910 – 1916 (o que inclui a primeira metade da IGM, 1914 – 1916), no qual as exportações continuaram a desempenhar um papel importante, tanto que em 1916 a Suécia obteve um superávit comercial de 1 bilhão de SEK[7], um montante expressivo para época. Porém durante a segunda metade da IGM (1917 – 1918) o comércio internacional passou a sofrer dificuldades, pois tanto as importações quanto às exportações caíram. Esta queda do comércio internacional prejudicou a economia como um todo, dificultando a atividade industrial que não conseguia importar matérias-primas. Estimativas apontam que em 1918 o nível da produção industrial estava 25% inferior ao registrado em 1913 (SÖDERSTEN, 1990, p.43).

Apesar das dificuldades da segunda metade da IGM, a Suécia saiu economicamente fortalecida após o término do conflito. No início da IGM o Banco Central sueco, o *Riksbank*[8] , terminou com a livre conversibilidade da coroa sueca em ouro, e houve uma grande entrada de recursos ao invés de uma grande saída, o que gerou grandes saldos na conta corrente. Assim, a dívida acumulada durante o final do séc. XIX para incentivar a industrialização pode ser paga a preços atualizados em moedas depreciadas pela guerra, ou seja, a dívida real da Suécia foi sensivelmente reduzida. Portanto, as finanças do país foram beneficiadas pela postura de neutralidade assumida na IGM e pela inflação dos demais países (SÖDERSTEN, 1990, p.43).

---

[7] SEK (*Svensk krona*) é a abreviação utilizada para a coroa sueca, moeda da Suécia. A coroa sueca foi introduzida no país em 1873 e inicialmente obedecia ao padrão ouro na proporção de 0,403 gramas por 1 SEK. A introdução da coroa sueca substituiu a antiga moeda *riksdaler*, a qual estava atrelada a um padrão prata, e teve por intuito facilitar as transações comerciais da Suécia, e está alteração fez parte de um programa maior de cooperação entre os países escandinavos denominado "União Monetária Escandinava". Faziam parte desta união a Suécia, a Noruega (neste momento sob administração do Estado sueco) e a Dinamarca. A união durou até a IGM, e após isto cada país seguiu com a sua própria moeda.

[8] *Riksbank* é a denominação do Banco Central da Suécia, o qual foi fundado em 1668. Ele foi estabelecido como resultado de uma crise no *Stockholm Banco*, o qual veio a falir e neste episódio milhares de suas notas estavam em circulação, o que demandou na época, uma intervenção do Estado sueco e a consolidação de um Banco Central para se evitar uma forte crise no país. Ao ser criado, o *Riksbank* recebeu a atribuição de gerenciar as notas e o dinheiro que estava em circulação, mas apenas em 1904 passou a ter o monopólio sobre a emissão da moeda.

Após a IGM ocorreu à segunda onda de inovações, com destaque para as empresas Electrolux, Scania e Volvo. Na década de 1920, no meio da segunda onda de inovações, a Suécia com a economia orientada para as exportações, manteve um crescimento econômico robusto, ao redor de 3% a.a. Nesta década a balança de transações correntes foi superavitária e o país passou de importador para exportador de capital. Esse processo de fortalecimento da economia sueca após a IGM foi importante para o país enfrentar a depressão de 1929.

A Grande Depressão atingiu a Suécia de um modo relativamente brando em relação aos demais países, especialmente em comparação aos Estados Unidos. Entretanto

1945, uma vez que a estrutura industrial do país permaneceu intacta (SÖDERSTEN, 1990, p.47).

Para Rojas (2005), a IIGM foi importante para a consolidação da indústria e da economia sueca, pois o aparato industrial ficou intacto e com o término da guerra a Suécia teve condições de atender a demanda por produtos industrializados dos países atingidos pela guerra.

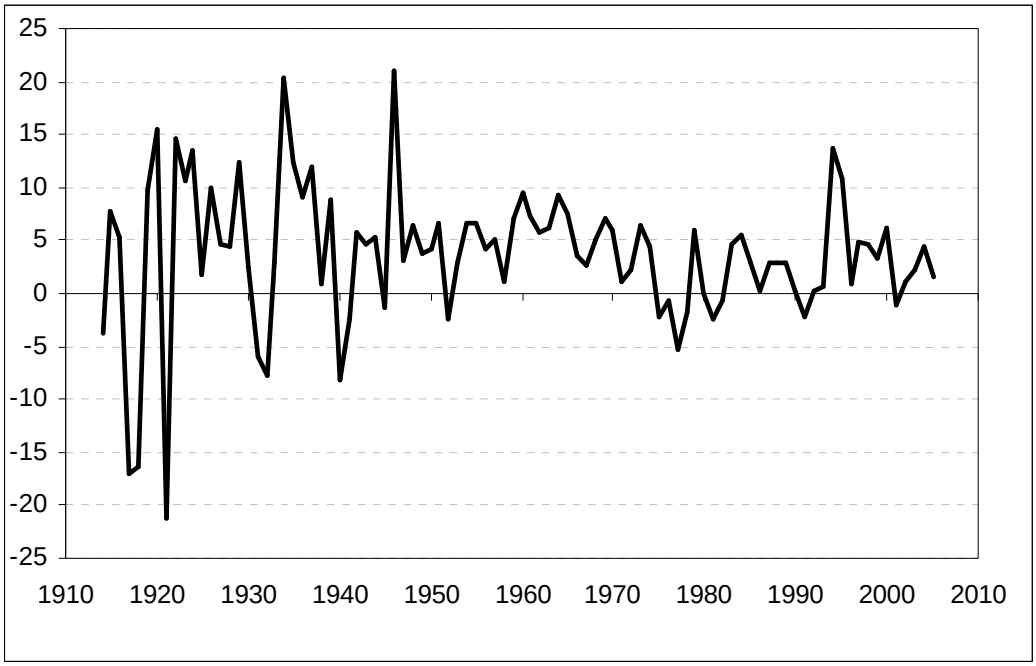


Figura 1 – Produção Industrial 1914 – 2004: variação percentual em relação ao ano anterior.

Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2006.

A atividade industrial sueca registrou entre 1914 e 1945 um crescimento médio de 3,6% ao ano (a.a.). Esse resultado se mostra expressivo ao se considerar que durante o período ocorreram duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão. Observa-se na Figura 1, que a atividade industrial apresentou resultados negativos no final da IGM (1917 e 1918), no início da década de 1920, no ápice da Grande Depressão (1931 e 1932) e no início da IIGM (1940), porém sempre apresentou expressiva recuperação no ano seguinte.

Desse modo, observa-se que ao final da IIGM, em 1945, a Suécia já se apresentava como uma economia industrial consolidada, fato que refletiu no nível de renda:

> Após a II Guerra Mundial, a Suécia se levantou ao longe como o país mais rico da Europa. O seu PIB *per capita* era mais do que o dobro da média européia em 1950, e 25% maior do que o da Suíça, o segundo país Europeu (Söderström apud ROJAS, p. 34, 2005).

Assim, o rápido desenvolvimento industrial foi um ingrediente importante para que o país experimentasse um dos mais rápidos crescimentos econômicos do mundo. Esse fato se mostra relevante para visualização do contexto sócio-econômico em que se construiu o modelo sueco, o qual se beneficiou desse rápido processo de industrialização (WHYMAN, 2003, p. 22).

1.4. Crescimento Econômico

Do início do processo de industrialização, na década de 1870, até 1950, a Suécia

a liberdade para novos empreendimentos, regras estáveis, amplos investimentos em infra-estrutura, investimento em capital-humano (praticamente toda população foi alfabetizada durante o século XIX) e estabilidade social (LINDBECK, 1997, p. 1283).

Tabela 1 – Crescimento médio anual do PIB por homem-hora: variação percentual em 16 países da OCDE no período 1870-1970.

País	1870-1970	1870-1950	1870-1913	1913-1950	1950-1970

crescimento da economia sueca após a década de 1970 também foi inferior ao dos EUA e do EU-15[9], como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Média harmônica do crescimento do PIB.

Período	Suécia	EU-15	EUA
1961 - 1980	2,47%	3,73%	3,53%
1981 - 2000	1,54%	2,02%	3,16%

Fontes: STATISTICS SWEDEN, 2006; CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2004, p.08

Em 1970 a Suécia estava na quarta posição no *ranking* de renda *per capita* da OCDE, e em 1990 ocupava a nona posição. Esta queda de cinco posições neste período reflete a redução de ritmo de crescimento do PIB em relação aos EUA e ao EU-15, como demonstra os dados na Tabela 3.

A posição sueca no *ranking* de renda *per capita* da OCDE piorou com a crise do início da década de 1990, assim o país perdeu mais posições, destacando que os dados de 2003 colocavam a Suécia na décima quarta posição. Contudo, apesar da perda relativa da importância da Suécia no *ranking* de renda *per capita* em relação aos países da OCDE, o país ainda registra uma elevada renda *per capita*. Em 2005, a Suécia apresentava uma renda *per capita* nominal de US$ 39.694, que ajustada pelo PPP[10] equivale a US$ 29.926 (IMF, 2006).

Analisando o crescimento da renda *per capita* nominal em dólares americanos no século 1870 – 1970, observa-se que a taxa foi de aproximadamente 2,35% a.a., refletindo a afirmação sobre o crescimento consistente da economia, permitindo que a Suécia se transformasse em uma nação industrial e rica.

[9] EU-15 é o grupo de países que compunham a União Européia antes de sua expansão ocorrida em 1º de maio de 2004, sendo eles: Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

[10] PPP é a abreviação de *Purchasing Power Parity*. Este é um método utilizado em economia para equalizar o poder de compra de duas moedas, tomando como base a lei de que em um mercado eficiente os produtos devem ter apenas um único preço. Quando se utiliza este conceito para comparações da renda *per capita* de diferentes países significa retirar o efeito de uma simples conversão para dólares americanos e apurar o real poder de compra de uma determinada cesta de produto no país em análise em relação ao que se conseguiria comprar nos Estados Unidos.

Tabela 3 – Renda *per capita* na OCDE em percentual da renda média da OCDE e ajustada por PPP.

1970			1990			2003		
Rk	**País**	**Índice**	**Rk**	**País**	**Índice**	**Rk**	**País**	**Índice**
1	Suiça	154	1	Luxemburgo	143	1	Luxemburgo	172
2	EUA	148	2	EUA	137	2	EUA	120
3	Luxemburgo	131	3	Suiça	133	3	Noruega	118
4	Suécia	115	4	Canadá	114	4	Irlanda	106
5	Canadá	108	5	Japão	110	5	Suiça	104
6	Dinamarca	106	6	Noruega	109	6	Dinamarca	98
7	França	106	7	França	108	7	Austria	98
8	Austrália	104	8	Islândia	108	8	Canadá	97
9	Holanda	104	9	Suécia	106	9	Holanda	97
10	Nova Zelândia	101	10	Austria	104	10	Austrália	96
11	Reino Unido	98	11	Dinamarca	103	11	Reino Unido	95
12	Bélgica	95	12	Bélgica	102	12	Islândia	95
13	Alemanha	95	13	Itália	102	13	Bélgica	94
14	Austria	91	14	Finlândia	101	14	Suécia	92
15	Itália	89	15	Alemanha	100	15	Finlândia	91
16	Noruega	89	16	Holanda	100	16	Japão	91
17	Finlândia	86	17	Austrália	100	17	França	89
18	Japão	85	18	Reino Unido	99	18	Alemanha	86
19	Islândia	83	19	Nova Zelândia	84	19	Itália	85
20	Espanha	67	20	Espanha	74	20	Espanha	78

Fontes: CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p.12; OECD, 1996 apud LINDBECK, 1997, p.1285

Entre 1951 -1970 a renda *per capita* sueca cresceu a uma expressiva taxa de 3,30% a.a., destacando que este período é considerado o auge do modelo sueco. No período 1971 – 2005 o crescimento da renda *per capita* foi de 1,74% a.a., ou seja, aproximadamente 53% do registrado no período 1951 - 1970. Essa redução do crescimento da renda *per capita* é um reflexo direto do arrefecimento do crescimento econômico mencionado anteriormente.

Um outro aspecto relevante é que a renda *per capita* cresceu inclusive na década de 1990, na qual a economia sueca enfrentou uma severa recessão entre 1991 – 1993. Nesta década o crescimento foi de 1,56% a.a., uma taxa inferior à média histórica sueca, mas relevante para um país que já possuía uma renda elevada.

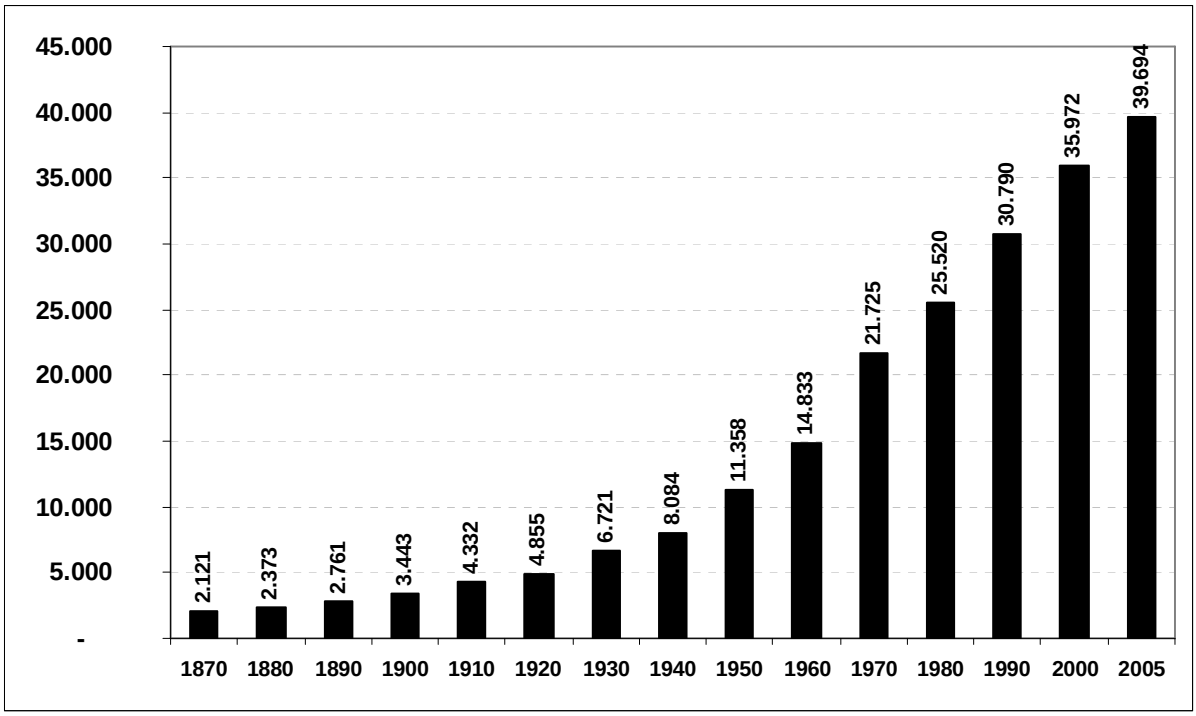


Figura 2 – Renda *per capita* sueca em dólares americanos do ano de 2005, 1870-2005.

Fontes: EDVINSSON, 2005; STATISTICS SWEDEN, 2006 e cálculos do autor.

Observa-se que esse crescimento econômico também se refletiu em desenvolvimento econômico, dada que uma das características mais destacadas da Suécia é a distribuição de renda igualitária.

1.5. Distribuição de renda igualitária

Uma característica da sociedade sueca da era pré-industrial é a distribuição de renda igualitária e a ausência de uma classe social dominante expressiva[11]:

Andersson e Gunnarsson (2004) também corroboram com a opinião de Rojas e destacam que o país apresentava durante os séculos XVII e XVIII uma consistente unidade social. Essa característica foi intensificada durante e a após o processo de industrialização, fato relatado por Bjorklund e Freeman (1994, p.39), os quais afirmam que a Suécia conseguiu gerar uma sociedade igualitária e eliminar a pobreza, atribuindo este feito ao conjunto "sistema de transferências – alto nível de emprego – política salarial". Svanlund (2003) concorda com a opinião que a Suécia desenvolveu ao longo do século XX uma sociedade igualitária, utilizando as políticas de mercado de trabalho como uma das ferramentas para isto.

Existe uma carência de dados relacionados à distribuição de renda para o período anterior a 1970, dificultando uma constatação empírica dessas afirmações na era pré-industrial e ao longo do processo de industrialização no século XX. Contudo, após a década de 1970 estão disponíveis dados relativos à distribuição de renda, destacando o coeficiente de Gini[12].

A Suécia apresenta uma distribuição de renda igualitária conforme apontam os dados da Tabela 4, todavia devem-se destacar dois fatos: (i) houve um processo de concentração de renda nos últimos anos; e (ii) a importância dos programas de transferência de renda.

O coeficiente de Gini para o ano de 1975 era 0,217 e para o ano de 2004 era de 0,281, ou seja, num período de vinte e nove anos houve um aumento de 29% na concentração de renda segundo este coeficiente. Observa-se que a maior variação ocorreu durante a década de 1990, com o coeficiente atingindo 0,313, ressaltando que nesta década a Suécia enfrentou a mais severa crise econômica desde a Grande Depressão. Uma hipótese para esse processo de concentração de renda são as políticas liberais adotadas pelo país após a crise do início da década de 1990, porém são necessários estudos mais aprofundados sobre este tema.

[12] O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" (variabilidade e mutabilidade), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, com 0 correspondendo à completa igualdade de renda (com todos possuindo a mesma renda) e 1 correspondendo à completa desigualdade (com uma pessoa possuindo toda a renda).

Tabela 4 – Distribuição de renda sueca – Coeficiente de Gini, 1975 - 2004.

	Renda Disponível			Renda Recebida		
Year	**Gini-coeficiente**	**top 10 %**	**Top 1 %**	**Gini-coeficiente**	**top 10 %**	**Top 1 %**
1975	0.217	18.3	2.8	0.417	25.9	4.7
1980	0.201	17.5	2.6	0.423	25.4	4.3
1985	0.211	18.5	3.3	0.440	26.7	5.1
1990	0.220	18.8	3.5	0.452	27.8	6.2
1990-revisada	0.237	20.2	4.7	0.457	28.8	7.2
1995	0.244	20.4	4.0	0.511	30.7	6.4
2000	0.313	26.6	8.8	0.543	36.5	12.4
2004	0.281	23.3	5.9	0.520	33.0	8.6

Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2006.
Nota: Renda disponível representa a renda efetiva após os programas de transferência de renda do governo e Renda recebida é o valor auferido por meio da atividade produtiva, como salários, por exemplo.

Outro aspecto relevante que os dados também apontam é a importância dos programas de transferência de renda do Estado sueco para a distribuição de renda como um todo. Observa-se que, no ano de 2004, ao se considerar apenas a renda recebida, o coeficiente de Gini é de 0,520, ou seja, 0,239 superior ao coeficiente de Gini efetivo, o qual considera os programas de transferência de renda.

Esses dados corroboram com os aspectos destacados por Rojas (2005), que a sociedade sueca defende a atuação do Estado na construção de um país com distribuição de renda igualitária e serviços sociais disponíveis para todos, o que é conhecido popularmente como *folkhemmet*[13]. Ao longo do século XX foi constituído o *welfare state* sueco, o qual é a materialização das propostas de um país com distribuição de renda igualitária e serviços sociais universais.

1.6. O *welfare state* sueco

Rojas (1991, 2005) defende que o *welfare state* sueco, ou o popularmente conhecido *folkhemmet*, sofreu grande influência histórica e se consolidou com a ascensão do PSD ao poder em 1932. Porém, a implementação efetiva do *welfare*

[13] *Folkhemmet* é a expressão sueca utilizado popularmente para descrever o modelo econômico sueco. É uma palavra composta pela combinação literal das palavras folk (pessoas) e hem (lar), também conhecido nos textos acadêmicos em inglês como *People's Home*. Rojas resume o *folkhemmet* como a "tentativa de criar um todo envolvente *Welfare State*, que substituiu a segurança de um Estado tutor para os velhos e tradicionais laços de família e comunidade" (Rojas, 2005, p.04).

state iniciou-se no século XIX, quando o Estado passou a cobrar contribuições voluntárias para o sistema de saúde em 1891, e se fortaleceu em 1901 com a introdução de um sistema de seguro compulsório para o setor industrial em caso de acidentes de trabalho (SWEDISH INTITUTE, 2004, p.01).

Em 1913 o parlamento sueco introduziu um sistema geral de pensões, o qual foi um dos primeiros sistemas públicos universal de seguridade social. Passaram a receber este benefício às pessoas que não pudessem trabalhar por motivos de saúde ou que atingissem 67 anos de idade (EDEBALK, 2000, p. 538 – 539).

Em continuidade as políticas de *welfare state*, o parlamento aprovou em 1916 o seguro compulsório universal para acidentes de trabalho (EDEBALK, 2000, p. 543). Este seguro passou a cobrir dois terços da renda principal do trabalhador e foi uma evolução ao seguro para acidentes de trabalho aprovado em 1901.

Durante a década de 1920 não foram introduzidas políticas relevantes de *welfare*, e a justificativa era de que as finanças do Estado e a economia não estavam em condições de expandir as coberturas sociais. Neste período, uma das reinvidações dos sindicatos suecos era um seguro geral contra doenças *(general sickness insurance)*, o qual havia sido recomendado em 1919 pela Comissão de Seguro Social *(Socialförsäkringskommittén)*. A proposta foi parcialmente atendida em 1931, com a introdução do auxílio doença.

Como mencionado, o PSD chegou ao poder em 1932, tendo como principal bandeira política à consolidação dos serviços do *welfare state*. Per Albin Hansson e Ernst Wigforss, primeiro-ministro e ministro das finanças, respectivamente, defendiam fortemente o *welfare state* e políticas sociais ativas. O famoso pronunciamento de Per Albin Hansson em 1928 explicita isto:

> Nós estamos avançando, não para estabelecer uma ditadura da classe trabalhadora, não para substituir uma velha opressão por uma nova. Nós estamos avançando com o propósito de firmar as fundações da democracia, com o apoio da maioria da população, para elevar ao status de igualdade as classes sociais que até aqui têm sido colocadas atrás, com o propósito de abolir as classes, e com o propósito de fazer a Suécia um bom lar para todos os suecos (Isaksson apud ROJAS, 2005, p. 24).

Hansson e Wigforss eram simpatizantes das idéias Marxistas, contudo não acreditavam que o capitalismo seria suplantado pelo socialismo. Wigforss, especificamente, defendia que o Estado deveria compensar os desequilíbrios provocados pelo capitalismo, e neste sentido, influenciou para que o Estado sueco ampliasse os serviços sociais prestados a população, e ao sair do poder em 1949 tornou viável alguns dos seus ideais (CORONEL, 2002), entre eles a aprovação de uma mini-reforma do sistema de pensões e a introdução do auxílio maternidade em 1947.

O sistema de cobertura idealizado em 1919, como seguro geral contra doenças foi plenamente introduzido em 1955 e esta foi à última grande introdução de cobertura de serviços sociais. Apesar disto, no decorrer das décadas de 1950 e 1960 (com o PSD ainda no poder) foram ampliados os benefícios e coberturas do *welfare state*, incluindo creches públicas, o que provocou um rápido aumento na participação das mulheres na força de trabalho (SWEDISH INSTITUTE, 2004, p.01).

Entretanto, este amplo sistema de proteção social sofreu pressões a partir de 1991, quando uma profunda crise econômica abalou a economia e elevou o desemprego. A maior demanda por serviços sociais forçou o Estado a realizar alguns cortes na cobertura dos serviços, entre eles a exigência de um período de qualificação para ter direito ao seguro desemprego e a redução da indexação dos reajustes das pensões dos aposentados. Apesar da crise da década de 1990 ter sido um teste ao sistema, a cobertura do *welfare state* sueco foi em boa parte mantida e conta com um alto nível de aprovação popular (SWEDISH INSTITUTE, 2004, p.01).

Uma característica que se deve destacar a respeito do *welfare state* sueco é a universalidade dos serviços públicos, ou seja, a maioria dos programas sociais são para toda a população. Isto significa que programas como aposentadorias para os idosos, sistema de saúde, creches, educação, auxílio educação, seguro saúde, não são apenas para os menos favorecidos, mas para toda a população, sem considerar sua capacidade para pagar (BERGH, 2004, p. 749).

Assim, o *welfare state* sueco foi consolidado ao longo do século XX, com a introdução gradativa de medidas de cobertura social, as quais visavam garantir um

nível mínimo de cobertura para toda a população, com o intuito de se obter não apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento social.

1.7. A Suécia após a década de 1990

A Suécia inicia o século XXI como uma nação desenvolvida economicamente, com uma elevada renda *per capita* e uma distribuição de renda igualitária. O país atingiu este elevado índice de desenvolvimento ao longo do século XX, observando que a industrialização, baseada em grandes empresas, foi importante para o crescimento econômico acelerado e com esse crescimento foi possível atingir o desenvolvimento econômico.

No início da década de 1990 o país enfrentou uma forte crise econômica e após isto o Estado sueco passou a considerar o combate à inflação como a meta prioritária no gerenciamento macroeconômico. Uma das características dessa mudança de prioridade é a elevação das taxas de desemprego, uma vez que no ano de 2005 o desemprego foi de 5,9%, superior às taxas registradas até o período pré-crise (1960-1991) que oscilaram entre 1,5% - 3,5%.

Apesar do desemprego mais elevado registrado a partir da década de 1990 em comparação à média histórica, as taxas registradas pela Suécia são inferiores as registradas pelo EU-15 e próxima às taxas registradas pelos Estados Unidos. No ano de 2003, a taxa de desemprego no EU-15 foi de 8% e de 6% nos Estados Unidos (EUA) (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2004, p. 11), ou seja, ambas mais elevadas do que à taxa de 4,9% registrada pelo país (STATISTICS SWEDEN, 2006).

As taxas de desemprego mais baixas registradas pela Suécia refletem as políticas com enfoque no mercado de trabalho. Essas políticas no mercado de trabalho, conforme argumenta Erixon (2000), são elementos característicos do modelo sueco. Rojas (2005) expõe que o modelo sueco (o qual é discutido no capítulo 2) é em grande parte um projeto do PSD, partido que governou praticamente de modo

hegemônico[14] ao longo do século XX, e esteve no poder de forma ininterrupta entre 1994 – 2006[15].

Tabela 5 – Dados sócio-econômicos da Suécia, 2000-2005.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB per capita em US$ em 2005	35.972	36.258	36.862	37.343	38.733	39.699
PIB per capita em US$ (PPP)	26.085	25.981	26.722	27.430	28.678	29.926
Crescimento do PIB em %	4,33	1,07	2,00	1,69	3,74	2,70
Resultado Fiscal em % do PIB	5,0	2,6	-0,5	-0,2	1,6	2,8
Inflação em %	0,9	2,4	2,2	1,9	0,4	0,5
Câmbio Médio (SEK/US$)	9,16	10,33	9,73	8,09	7,35	7,47
Balança Comercial em % do PIB	5,9	6,5	6,7	6,6	8,2	7,7
Transações Correntes em % do PIB	4,1	4,6	5,3	6,7	6,6	6,0
População em milhões	8,88	8,91	8,94	8,98	9,01	9,05
Desemprego	4,7	4,0	4,0	4,9	5,5	5,9
Coeficiente de Gini	0,313	0,282	0,280	0,276	0,281	..

Fontes: STATISTICS SWEDEN, 2006; IMF, 2006; NIER, 2006.

A manutenção do nível de crescimento econômico é importante para que ocorram elevações reais da renda *per capita*, até para que a Suécia consiga recuperar posições no *ranking* de renda *per capita*, pois segundo os dados de 2005 o país ocupa a décima nona posição no *ranking* mundial (CIA, 2005). Outro fator que pode colaborar para o crescimento da renda *per capita*, no curto prazo, é a tendência de baixo crescimento populacional em relação ao crescimento econômico, porém este baixo crescimento populacional poderá ser um limitador ao crescimento econômico no longo prazo. Observa-se que no período 2001-2005 a taxa de crescimento populacional foi de 0,369% a.a. (STATISTICS SWEDEN, 2006), ante uma taxa de crescimento econômico de 2,24% a.a. (NIER, 2006).

Apesar da Suécia não ocupar mais um lugar de liderança no *ranking* de renda *per capita* PPP, o país apresenta uma economia sólida e competitiva, como aponta o *ranking* de competitividade global para o período 2006 – 2007, no qual o país ocupa

[14] O PSD governou a Suécia no período 1932 – 1976, com alguns curtos períodos de governos de coalizão com o partido popular e com o partido dos agricultores. O partido reassume o poder no período 1982 – 1991 e no meio da crise da década de 1990 perdeu as eleições para o partido moderado. Em 1994 os sociais democratas retornam ao poder e governaram de forma ininterrupta até outubro de 2006.

[15] O propósito desta seção não será estudar as questões políticas da Suécia, porém se faz necessário mencionar alguns aspectos políticos para um melhor entendimento dos dados econômicos e das políticas macroeconômicas adotadas.

a terceira posição. São apontados como destaques para esta posição a solidez das instituições, o sistema de infra-estrutura e o alto nível educacional (CLAROS et al., 2006, p.352).

Outro indicador sócio-econômico que reflete o desenvolvimento sueco é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[16] apurado pela ONU. O país registrou em 2004 um índice de 0,951, ocupando a quinta posição (UN, 2006, p. 288). Adicionalmente deve-se mencionar que realizando uma análise mais ampla do indicador, desde o ano de 1970, observa-se que o país sempre ocupou uma posição de liderança no *ranking* do IDH, ou seja, sempre esteve entre os dez primeiros.

Os dados sócio-econômicos apresentados indicam que a Suécia é um país desenvolvido. Esse nível de desenvolvimento foi atingido por meio de um processo de crescimento econômico e desenvolvimento social que é apontado por alguns autores como diferenciado. Erixon (2000) e Whyman (2003) argumentam isto, ou seja, que a Suécia construiu um modelo econômico diferenciado, o qual permitiu ao país atingir um elevado nível de desenvolvimento. Esse nível de desenvolvimento econômico tem como um dos seus principais indicadores as baixas taxas de desemprego. Analisar esse modelo e a questão do emprego são os objetos de estudo dos próximos capítulos.

[16] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa calculada pela ONU que considera a média da expectativa de vida, a taxa de alfabetismo, o nível educacional e a renda per capita. Este índice foi criado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq.

2. O modelo sueco

2.1. Definições da literatura sobre o modelo sueco

O objetivo deste capítulo é analisar os mecanismos e o funcionamento do modelo sueco, mas antes de iniciar esta análise cabe introduzir a seguinte questão: Quais são os principais aspectos que caracterizam o modelo sueco?

Tentando responder essa questão, fez-se uma revisão na literatura disponível em língua inglesa, na qual se considerou as contribuições de Lundberg (1985), Lindbeck (1997), Södersten (1990), Rojas (1991, 2005), Andersson e Gunnarsson (2004), Erixon (2000, 2005), Svanlund (2003) e Cerra e Saxena (2005).

O termo modelo sueco é utilizado de forma vaga e imprecisa por economistas, jornalistas e políticos desde a década de 1930. As análises destacam diferentes pontos dos aspectos econômicos e sociais do país, tais como o crescimento econômico, a constituição das políticas de *welfare* e o processo de democratização. Desse modo, haveria várias formas, e óticas para se analisar e entender o modelo. (LUNDBERG, 1985, p. 01 – 02).

Em Lundberg (1985, p. 01 – 02), por exemplo, identifica-se uma visão otimista e positiva do modelo em relação aos progressos sócio-econômicos alcançados pela Suécia do início da década de 1930 até meados da década de 1970. Esses progressos permitiram a utilização de expressões como “Suécia: a terceira via”, “Suécia: o protótipo de uma sociedade moderna”. Esse entusiasmo se alicerçou na combinação de uma economia capitalista de livre mercado com uma intensa política social.

> sociedade camponesa sueca e de uma comunidade nacional que foi formada na sua fundação. Para ser provocativo alguém pode dizer, como tem feito Maciej Zaremba, que a Suécia moderna é substancialmente uma aldeia de camponeses ampliada com uma base industrial (ROJAS, 1991, p.74).

Posteriormente Rojas (2005) reiterou a opinião que o modelo sueco só foi possível em razão do contexto histórico do país:

> A Suécia de hoje – instituições, cultura, e identidade nacional – constrói e aprimora-se em uma herança caracterizada por uma considerável homogeneidade étnica da população, uma coesão social muito forte ao redor de livres propriedades (pequenos proprietários rurais), e as instituições unificadoras de um expansivo Estado (ROJAS, 2005, p.12).

Em Andersson e Gunnarsson (2004) também se ressalta a especificidade do caso sueco, o que corrobora com Rojas (1991, 2005) sobre o fato de que as características históricas do país poderiam ser vistas como únicas:

> Com esta interpretação das raízes da igualdade qualquer forma de replicação do modelo sueco seria considerada fútil, desde que ele é tomado para ser estritamente encaixado dentro de uma tradição histórica muito longa, a qual atinge muitos séculos atrás e que falta semelhanças próximas com praticamente todos os outros países. Em face disto, pouco pode ser aprendido em termos de políticas de desenvolvimento para crescimento com igualdade de acordo com esta visão (ANDERSSON; GUNNARSSON, 2004, p. 03 – 04).

Em Södersten (1990) também há um enfoque histórico sobre o desenvolvimento econômico sueco no período 1870-1970, incluindo a constituição do próprio modelo. Entretanto, a análise realizada por Södersten (1990) não apresenta o processo de desenvolvimento econômico e o modelo sueco como experiências impossíveis de serem reproduzidas.

Södersten (1990) inicia a análise com enfoque nas exportações de matérias-primas no período 1870-1890, as quais foram importantes na obtenção de receitas para o processo de industrialização, tanto para o propósito de realizar investimentos como para a manutenção da demanda interna de produtos industriais. O processo de desenvolvimento econômico ganhou força com o nascimento das novas indústrias e a intensificação da industrialização, observando que a partir da década de 1890 o crescimento da atividade industrial foi superior ao da atividade agrícola. Esse processo de desenvolvimento econômico, com auxílio do processo de

industrialização, teve traços genuinamente nacionalistas e se apoiou no elevado nível educacional do país. Vários dos fundadores das grandes indústrias suecas eram intelectuais provenientes das universidades e escolas técnicas, com enfoque especial na engenharia metal-mecânica. Um fato que também auxiliou nesse processo de desenvolvimento foi à postura de neutralidade mantida durante as duas guerras mundiais, o que permitiu que o país mantivesse intacta a sua estrutura industrial. A postura de neutralidade se revelou importante, especialmente após o fim da IIGM, pois o país se tornou um importante fornecedor de produtos para a Europa que estava em processo de reconstrução. Adicionalmente deve-se observar que valendo-se dessa base industrial ocorreu a consolidação do modelo sueco, com o seu auge no período 1950-1970 (SÖDERSTEN, 1990, p. 34-49).

Pode-se também analisar o modelo sueco enfocando os aspectos institucionais, os quais também são frutos do processo histórico, considerando especificamente o arcabouço institucional constituído a partir da década de 1930, o qual recebeu especial apoio do PSD (ANDERSSON; GUNNARSSON, 2004, p.03).

O PSD dedicou atenção na constituição do arcabouço institucional do país, tornando-o um importante elemento para a constituição do modelo sueco. Existia certo ceticismo sobre a capacidade do mercado *per si* proporcionar crescimento e desenvolvimento econômico, entendendo-se como necessária a intervenção do Estado, por meio de suas instituições, na gestão da política sócio-econômica:

> A questão central do debate político-econômico estava sobre os meios para se atingir o pleno emprego – e o crescimento estável. A liderança dos sociais democratas estava convencida que a economia existente baseada no sistema de livre mercado era fundamentalmente instável. [...] Não havia garantias que o sistema de livre iniciativa por si só atingiria e manteria o uso pleno dos recursos existentes (LUNDBERG, 1985, p. 13).

As soluções que o PSD apontou em seus relatórios e estudos, elaborados sobre a política econômica durante a década de 1940, indicavam a necessidade de reformas institucionais e de uma política ativa do Estado sueco, contendo fortes recomendações para a intervenção governamental no planejamento e na reforma das instituições existentes, com enfoque especial para a questão do pleno emprego (LUNDBERG, 1985, p.13). Portanto, as reformas nas instituições foram elaboradas

para proporcionar uma maior ação do Estado, especialmente entre as décadas de 1930 e 1960. Analisando o modelo sueco sob essa ótica, Cerra e Saxena (2005) destacam a importância das instituições na constituição do modelo sueco:

> O modelo sueco é caracterizado por instituições amplas e, centralizadas e por uma rede extensa de transferência de renda e seguridade social que objetiva assegurar uma distribuição da renda e riqueza relativamente igual. [...] O modelo sueco é também otimista na utilidade da contribuição de atividades centralizadas do setor público na produção econômica e no gerenciamento. A Suécia tem uma relativamente alta participação de empreendimentos públicos e uma extensiva intervenção regulatória e supervisora, com também um amplo setor publico responsável pela provisão de serviços sociais (CERRA; SAXENA, 2005, p. 04).

Essa opinião a respeito dos arranjos institucionais também é compartilhada por Svanlund (2003), o qual ressalta não apenas o arranjo institucional do país, mas também as políticas com enfoque no mercado de trabalho:

> O modelo sueco se refere aos arranjos institucionais especiais da sociedade que são algumas vezes descritos como um caminho intermediário entre o capitalismo e o socialismo. A definição comumente usada do modelo sueco em história econômica é a de relações específicas entre organizações no mercado de trabalho que se desenvolveram desde a década de 1930. O sistema central de barganha salarial, a política de salário solidário e a baixa freqüência de disputas trabalhistas são vistas como relações únicas e específicas. O termo modelo sueco é também usado para descrever as políticas gerais de bem-estar que emergiram desde a década de 1930 (SVANLUND, 2003, p. 01 – 02).

Dada às considerações expostas, este trabalho reconhece como preponderante para se entender o modelo sueco a análise dos aspectos institucionais, ou seja, os mecanismos que foram criados, especialmente no período 1930-1960, permitindo a intervenção do Estado na economia com o intuito de construir um modelo que permitisse o crescimento e o desenvolvimento econômico. Com base nessa premissa deve-se responder uma outra pergunta: Qual o elemento com o maior destaque dentro desse modelo?

Svanlund (2003, p. 01-02) expõe que o sistema central de barganha salarial e o sistema de salário solidário são as principais características do modelo sueco. Em Cerra e Saxena (2005, p. 05) destaca-se que uma das características mais importantes do modelo sueco é a política de mercado de trabalho, que possuí como principais objetivos o pleno emprego e as negociações centralizadas.

Esse destaque para a política de mercado de trabalho também é apontado por Erixon (2000) como o principal elemento do modelo sueco, com enfoque especial ao modelo Rehn-Meidner (modelo R-M):

> O modelo sueco, sinônimo aqui ao modelo Rehn-Meidner, representa uma política única em combinar o pleno emprego e a igualdade com crescimento e estabilidade de preços. A combinação é atingida por uma política de salários solidários e o uso de instrumentos seletivos – primeiramente políticas de mercado de trabalho e prêmios por emprego marginal – dentro de uma estrutura de uma política fiscal geral restritiva (ERIXON, 2000, p.82).

Whyman (2003) confirma o argumento de Erixon (2000), entendendo que a base do modelo sueco é o modelo R-M:

> Assim, com a manutenção do pleno emprego como a mais importante política pública, endossando a necessidade para um nível suficiente de demanda agregada que previna o desemprego involuntário, a carga colocada sobre o simples gerenciamento da demanda foi aliviada em parte pela introdução de uma combinação de instrumentos políticos adicionais, combinação que foi designada como modelo Rehn-Meidner, conforme os seus dois principais arquitetos, Gösta Rehn e Rudolf Meidner. Fora da Suécia ele forma a base do que nós denominamos como o 'modelo sueco' (WHYMAN, 2003, p. 35).

Desse modo, este capítulo analisará o modelo sueco como um sinônimo do modelo R-M, o qual possui como objetivo o pleno emprego e a estabilidade de preços (ERIXON, 2005, p.02), utilizando de forma majoritária políticas de mercado de trabalho para atingir esses objetivos.

2.2. O modelo Rehn – Meidner

2.2.1. Acontecimentos relevantes para o surgimento do modelo R-M

O surgimento do modelo R-M é fruto de acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos ao longo do processo de industrialização sueco, especialmente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Pode-se ressaltar como acontecimentos relevantes para o surgimento do modelo R-M: (i) o fortalecimento do PSD; (ii) o aumento da importância do movimento sindical por

meio da Confederação Sueca dos Sindicatos (LO[17]); (iii) o acordo entre a LO e a Federação Sueca dos Empregadores (SAF[18]); e (iv) as preocupações com a inflação e o nível de emprego após a IIGM.

O fortalecimento do PSD pode ser visto como um dos reflexos da tradição sueca, a qual permite aos cidadãos liberdade política e direitos comuns, o que inclui leis de proteção a liberdade de impressa e de associação. Destaca-se a ausência de uma tradição centralizadora despótica no poder, o que favoreceu o surgimento de movimentos sociais (WHYMAN, 2003, p.22). Deve-se observar que após a IGM a discussão entre os defensores do modelo capitalista e do modelo socialista de produção ganhou relevância. Assim, a proximidade geográfica da Suécia com a União Soviética, defensora do modelo socialista, pode ter exercido alguma influência nos acontecimentos políticos e econômicos do país.

Outro fator que permitiu o fortalecimento do PSD foi à rápida industrialização, o que aumentou a filiação de trabalhadores na LO, ressaltando o estreito relacionamento entre essas entidades. Dessa forma, observa-se que a rápida industrialização em um ambiente de liberdade política foi um elemento que incentivou tanto o fortalecimento do PSD como aumentou a importância do movimento sindical por meio da LO.

Em 1900, havia ao redor de 44 mil filiados ao PSD e 45 mil filiados a LO. Este número sofreu um rápido incremento nos primeiros trinta anos do século XX, com o número de filiados do PSD atingindo 227 mil e o de afiliados a LO ao redor de 553 mil em 1930 (WHYMAN, 2003, p. 23 – 26). Entende-se que o relacionamento entre o PSD e a LO fortaleceu a ambos, dado que os operários apoiavam as metas do PSD de uma sociedade mais justa e igualitária. Isto começa apresentar-se de modo mais expressivo quando o PSD iniciou, durante a Grande Depressão, o seu período de governo ininterrupto no *Riksdag* (1932-1976).

---

[17] LO refere-se à *Landsorganisationen i Sverige,* denominação em sueco da Confederação Sueca dos Sindicatos. Este sindicato representa basicamente os operários de fábricas e manufaturas, os denominados *"blue-collar workers"*. Existe outra organização sindical chamada Confederação Sueca de Empregados Profissionais (TCO) cujos integrantes são os profissionais ligados a serviços administrativos, em geral os denominados *"white-collar workers"*.

[18] SAF refere-se à *Svenska arbetsgivareföreningen*, denominação em sueco da Federação Sueca dos Empregadores.

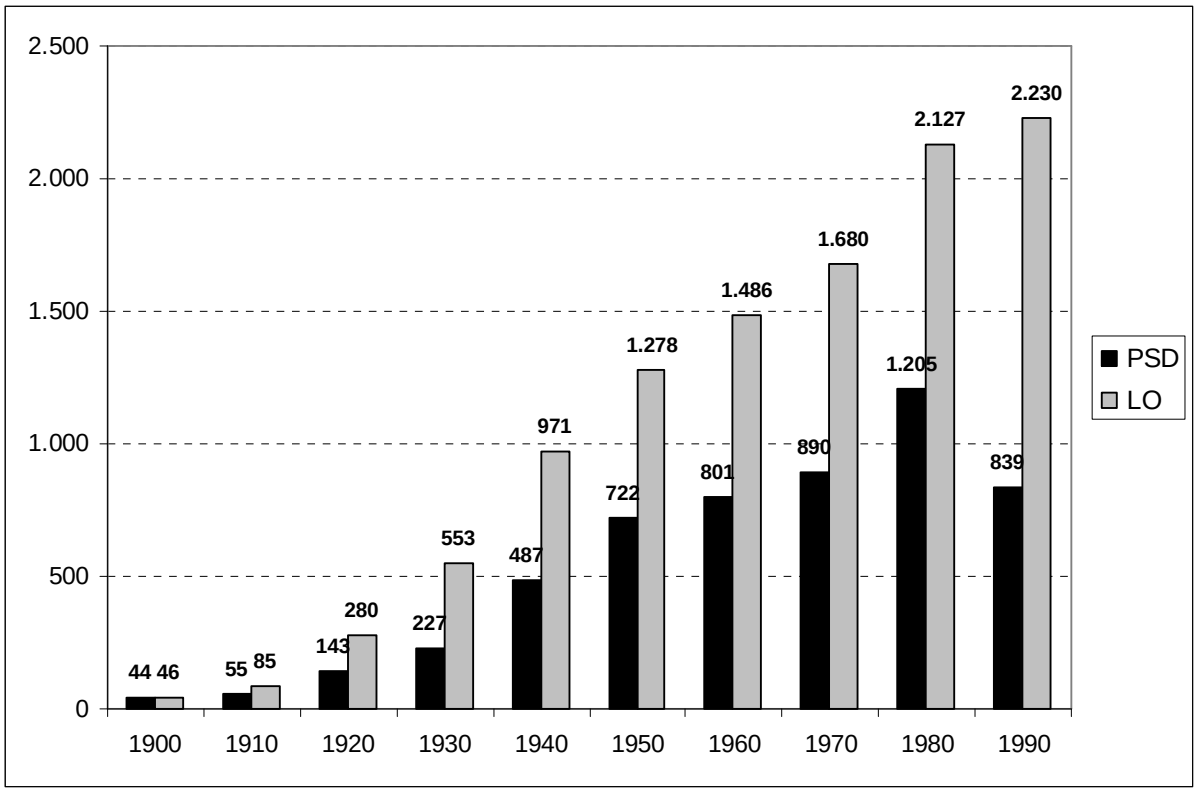


Figura 3 – Número de afiliados ao PSD e a LO em milhares, 1900-1990.
Fontes: Misgeld (1992) apud WHYMAN, 2003, p.23; LO (1991) apud WHYMAN, 2003, p. 26.

Constata-se que em meados da década de 1930 ocorreu a consolidação do PSD não apenas no *Riksdag*, mas também no poder executivo. Essa consolidação do PSD no poder não foi tranqüila, uma vez que houve uma expressiva oposição dos políticos burgueses, dos economistas do *mainstream*[19] e dos banqueiros, especialmente em 1932 com a introdução das políticas de combate a Depressão (WHYMAN, 2003, p. 28-29). Contudo, esta combinação de fatores aumentou o poder de negociação dos trabalhadores frente aos empresários, permitindo-os reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários.

A LO reconheceu que o PSD deveria ter como meta o pleno emprego, o qual seria atingido por meio do gerenciamento macroeconômico do nível de demanda. Isto criaria um ambiente de negócios favorável e permitiria que a LO tivesse maior poder

[19] *Mainstream* é um termo utilizado no sentido de ressaltar um pensamento comum ou da maioria sobre um determinado assunto. A utilização deste termo em economia está associada ao conjunto de medidas clássicas ou liberais sobre o entendimento do funcionamento da economia e que são normalmente defendidos na mídia ou nos centros acadêmicos conservadores. Como exemplos de *mainstream economics* pode-se citar a idéia de Estado mínimo ou da prevalência pura das leis de mercado.

de negociação. Com base nessa premissa, a LO buscaria negociar com a SAF melhores salários e condições de trabalho. Em contrapartida, a SAF temia que o crescente poder da LO e a sua influência sobre o PSD resultasse em uma intervenção governamental nas negociações salariais. Nas negociações LO-SAF, as entidades entenderam que uma intervenção governamental poderia ser maléfica para ambos. LO e SAF reconheceram que havia um interesse mútuo em evitar conflitos em favor de elevar o nível de *welfare* por meio da produtividade e do crescimento econômico (WHYMAN, 2003, p.31 – 32).

Assim, LO e SAF preferiram evitar a intervenção governamental em suas negociações, buscando um acordo comum. Realizou-se em 1938 na cidade de Saltsjöbaden, um acordo no qual se estabelecia as regras e procedimentos gerais que seriam adotados na tentativa de regular as negociações e greves. Observa-se que a SAF aceitou negociar com a LO, desde que essa entidade não usasse o seu poder de influência sobre o governo do PSD para atingir via legislação os seus objetivos (WHYMAN, 2003, p.32).

As transformações no mercado de trabalho e a busca de negociações pacíficas foram aspectos importantes para o rápido crescimento econômico que ocorreu após a IIGM, especialmente ao se considerar a estabilidade política e as metas estabelecidas pelo PSD (SÖDERSTEN, 1990, p.47).

Em 1945, no término da IIGM, a economia sueca se encontrava em boas condições, especialmente em termos relativos. Como a Suécia havia se mantido neutra durante a guerra, o seu parque industrial permaneceu intacto, mas apesar disto, os primeiros anos após a IIGM foram turbulentos, com restrições sobre as importações, as quais apresentavam tendência de crescimento. Também havia um temor relativo à inflação, destacando que Gunnar Myrdal, o ministro de comércio da época, demonstrava preocupação com a inflação e com o nível de emprego. Contudo, observa-se que neste momento a maior preocupação do governo foi com a inflação, pois se optou por uma política de valorização da coroa sueca (SÖDERSTEN, 1990, p.47).

A valorização da coroa sueca trouxe pressões sobre a balança comercial, o que acabou por refletir na conta de transações correntes do país. A Suécia enfrentava dificuldades em ajustar a sua política cambial de forma adequada após a IIGM, dada a conjuntura econômica mundial após o conflito. Neste ambiente confuso, a Inglaterra, um dos parceiros comerciais do país, resolveu em 1949 desvalorizar a libra esterlina em 30%. A Suécia copiou a Inglaterra, e reverteu o processo de valorização da coroa sueca, promovendo uma desvalorização, o que se refletiu nos índices de inflação, os quais registraram taxas de 14% e 16% nos anos de 1950 e 1951, respectivamente (SÖDERSTEN, 1990, p.47).

Nesse cenário turbulento, os economistas Gosta Rehn e Rudolf Meidner[20] ligados a LO, apresentaram um modelo de política econômica que questionava a idéia da política Keynesiana de pleno emprego e rejeitava a ênfase do não intervencionismo focado na estabilidade de preços dos monetaristas. Nascia o modelo R-M, o qual tinha como objetivo principal a combinação pleno emprego com estabilidade de preços, e como objetivos complementares o crescimento econômico e a eqüidade (ERIXON, 2000, p. 12).

2.2.2. Características gerais do modelo R-M

O modelo R-M foi formalmente apresentado por meio de um relatório no Congresso da LO em 1951 com o título "*Trade Unions and Full Employment*"[21]. A opinião comum entre economistas e políticos daquele momento era que haveria um dilema entre inflação e pleno emprego, pois ambos seriam objetivos conflitantes. Os economistas ligados a LO[22] apresentaram por meio deste relatório um modelo econômico como alternativa para resolver este dilema, considerando como premissa que o pleno emprego era uma condição imperativa para a força do movimento

[20] Rudolf Meidner (1914 - 2005) foi o economista chefe do Departamento de Pesquisa Econômica da Organização do Trabalho Sueco e Gösta Rehn (1913 – 1996) era o mais destacado economista deste departamento. Rehn trabalhou como um especialista no comitê que formulou o movimento trabalhista sueco no programa do pós-guerra em 1944. Tanto Rehn quanto Meidner possuíam respeito no meio acadêmico e participaram ativamente na formulação da política econômica sueca nas décadas de 1950 e 1960. (ERIXON, 2000, p. 07)

[21] O título original em sueco é *Fackföreningsrörelsen och den fulla sysselsättningen*, e a versão em inglês foi publicada em 1953.

[22] Rehn e Meidner são os economistas que se destacaram na elaboração e defesa dos objetivos apresentados pelo relatório *Trade Unions and Full Employment*.

sindical. A análise do *trade-off* entre pleno emprego e estabilidade de preços foi o ponto de partida, e acabou por se tornar a parte central do modelo sueco como um todo (MEIDNER, 1993, p. 213).

A construção do modelo R-M demonstra de um certo modo rejeição ao conceito rígido de uma curva de Philips, uma vez que se buscava o pleno emprego com baixas taxas de inflação. Entendia-se que se esta combinação fosse atingida seria possível se obter aumentos salariais e um rápido crescimento econômico (HJALMARSSON, 1990, p. 276).

Rehn e Meidner criticaram o Keynesianismo no modelo R-M, pois havia o entendimento que as altas taxas de inflação que a Suécia apresentava eram resultado de políticas Keynesianas de expansão da demanda, introduzidas com o objetivo de atingir o pleno emprego. Eles também afirmaram que a inflação alta prejudicaria a alocação dos recursos, e conseqüentemente, o crescimento econômico. Outro ponto a ser destacado é que caso se atingisse o pleno emprego por meio de políticas de aumento da demanda haveria uma tendência de se gerar ineficiências na economia, tais como altas taxas de absenteísmo e excesso de rotatividade dos trabalhadores. (ERIXON, 2000, p.11). Rehn e Meidner entendiam que a aplicação extremada de políticas Keynesianas poderia ser uma ameaça ao pleno emprego:

> De acordo com Rehn e Meidner, o Keynesianismo por si só é uma ameaça ao pleno emprego. Uma política econômica expansionista geral causa inflação e déficits na conta corrente. Estes problemas demandam políticas contracionistas, o que resulta em desemprego. O pleno emprego também é ameaçado no longo prazo pelos preços e pelo controle dos investimentos para amortecer o superaquecimento. Rehn e Meidner, entretanto, desejam substituir uma política Keynesiana de *stop-go* com uma política que permanentemente mantivesse a inflação sob controle. (ERIXON, 2000, p.11 – 12)

A análise de Rehn e Meidner apontava que a inflação não poderia ser enfrentada por meio de congelamentos ou medidas heterodoxas, pois estas medidas seriam ineficazes na prática e provocariam distorções do ponto de vista do produtor. A inflação também não deveria ser enfrentada por meio de políticas de congelamento de salários, uma vez que seria contra a relação dos sindicatos com os seus membros, a qual se baseia no princípio dos sindicatos obterem a maior remuneração

possível para os trabalhadores. Eles acreditavam que apenas políticas econômicas austeras no campo fiscal seriam eficientes no combate à inflação (ERIXON, 2000, p. 12).

É apresentado no modelo R-M que um gerenciamento prudente da política fiscal e a utilização adequada de medidas no mercado de trabalho desencadearia uma série de movimentos na economia (ver Figura 4), os quais permitiriam ao final que o país atingisse o pleno emprego com uma inflação baixa. A política fiscal funcionaria no sentido de não permitir que a economia ficasse superaquecida, gerando inflação. A política de mercado de trabalho seria o elemento utilizado para que se atingisse o pleno emprego.

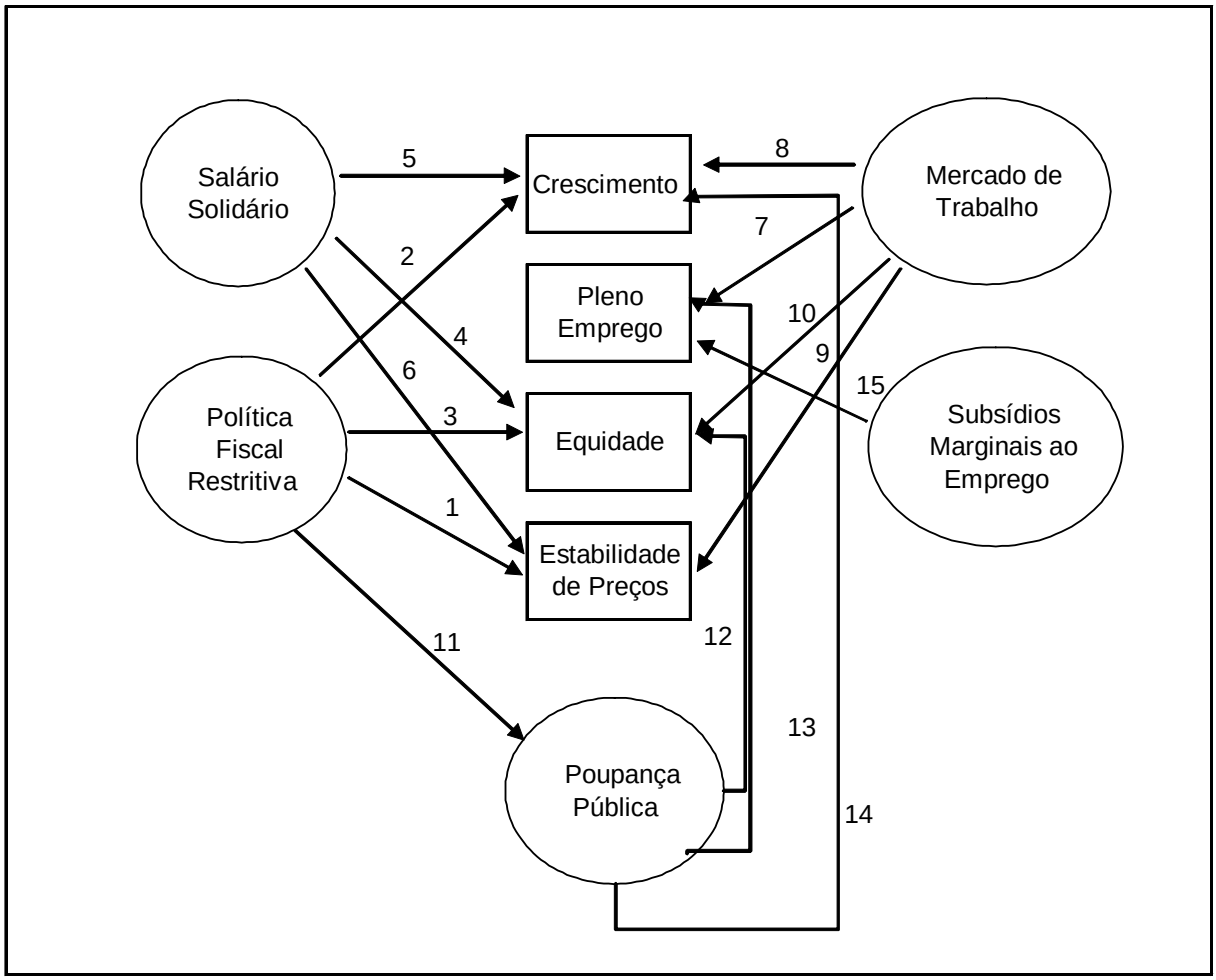


Figura 4 – Medidas e objetivos do modelo R-M.
Fonte: ERIXON, 2000, p.13.

No campo da política fiscal, está o objetivo de superávit fiscal ao longo dos ciclos econômicos, com a consolidação estrutural da poupança pública. No campo da política de mercado de trabalho estão as medidas de intervenção direta no mercado de trabalho, os subsídios marginais ao emprego e o salário solidário. Essas medidas são analisadas nas duas subseções seguintes.

2.2.3. Política fiscal restritiva

A análise de Rehn-Meidner enfoca que o gerenciamento da demanda, por meio da política fiscal, permitiria atingir o pleno emprego na maioria dos setores eficientes da economia. Entretanto, esse gerenciamento da demanda deveria atingir um ponto inferior ao pleno emprego na economia como um todo (WHYMAN, 2003, p.36). Rehn-Meidner estavam convencidos de que os lucros excessivos funcionariam como um elemento relevante para a aceleração inflacionária. O intuito da política fiscal seria reduzir a inflação (seta 1, Figura 4), por meio de uma política tributária que pressionaria a lucratividade das empresas. Os altos lucros estimulariam os trabalhadores das empresas eficientes a reinvidicarem aumentos salariais. Os trabalhadores dos setores menos eficientes visualizando o ganho desse grupo de trabalhadores também solicitariam aumentos salariais, o que elevaria o custo das empresas menos eficientes, as quais aumentariam os seus preços (ERIXON, 2000, p.13).

Outro ponto a se destacar é que a manutenção da demanda, em um nível que gere o pleno emprego nos setores menos lucrativos e eficientes da economia, seria *per si* um elemento inflacionário. Rehn (1952, p. 34) propõe que o excesso de demanda seja eliminado, para que não se permita o surgimento de demandas inflacionárias sobre a economia por causa do emprego artificialmente mantido em setores ineficientes. Em outras palavras, Rehn e Meidner não desejavam que se manifestasse uma inflação de demanda.

A política fiscal restritiva também teria o papel de funcionar como instrumento de apoio para o crescimento econômico (seta 2, Figura 4). A idéia seria que a pressão exercida sobre a lucratividade das empresas incentivaria medidas no sentido de se

aumentar a produtividade. As empresas para elevarem a produtividade promoveriam medidas que afetariam a estrutura produtiva do país (WHYMAN, 2003, p.37). Esta transformação estrutural seria benéfica para se obter o crescimento econômico (ERIXON, 2000, p.14), o qual é um fator importante para a geração de empregos, especialmente ao se analisar a economia no médio e longo prazo.

Apesar da ênfase em uma política fiscal restritiva, deve-se ressaltar que Rehn e Meidner não eram contra a adoção de políticas anti-ciclicas tradicionais, de viés Keynesiano. Havia o entendimento que durante os períodos de recessão deveria ser utilizado o gasto público como uma das ferramentas para se promover a recuperação da economia. Contudo, depois de atingido este objetivo, a política fiscal deveria ser novamente austera (WHYMAN, 2003, p.37).

Rehn e Meidner argumentam que uma política fiscal restritiva resultaria em um aumento da poupança pública (seta 11, Figura 4). Este resultado permitiria que o Estado tivesse condições de ampliar as políticas de *welfare state*. Um sistema de políticas de *welfare* mais abrangente tende a melhorar a distribuição de renda (seta 12, Figura 4), o que conseqüentemente, introduz uma perspectiva de manutenção da demanda (ERIXON, 2000, p. 17-18). Com isto há um fortalecimento na confiança dos investidores e consumidores, dinamizando o crescimento econômico no longo prazo (seta 14, Figura 4), tornando a meta do pleno emprego factível (seta 13, Figura 4). A poupança pública também é um instrumento positivo ao permitir aos gestores da política econômica uma maior autonomia para a elaboração de políticas anti-cíclicas.

2.2.4. Políticas de mercado de trabalho

As políticas de mercado de trabalho são as principais ferramentas do modelo R-M, e apresentam como objetivo principal atingir o pleno emprego sem provocar inflação. Essas políticas deveriam ser aplicadas em conjunto com a política fiscal restritiva para que se atingissem plenamente os objetivos estabelecidos pelo modelo.

De uma forma geral se observa quatro conjuntos de políticas de mercado de trabalho dentro do modelo R-M: (i) políticas de demanda; (ii) políticas de oferta; (iii) políticas de compatibilidade; e (iv) políticas de salário solidário. Nesses quatro conjuntos de políticas ressalta-se a presença do Estado no sentido de atingir a meta principal do pleno emprego.

Os programas especiais de serviço público e subsídios para as empresas empregarem mais trabalhadores são exemplos de medidas do lado da demanda. Do lado da oferta, identifica-se a redução dos custos de informação para procura de empregos, os subsídios para os trabalhadores se mudarem para outras regiões e os programas de treinamento adequando a mão-de-obra às necessidades do mercado (WHYMAN, 2003, p. 38).

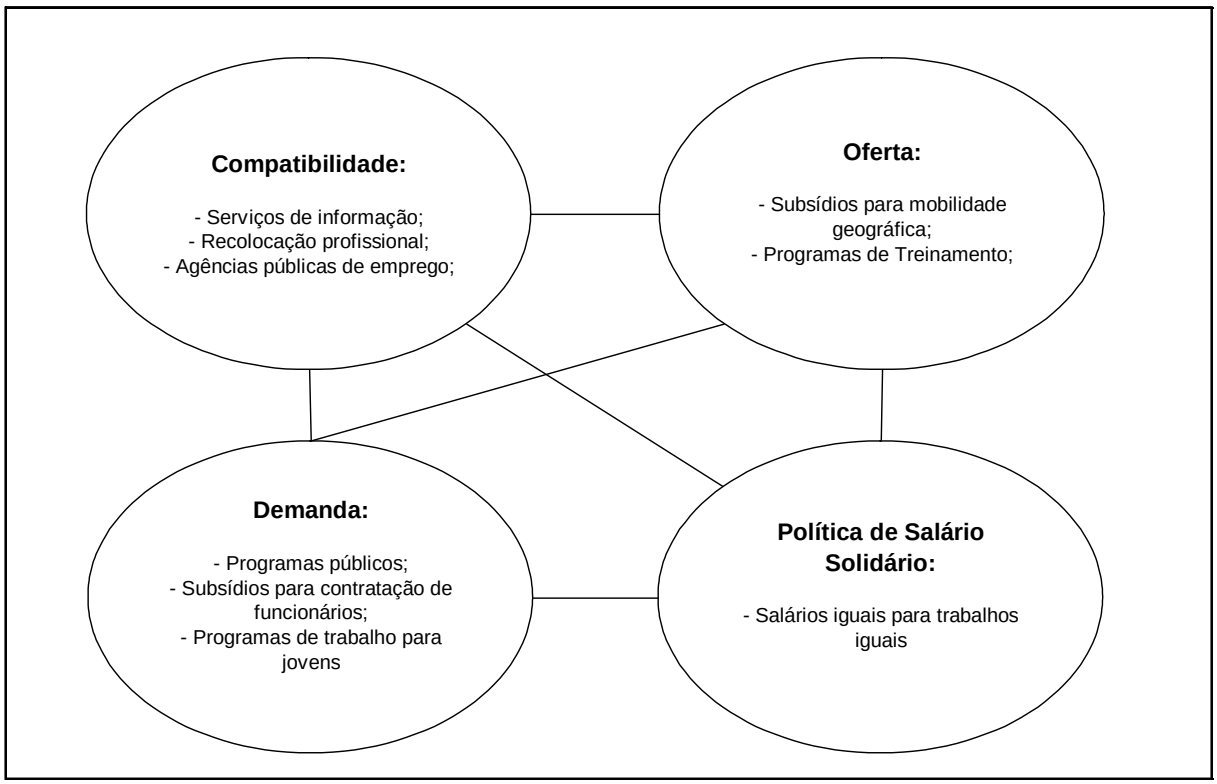


Figura 5 – Os diferentes tipos de políticas de mercado de trabalho interligadas.

Fontes: WHYMAN, 2003, p.38; ERIXON (2000).

Um outro tipo de política de mercado de trabalho do modelo R-M são as ações de compatibilidade, especialmente os denominados centros de emprego. Esses centros de emprego funcionariam como uma agência de emprego que procuraria vagas

adequadas às qualificações técnicas dos trabalhadores. A informação deveria ser centralizada pelo serviço público, assumindo como premissa que seria mais eficiente e menos dispendioso um sistema unificado que coletasse todas as informações de vagas disponíveis nas empresas e compatibilizasse com os desempregados inscritos (HJALMARSSON, 1990, p. 277 – 278).

Os programas de serviço público, por meio de uma empresa de propriedade estatal, empregariam pessoas que encontrassem dificuldades em conseguirem uma vaga no mercado de trabalho. Entretanto, esses trabalhadores continuariam a receber treinamentos para estarem aptos a preencherem as necessidades do mercado.

A utilização de subsídios marginais seria uma medida para incentivar as empresas a contratarem novos funcionários, a qual teria efeito duplo. Ela seria útil para que a meta do pleno emprego fosse atingida (seta 15 da Figura 4) e ao mesmo tempo não exerceria pressão inflacionária (seta 16 da Figura 4), pois reduziria o impacto do aumento de custos nas empresas.

Outra medida que merece destaque seria a implementação de programas de treinamento aos trabalhadores, visando formar mão-de-obra especializada para as reais necessidades da economia. Esses tipos de medidas de mercado de trabalho incentivariam o crescimento econômico (seta 8, Figura 4) com o objetivo de se atingir o pleno emprego (seta 7, Figura 4), além de funcionarem como elementos para uma distribuição de renda igualitária ao permitirem condições iguais para todos os trabalhadores (seta 10, Figura 4). Identifica-se que essas medidas tenderiam a diminuir eventuais pressões inflacionárias (seta 9, Figura 4), pois ao melhorar a oferta de mão-de-obra, tornando-a mais compatível com as necessidades das empresas, haveria menor probabilidade de disputas salariais, as quais poderiam contaminar toda a economia.

O modelo R-M utilizou como uma premissa relevante à divisão da economia em basicamente dois setores. Um setor possuía empresas dinâmicas e competitivas internacionalmente que estavam enfocadas na exportação e o outro setor era constituído por empresas que não eram competitivas internacionalmente. Por meio da política de salários solidários, a qual utilizaria como parâmetro os salários pagos

pelas empresas exportadoras e dinâmicas, haveria uma redução das diferenças salariais e se manteria a competitividade das empresas orientadas para as exportações (HÖGFELDT, 2004, p. 24-25). Assim, o setor composto pelas empresas exportadoras serviria como referência para toda a economia, tanto na questão salarial como na questão da produtividade a ser atingida.

A política de salário solidário[23] entre as políticas de mercado de trabalho é a que reúne as características mais singulares. A primeira proposta de uma política de salário solidário é anterior à formalização do modelo R-M, e foi apresentada em um congresso da LO em 1936, com a defesa de um salário igual para serviços iguais, independente da lucratividade ou capacidade da empresa pagar (WHYMAN, 2003, p. 39 – 40). As empresas deveriam competir entre si por meio da produtividade e não por meio de reduções de custos com mão-de-obra.

No escopo do modelo R-M a política de salário solidário seria uma atribuição a ser desempenhada pela organização sindical:

> A principal tarefa da organização sindical central no modelo Rehn-Meidner é perseguir uma política de salário solidário, o denominador comum considerando que os salários não deveriam ser determinados pela lucratividade da empresa. Trabalhos idênticos devem ser remunerados com as mesmas taxas de pagamento e os diferenciais salariais deveriam refletir diferenças reais do conteúdo do trabalho, tais como condições de trabalho, dificuldade, responsabilidade, experiência e educação requerida (ERIXON, 2000, p. 14).

Contudo, o modelo não sugere uma equalização geral dos salários, mas sim uma meta de redução das diferenças salariais (seta 4, Figura 4), o que tenderia a melhorar a distribuição de renda e assim se tornaria um aspecto benéfico para o crescimento econômico no longo prazo (seta 5, Figura 4).

A aplicação da política de salário solidário traria ao menos três benefícios. Um dos benefícios é que as negociações salariais seriam realizadas centralizadamente, o que tenderia a ser mais eficiente no sentido de controlar a inflação. Este argumento está ancorado na análise de que seria mais fácil se determinar um nível de salário que não impactasse a inflação com uma negociação centralizada do que por meio

[23] Corroboram com esta opinião os estudos de Erixon (1997, 2000, 2005), Svanlund (2003), Högfeldt (2004) e Eklund (2001).

de negociações individualizadas, com vários sindicatos fragmentados (WHYMAN, 2003, p.40).

O benefício mais destacado na aplicação da política de salário solidário seriam os ajustes estruturais na economia (WHYMAN, 2003, p.41). A redução das diferenças salariais tenderia a diminuir os conflitos entre os diferentes tipos de trabalhadores e conseqüentemente se conseguiria reduzir a desigualdade na distribuição de renda. Uma certa “padronização” dos salários proporcionaria custos elevados para algumas empresas e reduzidos para outras, influenciando em mudanças estruturais na economia, pois as empresas com custos elevados tenderiam a sair dos negócios. Assim, os recursos que ficassem disponíveis em razão do processo de racionalização migrariam para as empresas lucrativas dos setores dinâmicos. (ERIXON, 2000, p. 15)

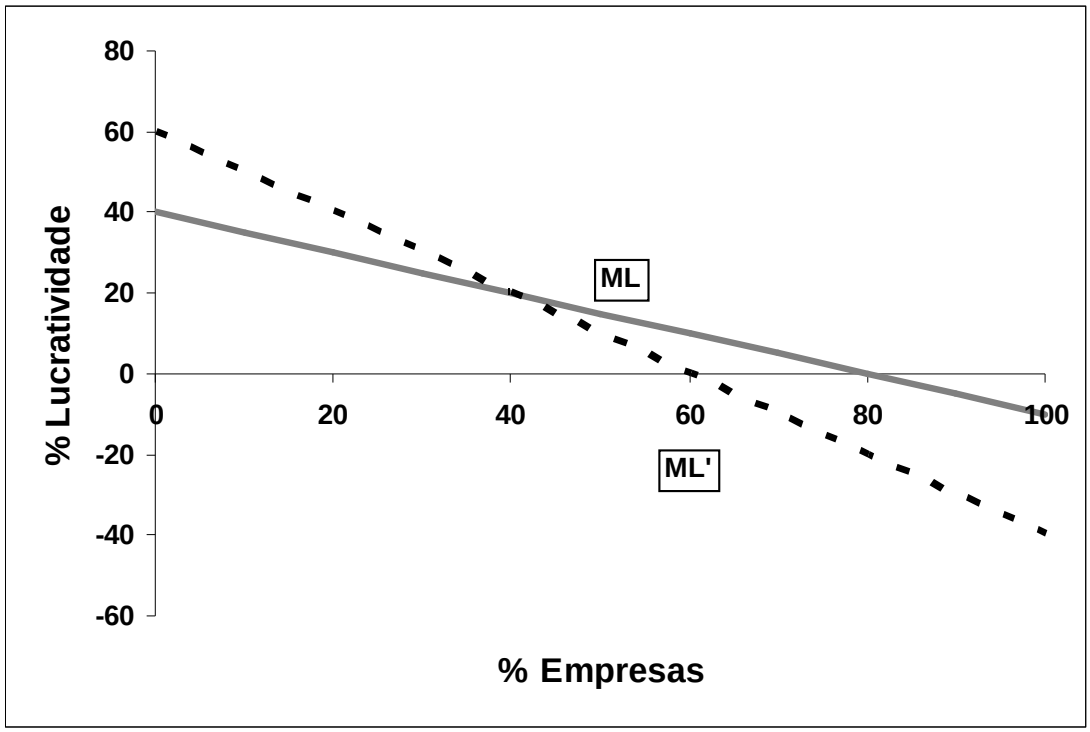


Figura 6 – Salários solidários, margens de lucro e percentual de empresas.

A Figura 6 demonstra a lucratividade das empresas com uma política salarial livremente definida pelo mercado (reta ML) e com uma política de salário solidário (reta ML’). Esta figura expressa a idéia da migração dos recursos para os setores mais dinâmicos da economia por meio das margens de lucro (ML) e o percentual de

2.2.5. Processo de Racionalização no modelo R-M

No modelo R-M o processo de racionalização[24] da economia é apontado como um elemento importante para a economia sueca, trazendo vantagens especialmente no longo prazo. Uma vantagem ressaltada nesse processo é o incremento no suprimento de produtos e serviços concomitantemente com a redução das horas de trabalho (MEIDNER et al. 1953, p.21).

Entretanto, o processo de racionalização poderia causar efeitos colaterais no curto prazo, como a redução de postos de trabalho por causa do processo de mecanização da produção. Todavia, o modelo R-M apresenta que o processo de racionalização traria mais benefícios do que malefícios, e que seria necessária a sinalização aos trabalhadores da adoção de ações coordenadas para atenuação dos efeitos colaterais de curto prazo (MEIDNER et al., 1953, p.21).

O conceito de racionalização utilizado no modelo R-M, considerou as especificidades da economia sueca. Em Högfeldt (2004), apresenta-se que o modelo foi elaborado considerando uma economia com um forte enfoque industrial, em especial por grandes empresas exportadoras da indústria de engenharia metal-mecânica.

No modelo R-M considera-se que o processo de racionalizações deve ser visto de modo mais abrangente do que uma simples mecanização da produção:

> A racionalização da economia de uma empresa privada pode ser promovida pela concentração de trabalho e larga escala de produção, mecanização, padronização dos produtos e meios de produção; e também pelo gerenciamento diário e contínuo do fluxo de produção. Todas essas medidas, e a introdução de maquinário que economize trabalho sempre desempenharam, no longo prazo, o papel mais importante no que se refere a participação dos ganhos de eficiência. Gradualmente, entretanto, o planejamento e a organização do trabalho têm adquirido mais e mais importância, particularmente em grandes empreendimentos. A mera introdução de meios técnicos de assistência é insuficiente: eles devem ser utilizados do modo mais eficiente. A organização da empresa, e cooperação entre os diferentes indivíduos que lá trabalham, são ambos de suma

[24] No relatório *Trade Unions and Full Employment*, utilizou-se o termo racionalização, o qual ao longo do texto evidencia-se como sinônimo de produtividade. Nesta seção se utilizará preferencialmente o termo racionalização com o intuito de se manter fidelidade ao texto original.

> importância no que se refere a eficiência do trabalho e a taxa de racionalização contínua (MEIDNER et al., 1953, p.24).

Porém, a análise individual das empresas privadas sobre as suas necessidades de racionalização poderia resultar em uma situação de má utilização dos recursos globais da economia nacional. Por causa deste problema, poderia ser necessária a intervenção do Estado por meio da aquisição de empresas privadas ou ainda promovendo a competição entre as empresas estatais e as empresas privadas em mercados nos quais as empresas privadas são preponderantes (MEIDNER et al., 1953, p.25).

Mas de um modo geral, a elaboração das políticas de racionalização do modelo R-M considerou que as grandes empresas seriam controladas por grandes grupos privados, e o Estado seria responsável por desenvolver um sistema de infra-estrutura e um arcabouço institucional que favorecesse a essas empresas exportadoras, em especial as orientadas para a manufatura e engenharia. A política tributária, apesar de restritiva para a economia como um todo, estimularia um alto nível de investimento nas empresas suecas que se internacionalizassem, subsidiando investimentos em máquinas e em P & D. As políticas de mercado de trabalho, incluindo a política de salário solidário, visavam o crescimento da economia em torno das grandes empresas e ignorava de certo modo a formação de novas empresas e a importância das pequenas empresas, considerando que um amplo setor público interviria no sentido de corrigir eventuais falhas do modelo (HÖGFELDT, 2004, p.25). Entre essas falhas destaca-se as eventuais ilhas de desemprego em alguns setores da economia (REHN, 1952, p.34).

A racionalização da economia permitiria maiores níveis de produção e consequentemente seriam necessários novos mercados consumidores para a absorção desses produtos. A internacionalização da economia, por meio de empresas exportadoras, seria importante para o processo de obtenção de divisas fortes e para a expansão da economia como um todo. Os processos seriam retro-alimentadores, pois a racionalização expandiria os níveis de produção, a qual seria absorvida pelo mercado mundial, e as divisas obtidas por essas exportações permitiriam novos investimentos e incrementos no processo de racionalização.

A grande preocupação dos autores do modelo R-M com a racionalização deve-se ao entendimento que só seria possível se elevar os salários reais no longo prazo se houvesse ganhos de produtividade, pois caso contrário os aumentos salariais provocariam inflação:

> É um fato geralmente aceito que o aumento total dos salários em um país não pode, no longo prazo, diferir apreciavelmente do aumento da produção na indústria como um todo. [...] As políticas salariais podem então ser usadas para se estabilizar salários; mas se os salários de todos os trabalhadores aumentarem mais rapidamente que o aumento da produtividade, então os preços tendem a subir. Uma tendência inflacionária nos preços provocada por rápidos aumentos de salários deveria, se possível, ser evitada, pois isto poderia perturbar a economia, que provavelmente, em vista disto, teria a produtividade tolhida (MEIDNER et al., 1953, p. 34).

A inflação é vista como algo extremamente indesejável pelos autores do modelo R-M. Em 1957, Rehn escreveu o artigo *Hate Inflation*[25], no qual destacava que a inflação deveria ser odiada, pois ela tenderia a provocar uma alocação desigual dos recursos, provocando distúrbios na economia e impedindo que a meta do pleno emprego fosse alcançada. Meidner também entendia que a inflação deveria ser combatida, pois ela poderia minar o pleno emprego, um dos principais objetivos do modelo (MEIDNER, 1993, p. 214).

No modelo R-M para se atingir a meta do pleno emprego seria necessária uma baixa taxa de inflação, a qual só seria possível com um processo de racionalização da economia (MEIDNER et al. 1953, p. 34-36). Esse processo seria provocado por meio de uma série de medidas articuladas pelo Estado (HÖGFELDT, 2004, p.24-25), e pela política de salário solidário que seria definida pela LO (MEIDNER et al., 1953, p.88-89) em negociação com a SAF.

Portanto, verifica-se que as políticas de mercado de trabalho e o processo de racionalização estão intimamente interligados no modelo. Cada elemento do modelo R-M necessita ser considerado como parte de um conjunto integrado de medidas, ou seja, o modelo deve ser visto como um todo, não sendo possível segregar um dos elementos e considerar a sua aplicação individualizada, dado que cada medida

[25] Este artigo foi publicado apenas em sueco com o título *Hata Inflationen*. O modelo R-M foi basicamente apresentado pelo relatório *Trade Unions and Full Employment*, contudo, alguns trabalhos subseqüentes de Rehn e Meidner reforçaram ou esclareceram os pontos apresentados por esse relatório.

possui objetivos múltiplos (ERIXON, 2000, p. 20; WHYMAN, 2003, p.52). Todavia, ressalta-se que o objetivo principal do modelo é atingir o pleno emprego, sem desprezar a estabilidade de preços (MEIDNER, 1993, p. 214). Desse modo, dada as características do modelo e o conjunto de medidas expostas, suscita-se a questão: O modelo R-M foi aplicado ou foi apenas uma proposição no plano teórico?

2.3. Aplicação e resultados do modelo Rehn – Meidner

2.3.1. Introdução

O modelo R-M não foi apenas um modelo econômico teórico, ele foi aplicado[26] na Suécia, como também influenciou a gestão macroeconômica dos demais países nórdicos[27]. Em um sentido amplo, ao se assumir o modelo R-M como um sinônimo do modelo sueco, entende-se que o mesmo estaria em aplicação até os dias atuais. A política econômica sueca contém uma forte intervenção do Estado no mercado de trabalho, perseguindo um elevado nível de emprego, além de utilizar o mecanismo do sistema de metas de inflação (ERIXON, 2000, 2005). Ao se considerar o modelo R-M de uma forma mais estrita, poderia se dizer que ele deixou de ser aplicado no início da década de 1990, quando a Suécia passou a priorizar o combate à inflação ao invés do pleno emprego (MEIDNER, 1997).

Como apresentado, este trabalho reconhece o modelo R-M como sinônimo do modelo sueco. Entretanto, a análise da aplicação e dos resultados do modelo neste capítulo se concentrará no período anterior a década de 1990, destacando que entre 1950 e 1990 o modelo foi aplicado de forma mais intensa (WHYMAN, 2003).

[26] A aplicação do modelo R-M na Suécia se deu por meio de uma combinação de políticas do Estado e por meio dos acordos realizados entre LO e a SAF. Destaca-se que não existem documentos públicos que assumam oficialmente a utilização do modelo R-M, entretanto é perceptível a influência do modelo ao se realizar um estudo da política sócio-econômica adotada pelo país, especialmente no período 1960-1990. Para um melhor entendimento ver Erixon (2000, 2005) e Eklund (2001).

[27] Os princípios do modelo R-M também influenciaram a gestão macroeconômica da Finlândia, Noruega e Dinamarca durante o período 1960-1980. Para maiores informações ver Ervasti (2001), Høgsnes e Longva (2001), Jochem (2001) e Toft (2001).

2.3.2. Resultados da Política de salário solidário.

O conceito de “salário solidário” surgiu pela primeira vez no Congresso da LO em 1936, como uma proposta do sindicato dos trabalhadores da indústria de metal, e o objetivo seria elevar os salários médios de todos os trabalhadores. Desde o início a SAF assumiu as negociações, com o intuito de promover acordos centralizados e assim reduzir o risco de que os sindicatos dos setores mais fortes conseguissem impor elevações generalizadas dos salários (HIBBS; LOCKING, 2000, p. 04-05).

A política de salário solidário sofreu alterações ao longo do período 1956-1993, observando que em alguns períodos houve uma intensificação no conceito de redução das diferenças salariais. Em Hibbs e Locking (2000) há o entendimento que houveram três fases distintas relacionadas a política de salário solidário.

A primeira fase é denominada como “Salários solidários entre indústrias e plantas”, e ocorreu no período 1956-1970. Em 1956 iniciou-se o primeiro acordo LO-SAF, o qual terminou no final da década de 1960. Este primeiro acordo foi conduzido pelo principio de “salário igual para trabalho igual”, independentemente da lucratividade ou da capacidade da empresa pagar este salário (HIBBS; LOCKING, 2000, p.05). As negociações eram realizadas centralizadamente pela LO e a SAF (HIBBS; LOCKING, 2000, p. 05), sem a intervenção do governo, em conformidade com o estabelecido no modelo R-M (MEIDNER et al, 1953, p.88).

Nessas negociações um parâmetro importante era a definição do nível do salário propriamente dito. Este nível era definido pelo setor externo da economia, ou seja, a capacidade de pagamento de salário das empresas exportadoras servia como parâmetro para definição de todos os salários. Se por exemplo, a produtividade do setor exportador crescesse em 5% e a inflação fosse de 2%, os salários seriam reajustados em torno de 7%, e não apenas para o setor exportador, como para toda a economia (SÖDERSTEN, 1900, p.51), utilizando o princípio do salário solidário.

A segunda fase iniciou-se entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, e terminou em 1983. Hibbs e Locking (2000) denominaram-na como “Salários

solidários dentro das indústrias e plantas". Na prática ocorreu uma radicalização[28] da política de salário solidário. Os sindicatos passaram a defender medidas ainda mais igualitárias do que as utilizadas na primeira fase, o que na prática significou que as negociações LO-SAF adotaram o princípio de "salário igual para todo trabalho". Buscou-se uma equalização dos salários entre os diferentes níveis de uma mesma indústria ou planta industrial. Essa radicalização provocou reações da SAF, a qual passou a pressionar por mudanças, uma vez que praticamente se eliminaram os prêmios salariais por produtividade, além do crescente poder de negociação dos trabalhadores (HIBBS; LOCKING, 2000, p. 9-10).

A terceira fase ocorreu entre 1983-1993, e é denominada como "Dissolução das negociações centralizadas". O esgotamento do modelo de produção Fordista, no final da década de 1970, permitiu que a SAF intensificasse a pressão por mudanças nas políticas salariais. A política de salário solidário começou a se desintegrar em 1983, quando a associação dos fabricantes de produtos de engenharia e metais (*Verkstadsföreningen*[29]) realizou negociações separadamente. A partir deste ponto, as negociações e acordos LO-SAF passaram a ser apenas norteadores, com cada sindicato regional e setorial trabalhando individualmente em seus acordos (HIBBS; LOCKING, 2000, p. 10-11).

Oficialmente o sistema de salário solidário foi destituído em 1990, quando o Conselho de Diretores da SAF desativou o seu núcleo de negociação salarial unificada. Assim, ao longo da década de 1980 ocorreu um processo de dispersão salarial, com as negociações salariais considerando os prêmios por produtividade e a lucratividade das empresas (HIBBS; LOCKING, 2000, p. 11-12).

Após o fim da política de salário solidário as negociações salariais continuaram a ser realizadas entre os sindicatos e as empresas, porém considerando aspectos como conjuntura econômica, produtividade e a lucratividade da empresa. Todavia, ainda

[28] A radicalização da política de salário solidário pode ser vista como uma anomalia na concepção original do modelo R-M, uma vez que o modelo previa que o pleno emprego era a principal meta, mas que não deveria ser renegada a estabilidade monetária. Observa-se que em meados da década de 1970 havia pressões inflacionárias sobre a economia sueca, e uma elevação geral dos salários poderia provocar justamente inflação e desemprego.

[29] Essa associação incluía empresas como Volvo, Saab-Scania e Asea, e força de trabalho correspondia o equivalente a um terço dos trabalhadores das negociações LO-SAF.

se verifica um expressivo grau de concentração nas negociações salariais LO-SAF. Deve-se mencionar que após o fim da política de salário solidrário houve discussões no sentido de se constituir um salário mínimo, algo que não prosperou. Não existe atualmente na Suécia um salário mínimo oficial, embora na prática o seguro desemprego e os pisos salariais dos sindicatos sirvam como norteadores.

Os resultados da política de salário solidário sobre o nível geral de salários foram efetivos no sentido de se obter redução nas diferenças salariais. Os dados relativos às variações percentuais na variância salarial dos denominados "*blue-collar workers*" confirmam esta afirmação. Na primeira fase da política de salário solidário, houve uma redução na dispersão total de salários de 34%, com reduções dentro das indústrias e entre as indústrias de 26% e 50%, respectivamente. Na segunda fase houve uma intensificação na redução da dispersão total salarial, com uma redução de 61%, com reduções nas indústrias de 63% e entre indústrias de 58%.

Tabela 6 – Variações percentuais na dispersão salarial (CV^2)[30], "*blue-collar workers*"

	Fase I 1962 - 1970	Fase II 1970 - 1983	Fase III 1983 - 1993
Dispersão Total	-34%	-61%	49%
Na indústria	-26%	-63%	39%
Na planta industrial	..	-60%	41%
Entre indústrias	-50%	-58%	76%
Entre plantas industriais	..	-46%	56%

Fonte: HIBBS; LOCKING, 2000, p. 12.

Na terceira fase iniciou-se um processo de reversão da política de redução das dispersões salariais. A dispersão total registrou um aumento de 49%, com um aumento de 39% dentro das indústrias e de 76% entre as indústrias.

Outra forma de se verificar os efeitos da política de salário solidário é analisar o percentual de variância dos salários dos setores que se encontravam acima da

[30] As variações percentuais foram obtidas por meio da operação $\left[\left(CV_t^2 / CV_{t-n}^2\right) - 1\right] * 100$

média salarial em relação à variância dos setores que se encontravam abaixo dessa média. Os resultados (Tabela 7) apontam que em 1959 a dispersão total dos salários era de 29,6%, e em 1979 a dispersão havia se reduzido para 12,4%.

Tabela 7 – Dispersão salarial na Suécia, 1959-1979.

	Variância dos salários acima da média salarial	Variância dos salários abaixo da média salarial	Dispersão Total
1959	16,7%	-12,9%	29,6%
1961	16,8%	-12,4%	29,2%
1963	15,5%	-11,4%	26,9%
1965	15,3%	-10,6%	25,9%
1968	13,6%	-9,5%	23,1%
1970	11,2%	-8,8%	20,0%
1973	8,3%	-7,9%	16,2%
1974	7,4%	-7,3%	14,7%
1976	6,6%	-6,5%	13,1%
1978	6,0%	-6,7%	12,7%
1979	6,5%	-5,9%	12,4%

Fonte: SOU apud HJALMARSSON, 1990, p. 278.

Dessa forma, os dados apontam que a Suécia, durante o período 1956-1983, obteve uma significativa redução em suas diferenças salariais. Contudo, deve-se mencionar que na concepção do modelo R-M, a política de salários solidários seria útil no sentido de proporcionar um processo de racionalizações na economia que se traduziria em elevação da produtividade. Essa elevação da produtividade permitiria que o país atingisse o pleno emprego com estabilidade de preços. Portanto, é necessário verificar os resultados macroeconômicos alcançados pela Suécia nas duas décadas de aplicação plena do modelo R-M.

2.3.3. Resultados macroeconômicos

O crescimento da produtividade na indústria sueca foi elevado, comparado com as outras economias industrializadas, durante as duas primeiras décadas do modelo R-M. A média anual do crescimento da produtividade na indústria sueca foi de 7,5% entre 1964-1969 (WHYMAN, 2003, p.50). As mudanças estruturais foram

significativas durante a década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, especialmente ao se comparar a Suécia com os demais países industrializados (WHYMAN, 2003, p.50). Uma das evidências do crescimento da produtividade e do crescimento econômico está na posição relativa da renda *per capita*, que em 1970 em termos de valores absolutos era a segunda do mundo, atrás apenas da Suíça (WHYMAN, 2003, p.50). A posição de destaque da Suécia no indicador renda *per capita* também se constatava em 1970 ao se analisar a renda *per capita* em termos de PPP, ocupando a quarta colocação no *ranking* da OCDE, observando que era ao redor de 15% superior a média registrada nos países da OCDE (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p.12).

A análise da taxa de produtividade sueca aponta um crescimento de 4,0% a.a. no período de auge do modelo sueco, ou seja entre 1951-1970. Essa taxa superou em 50% a média de 3% a.a. (Tabela 8) registrada no período 1870-1970. Uma análise mais detalhada dos dados do período 1951-1970 aponta que o setor de manufatura foi o que registrou o maior crescimento de produtividade, com uma taxa de crescimento médio de 5,1% a.a.

Tabela 8 – Crescimento da Produtividade na Suécia, 1870-1970.

Setor	1870 - 1890	1891 - 1910	1911 - 1930	1931 - 1950	1951 - 1970	1870 - 1970
Manufatura	3,6	5,6	4,0	3,8	5,1	**4,4**
Agricultura	1,5	1,4	0,7	1,1	0,1	**1,0**
Construção	2,1	1,4	3,5	2,5	3,6	**2,6**
Comércio	2,4	3,3	3,4	1,5	3,8	**2,9**
Transporte	5,9	5,5	4,3	3,8	3,9	**4,7**
Serviços	1,1	1,3	1,3	2,1	4,1	**2,0**
Adm. Pública	1,6	0,5	2,4	3,0	4,6	**2,4**
Total	**2,1**	**3,1**	**3,1**	**2,6**	**4,0**	**3,0**

Fonte: Krantz e Nilsson apud SÖDERSTEN, 1990, p.33.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 a produtividade apresentou uma redução no ritmo de crescimento. Entre 1971-1990, o crescimento da produtividade por hora

trabalhada na Suécia foi de 1,76% a.a., inferior ao desempenho registrado pelo EU-11[31] de 2,99% a.a., mas superior a taxa de 1,47% a.a. registrada pelos EUA.

Ao se relacionar a política de salário solidário com o desempenho da produtividade, entende-se que a primeira fase dessa política colaborou de forma positiva no crescimento da produtividade industrial. A radicalização da política de salário solidário (segunda fase) erodiu parte dos ganhos obtidos na primeira parte, impactando o desempenho econômico como um todo (HIBBS; LOCKING, 2000, p.27-29). Entretanto, deve-se ressaltar que a década de 1970 foi difícil para todas as economias desenvolvidas, tanto pela crise de produtividade quanto por aspectos internacionais, como a crise do petróleo.

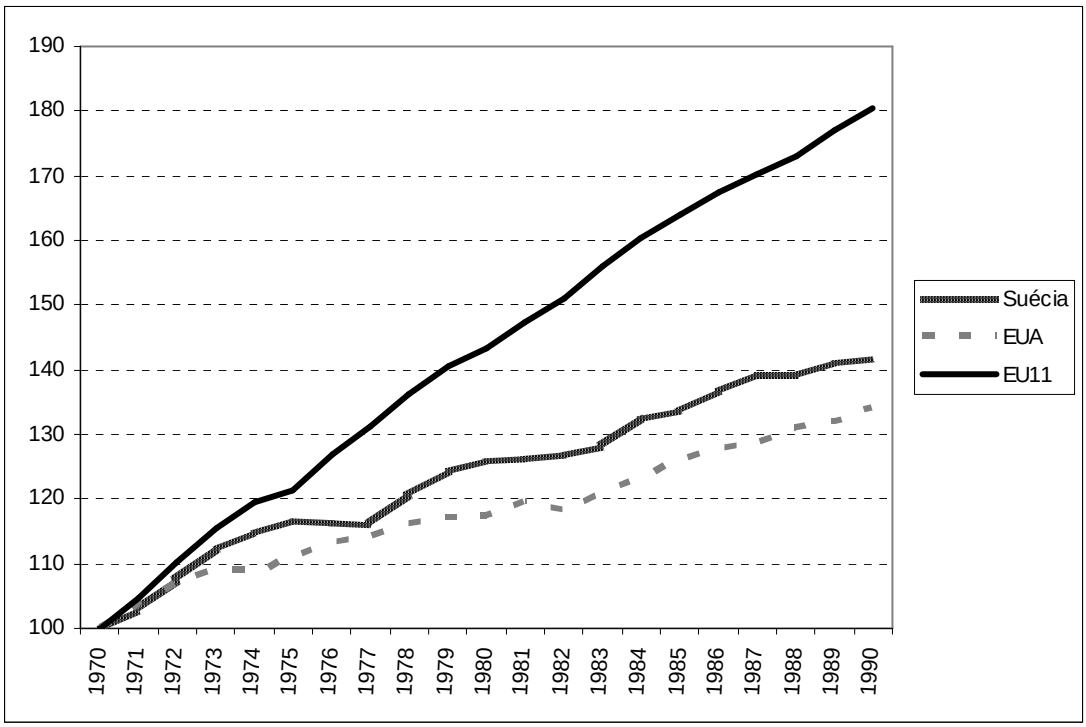


Figura 7 – Produtividade por hora trabalhada, 1970-1990.
Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2006.
Nota: 1970 = 100.

O crescimento do PIB foi expressivo entre 1961-1970, ou seja, durante a primeira fase da política de salário solidário, com uma taxa média de 4,65% a.a.

[31] O grupo de países que compõem o EU-15 excluindo a Áustria, Grécia, Luxemburgo e Portugal.

(STATISTICS SWEDEN, 2006). Na década de 1970 houve uma retração na taxa de crescimento, a qual foi de 2% a.a. (STATISTICS SWEDEN, 2006).

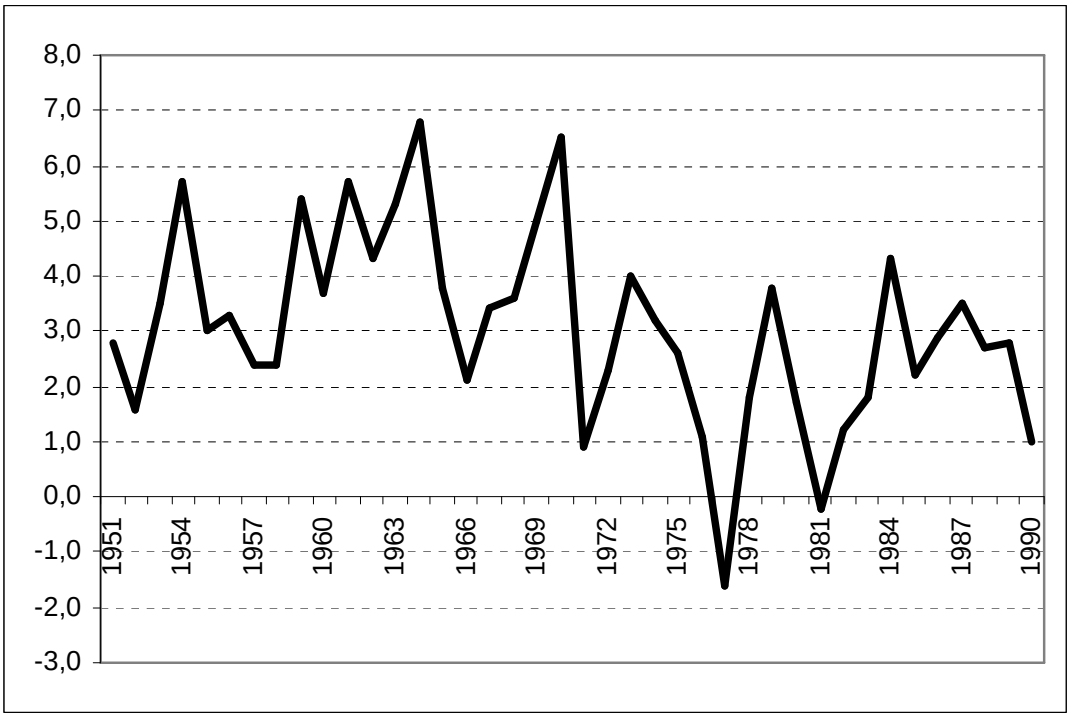


Figura 8 – Crescimento anual do PIB, 1951-1990.
Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2006.

Apesar da queda do crescimento do PIB no período 1971-1990 em relação ao período 1960-1970, o pleno emprego – a principal meta do modelo sueco – continuou a ser atingida. A taxa de desemprego média do período 1963-1970 foi de 1,70% a.a., inferior a taxa média de 2,11% e 2,45% a.a. registradas entre 1971-1980 e 1981-1990, respectivamente (STATISTICS SWEDEN, 2006).

Ressalta-se que embora o desemprego seja o objetivo principal do modelo sueco, a estabilidade de preços também possuía um papel relevante. A inflação média registrada pela Suécia entre 1963-1970 foi de 4,18% a.a., taxa inferior as registradas entre 1971-1980 e 1981-1990, de 9,24% a.a. e 7,60% a.a., respectivamente (STATISTICS SWEDEN, 2006).

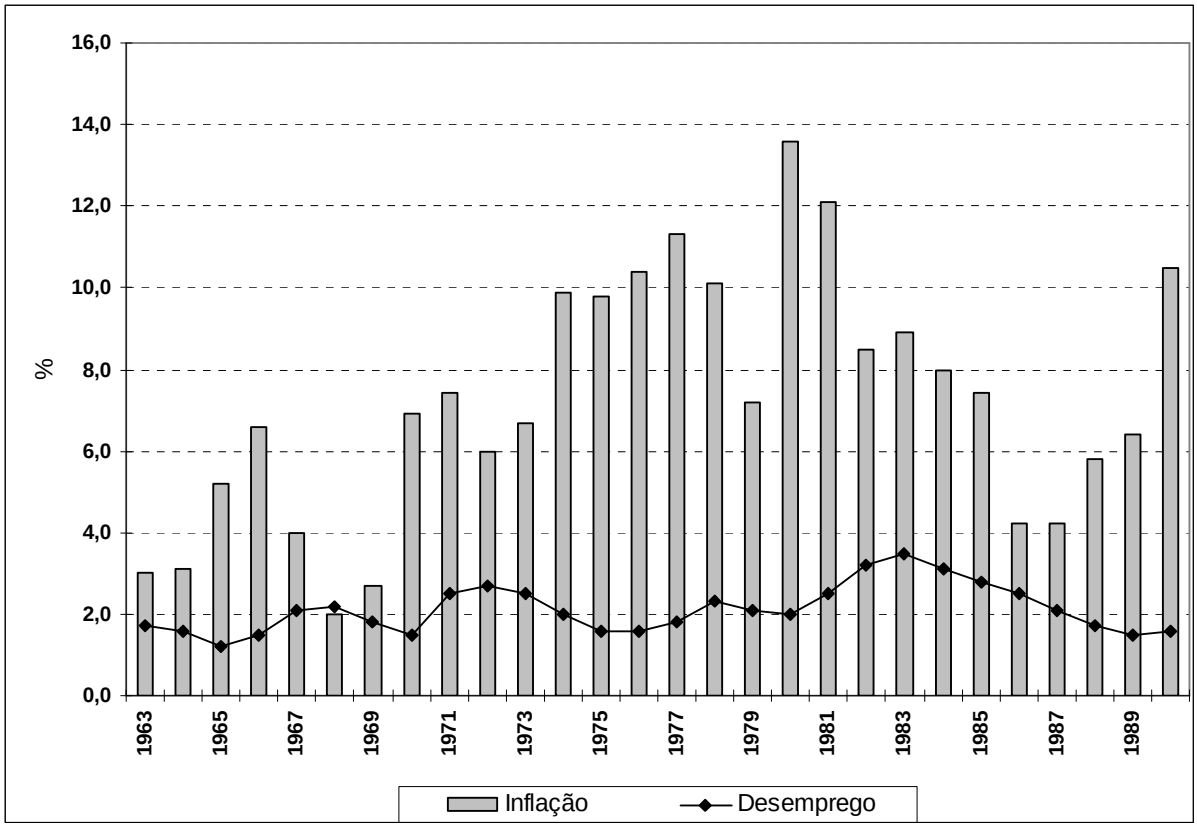


Figura 9 – Inflação e desemprego, 1963-1990.
Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2006.

Pode-se dizer que o modelo R-M atingiu os seus principais objetivos durante o período 1960-1990, uma vez que a Suécia equilibrou os níveis de inflação e desemprego:

> Em termos das variáveis econômicas chaves, a economia sueca também se desempenhou admiravelmente. *The Economist*[32] afirmou que a Suécia atingiu "um dos melhores *trade-offs* entre desemprego e inflação de qualquer economia industrial". O desemprego permaneceu baixo, enquanto as taxas de inflação certamente não foram piores do que a média dos países da União Européia (WHYMAN, 2003, p. 50).

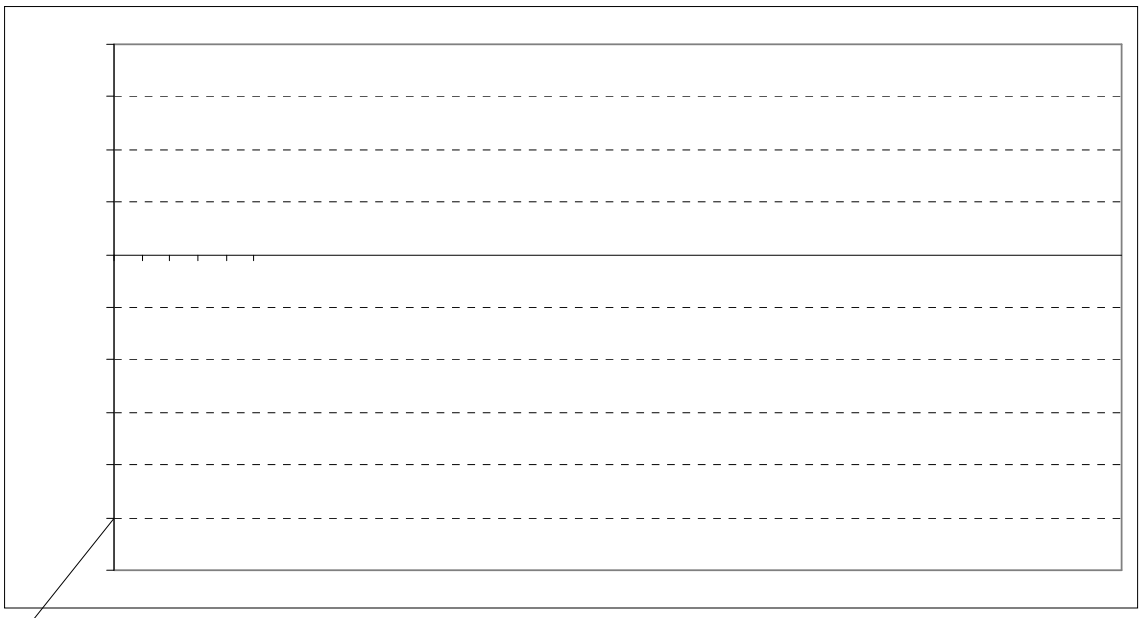
Desse modo, entende-se que a aplicação do modelo R-M na Suécia foi bem-sucedida, embora existam discussões sobre o grau de intensidade em que foram utilizadas as políticas sugeridas pelo modelo.

[32] *The Economist* é uma tradicional revista inglesa de circulação semanal com enfoque em economia, política e negócios.

2.3.4. Considerações gerais sobre o modelo R-M

O modelo R-M foi um modelo de política econômica que inovou, se mostrando uma alternativa viável ao se considerar a sua aplicação na Suécia. Como apresentado, cada elemento do modelo foi projetado com a intenção de complementar os demais, assim não se recomendaria a aplicação do modelo parcialmente (WHYMAN, 2003, p.52; ERIXON, 2000).

Entretanto, a intensidade da aplicação do modelo R-M na Suécia permanece como um ponto de discussão. Eklund (2001) observa que ao se analisar a questão fiscal o modelo não foi utilizado em sua totalidade, pois o governo não praticou uma política fiscal suficientemente restritiva nos momentos de expansão da economia. Essa opinião é compartilhada em Erixon (2005), pois apesar do modelo ter sido a principal influência para a política econômica sueca entre 1960-1990, observa-se que durante um considerável período de tempo a política fiscal não foi restritiva, destacando-se os períodos 1978-1986 e 1991-1997. O déficit fiscal médio no primeiro período mencionado foi de 3,33% do PIB, e no segundo período o déficit médio registrado foi de 5,91% (STATISTICS SWEDEN, 2006).



Os principais objetivos do modelo eram atingir o pleno emprego com estabilidade de preços. Ao se verificar que durante o período 1960-1990 o país teve uma taxa de desemprego que oscilou entre 1,5% - 3,5%, e uma inflação média de um dígito, pode-se dizer que os objetivos foram atingidos. Apesar da discussão sobre a intensidade de aplicação do modelo, observa-se que o principal foi considerado e os dados mencionados sobre inflação e desemprego seriam evidências disto.

Todavia, apesar do enfoque dado neste capítulo ao modelo R-M e aos seus objetivos, cabe analisar de forma mais detalhada como uma das principais metas do modelo – o pleno emprego – foi de fato perseguida pela Suécia após a IIGM.

3. O pleno emprego e o modelo sueco

3.1. O conceito de pleno emprego adotado para o modelo sueco

A análise realizada no capítulo 2, reconhecendo o modelo R-M como sinônimo do modelo sueco, ressalta a utilização de políticas de mercado de trabalho como as principais ferramentas para se atingir as metas de pleno emprego e estabilidade de preços (ERIXON, 2000). Porém, observa-se que o objetivo do pleno emprego era o mais destacado pelos formuladores do modelo (LUNDBERG, 1985, p.12).

Considerando-se o contexto sócio-econômico e a elaboração do modelo sueco, é possível se questionar quais os conceitos ou métricas adequados para se definir o que seria o pleno emprego no caso sueco, observando que a discussão sobre a definição do conceito de pleno emprego não é consensual entre os economistas.

Ressalta-se que não é objetivo desta seção analisar os conceitos teóricos sobre o pleno emprego, o que demandaria uma extensa análise sobre as várias correntes teóricas. Entretanto, se faz necessário mencionar alguns conceitos sobre o tema para que seja possível entender a meta estabelecida para o modelo sueco.

Em 1942, o Relatório *Beveridge*[33] arbitrou que uma economia estaria em pleno emprego com uma taxa de desemprego inferior a 3% (MEIDNER et al, 1953, p. 37). Esse relatório possuía um viés Keynesiano na questão do gerenciamento da política fiscal, com o objetivo de se gerar emprego por meio do gasto público.

Keynes, na Teoria Geral, argumenta que dada às complexas características do sistema econômico real e a sua instabilidade seria difícil se atingir o pleno emprego, observando como mais comum uma situação intermediária (KEYNES, 1985, p. 173). Uma interpretação possível, com base nesta afirmação, é de que dada à dificuldade de se atingir o pleno emprego e consequentemente de se mensurar isto, poderia se

[33] O Relatório *Beveridge* ou *Beveridge Report*, é um relatório escrito pelo economista britânico William Beveridge em 1942 por solicitação do governo britânico. Este relatório delimitou como o governo deveria atuar na construção de um *welfare state*. Este relatório foi complementado por um outro trabalho denominado *Full Employment in a Free Society* publicado em 1944.

arbitrar uma taxa de desemprego, como fez o Relatório Beveridge. Ressalta-se que isto seria apenas uma tentativa de definição do conceito de pleno emprego em uma determinada economia.

Numa outra linha, existe o conceito de que o pleno emprego em uma economia ocorre quando ela está funcionando em sua taxa natural de desemprego, ou seja, considerando os aspectos estruturais da economia (tecnologia, infra-estrutura, nível educacional, etc.), calcula-se qual o nível de desemprego para esta estrutura que não provocaria inflação (TURNER et al., 2001, p.173 – 174). Este conceito de taxa natural de desemprego teve a sua origem na escola monetarista de Chicago, especificamente nos estudos apresentados por Friedman e Phelps[34] em 1968[35].

O pleno emprego foi uma das principais metas do modelo sueco. Observa-se no caso sueco que houve a influência do Relatório *Beveridge*, embora num primeiro momento não tenha se assumido nenhum número como meta para o nível de desemprego. Bertil Ohlin, em um trabalho publicado em 1949, sugeriu uma taxa de desemprego de 5% como uma meta razoável para a Suécia, o que foi severamente questionado, considerando que o desemprego no final da década de 1940 e início da década de 1950 oscilava ao redor de 2% - 3% (LUNDBERG, 1985, p. 12 – 13).

Lundberg (1985) apresenta uma definição quantitativa sobre o pleno emprego:

> O pleno emprego foi claramente definido com a meta número um. [...] O pleno emprego foi estabelecido como um ingrediente essencial do modelo sueco. A precisão quantitativa foi assumida ao longo do tempo. Qualquer documento do governo sugeria uma meta para a taxa de desemprego ao redor de 2 por cento. Ela mostrou ser consistente com os resultados reais atingidos durante as décadas seguintes, permitindo pequenas variações durante o ciclo de negócios (1 – 3 por cento) (LUNDBERG, 1985, p. 12 – 13).

Destaca-se que em Lars (2004), Andersson e Gunnarsson (2004) e Lindbeck (1997), há o entendimento que a Suécia conseguiu manter o pleno emprego desde a concepção do modelo sueco[36] até o início da crise econômica na década de 1990.

---

[34] Friedman e Phelps são normalmente identificados como os autores do conceito de uma taxa natural e/ou estrutural de desemprego. (TURNER et al., 2001, p. 205).

[35] Esta taxa de desemprego foi estimada para a Suécia, no ano de 1999, entre 5,8% e 6,8% (TURNER et al., 2001, p. 192).

[36] A validade desta afirmação está ao se reconhecer que a concepção do modelo sueco ocorreu na década de 1950 com a formulação do modelo R-M, conforme apresentado no capítulo 2. Todavia, ressalta-se que

Assim, com base nos conceitos apresentados reconhece-se para as análises deste trabalho que o pleno emprego para o modelo sueco significa uma taxa de desemprego média inferior a 3% em um período de dez anos. O valor de 3% justifica-se pela influência do Relatório Beveridge na estruturação do modelo R-M, e a utilização de um período de dez anos têm como objetivo retirar efeitos sazonais e identificar uma tendência. Dado esse conceito e/ou métrica quantitativa para o pleno emprego, cabe apresentar os regimes de política macroeconômica adotados na Suécia após a IIGM, e como esta meta do modelo sueco foi perseguida durante esses regimes.

3.2. Os regimes de política macroeconômica da Suécia após a IIGM

Com base na análise de Lindbeck (1997, p. 1302) é possível identificar três diferentes regimes de políticas macroeconômicas após a IIGM: (i) Políticas intensas no mercado de trabalho no período 1950 – 1975; (ii) Políticas para enfrentar a crise do setor de *tradeables*, na metade da década de 1970 até o início da década de 1990; e (iii) Política com ênfase na estabilidade de preços, desde o início da década de 1990. Esses três períodos são analisados a seguir.

3.2.1. Políticas intensas no mercado de trabalho: período 1950 – 1975

Lindbeck (1997) aponta que esse período deve ser dividido em duas partes. A primeira parte (1950 – 1965) seria caracterizada por políticas de intervenção direta no mercado de trabalho e a segunda parte (1966 – 1975) pelo surgimento de

O salário solidário funcionava como instrumento de distribuição de renda, uma vez que ele buscava uma padronização dos salários para os trabalhadores que desempenhavam uma mesma função, independente da empresa ou setor que esses estivessem. Já o aumento do emprego público, segundo Rosen (1996), se iniciou em meados da década de 1960, tendo como propósitos prioritários a manutenção do nível de emprego e renda da economia e uma maior participação das mulheres na força de trabalho, além da ampliação dos serviços de *welfare*. Essa combinação de políticas macroeconômicas adotadas pela Suécia foi bem sucedida durante as décadas de 1950 e 1960. Lundberg (1985, p. 03) relata que o auge do modelo sueco ocorreu no final da década de 1960, destacando que havia alguns aspectos que identificavam claramente o modelo:

- Pleno emprego, com a taxa de desemprego no período 1945-1970 variando entre 1,5% - 2,5%;
- Uma taxa de inflação relativamente estável, ao redor de 3% a.a;
- Um alto grau de estabilidade cíclica;
- Ausência de problemas na Balança Comercial;
- Um razoável crescimento do PIB, ao redor de 4% a.a..

Apesar da taxa de crescimento do PIB ter sido levemente inferior à taxa registrada na OCDE para o período 1950 – 1970 (ver dados da tabela 1), o desempenho do país foi satisfatório, uma vez que no começo do período pós IIGM a Suécia já apresentava um alto nível de renda *per capita*. A prosperidade econômica e social atingida pela Suécia no período pós-IIGM fez com que os ideais do modelo sueco fossem exaltados, e o país passou a ser considerado como um exemplo mais avançado na condução das políticas econômicas e sociais (LINDBECK, 1997, p.1273).

A segunda parte caracteriza-se pelo surgimento de problemas macroeconômicos e pela saturação das políticas de intervenção direta no mercado de trabalho. A política de salário solidário foi eficiente em distribuir renda, mas a radicalização dessa

política, conforme apontam Hibbs e Locking (2000), trouxe pressões inflacionárias para a economia.

Além da radicalização da política de salário solidário que já trouxe *per si* pressões sobre os custos, ocorreu à primeira crise do petróleo no início da década de 1970, o que veio a desencadear uma série de eventos, como destaca Lindbeck (1997):

> Depois da primeira crise do petróleo, as tentativas do Governo Social Democrático de superar a recessão internacional por meio de expansão fiscal, incluindo amplos subsídios para os investimentos de estoque, terminaram em uma explosão de custos salariais. O custo salarial por hora aumentou ao redor de 65 por cento durante o período de três anos 1974 – 1976, resultando em uma coroa sueca sobrevalorizada e em uma lentidão na produção e nos investimentos do setor de *tradeables* (LINDBECK,1997, p.1303).

A crise da primeira metade da década de 1970 trouxe questionamentos ao modelo e a forma de gestão da economia. Uma evidência disto é que o PSD, principal grupo político idealizador do modelo sueco, perdeu nas eleições de 1976 uma hegemonia de 44 anos no *Riksdag*,.

3.2.2. Políticas para enfrentar a crise no setor de *tradeables*: período 1976 – 1990

O setor de *tradeables* era importante na estrutura do modelo R-M, uma vez que o modelo foi constituído considerando um cenário de grandes empresas exportadoras que seriam responsáveis por definir parâmetros importantes da economia, como o nível de salário e a produtividade. Dessa forma, a crise que ocorreu no setor de *tradeables* na metade da década de 1970 trouxe problemas para a economia sueca como um todo. Esses problemas foram intensificados ao longo da primeira metade dessa década com a sobrevalorização da coroa sueca, a qual era fruto da combinação câmbio fixo e inflação interna. A alternativa encontrada para amenizar a crise no setor de *tradeables* foi promover desvalorizações da moeda.

A primeira desvalorização foi de 3% e ocorreu em 1976. Esta desvalorização marcou o fim de um período de vinte e cinco anos de câmbio fixo, o qual havia sido adotado

como parte da adesão ao sistema de Bretton Woods. O sistema encerrou-se em 1973, e a partir deste ponto a coroa sueca passou a ser atrelada há uma cesta de moedas européias chamada *German D-mark*. Esta adesão durou apenas quatro anos, e em 1977 a Suécia abandonou esse sistema e adotou uma nova cesta na qual o dólar possuía um peso duplo em relação às demais moedas dos principais parceiros comerciais. Após isto foram promovidas novas desvalorizações nos anos subseqüentes. Em 1977 ocorreram duas desvalorizações, uma de 6% e outra de 10%. No biênio 1981-1982 ocorreu uma nova rodada de desvalorizações, primeiramente com uma desvalorização de 10% em 1981, a qual foi acompanhada por outra de 16% em 1982 (ÖBERG, 2006, p. 02-03). Além dessas desvalorizações, o governo tentou, sem sucesso, outras formas de gerenciamento do câmbio. Contudo, ao final, a saída geralmente utilizada era desvalorizar a moeda de forma discricionária (LINDBECK, 1997, p. 1302).

O uso das desvalorizações cambiais, como forma de aumentar a competitividade dos produtos suecos, trouxe como efeito colateral o aumento da inflação. Durante a década de 1980 o índice de preços ao consumidor registrou uma elevação média de 8% a.a., enquanto a média dos países da OCDE (excluindo a Turquia) foi de 6% (LINDBECK ,1997, p. 1303).

Mesmo a elevação das taxas de inflação sendo um fenômeno indesejável, não havia maiores pressões sobre o governo, uma vez que o país conseguia manter o pleno emprego. Ao longo da década de 1980, as taxas de desemprego variaram entre 1,5% - 3,5%, ou seja, taxas inferiores às registradas pelas demais nações desenvolvidas neste período (LINDBECK, 1997, p. 1303).

A crise no setor de *tradeables* trouxe impactos sobre a economia sueca, especialmente no período 1976-1985, no qual a economia permaneceu de certo modo estagnada. A recuperação da atividade econômica sueca ocorreu de forma mais consistente na segunda metade da década de 1980, e acredita-se que isto foi possível graças ao “boom” de crédito que ocorreu no país após a desregulamentação do mercado de capitais doméstico em 1985. A expansão do crédito acabou por gerar maior pressão inflacionária, uma vez que o país havia desvalorizado a moeda em 1981 e 1982. A explosão do crédito incentivou o

surgimento de uma “bolha” no mercado imobiliário, fenômeno que ganhou força com a permissão de dedução dos juros pagos com hipotecas no imposto de renda devido. Por último, a crise inflacionária desencadeou uma série de problemas e pressões na economia, o que levou o governo a rever sua forma de gerenciar a política fiscal e monetária na década de 1990 (HEIKENSTEN, 1998; HEINKENSTEN; VREDIN, 2002).

3.2.3. Políticas com ênfase na estabilidade de preços: após 1990

O terceiro regime de política macroeconômica adotado pela Suécia surgiu após a crise financeira do início da década de 1990. Este regime se caracteriza pela ênfase na estabilidade de preços, utilizando como principais ferramentas a política monetária e a política fiscal. Colaborou para essa crise os altos índices inflacionários que o país apresentava desde meados da década de 1980. Como elemento adicional para a crise financeira deve-se mencionar a entrada da Suécia no *European Currency Unit* (ECU)[37]. Na prática, isto significou que o país passou a conviver com a rigidez cambial, além de possuir uma elevada inflação interna, resultando numa sobrevalorização da coroa sueca. Essa combinação gerou pressões sobre a Balança Comercial e sobre a Balança de Transações Correntes, a qual registrou déficits de 2,75%, 1,94% e 3,57% em relação ao PIB nos anos de 1990, 1991 e 1992, respectivamente (NIER, 2006).

Em 1992, a crise chegou ao seu ponto máximo, com fortes ataques especulativos à moeda sueca. Em 19 de novembro de 1992 o *Riksbank* abandonou o regime de câmbio fixo e adotou o regime de câmbio flutuante. A política monetária que até então possuía uma âncora cambial, perdeu a sua principal referência. Adotou-se uma nova referência para condução da política monetária, e com base na experiência utilizada pelo Canadá, o *Riksbank* adotou o regime de metas de inflação combinado com um regime de câmbio flutuante. (HEIKENSTEN; VREDIN, 2002, p. 07-08).

[37] O ECU (*European Currency Unit*) ou Sistema Monetário Europeu foi um introduzido em 13 de março de 1979, e era uma cesta de moedas dos membros da Comunidade Européia, funcionando na prática como um sistema de bandas cambiais, e serviu de base para a introdução do euro em 1999. A Suécia aderiu ao ECU em 17 de maio de 1991, estabelecendo um câmbio fixo de 7,40 coroas suecas por ECU.

O regime de metas de inflação passaria a vigorar em 1995, com uma meta de inflação de 2% ao ano, com uma banda de variação de 1 ponto percentual para baixo ou para cima. Decidiu-se que o período 1993-1994 seria considerado como um de transição em razão da inércia inflacionária que ainda existiria das últimas duas décadas de inflação mais elevada, e por causa da depreciação da coroa sueca (ao redor de 20%) após a adoção do câmbio flutuante (HEIKENSTEN; VREDIN, 2002, p. 08).

Complementarmente a política de metas de inflação iniciou-se um processo independência do *Riksbank*, o qual não encontrou apoio político num primeiro momento. Entretanto, com o amadurecimento do regime de metas de inflação a idéia de independência do *Riksbank* voltou a ganhar força na segunda metade da década de 1990, e em 1999 o Parlamento aprovou a legislação que tornou o *Riksbank* independente. A independência do *Riksbank* reforçou ainda mais a idéia de que a estabilidade da moeda é a única obrigação de um Banco Central. (HEIKENSTEN; VREDIN, 2002, p. 09).

A Figura 11 demonstra que de fato as taxas de inflação reduziram sensivelmente após a adoção do regime de metas de inflação. No período de doze anos compreendido entre 1981 e 1992, a inflação média foi de 7,29% a.a., enquanto no período de doze anos após a adoção do regime de metas, ou seja, no período 1993-2004, a taxa média de inflação foi de 1,53% a.a. (STATISTICS SWEDEN, 2006). Porém deve-se ponderar que a redução das taxas de inflação não foi um fenômeno exclusivo da Suécia, pois no início da década de 1990 ocorreu um processo de redução das taxas de inflação na maioria dos países industrializados. Em McCallum (1996, p.09-10) consta que entre 1977 e 1986 a taxa média de inflação dos países industrializados foi de 7,3% a.a., e em 1994 essa mesma média foi de 2,4% a.a. Estes dados evidenciam que a redução das taxas de inflação foi um fenômeno que ocorreu em vários países desenvolvidos, e não apenas em países que adotaram o sistema de metas de inflação, como Suécia, Canadá e Reino Unido.

Para se atingir a estabilização dos índices de inflação a política macroeconômica sueca utilizou não apenas as taxas de juros, sob o arcabouço de um regime de metas de inflação, mas também se buscou restaurar uma política estrutural de

superávits fiscais, restaurando-se um dos elementos originais do modelo R-M. O sentido da política fiscal superavitária era que não teria efeito prático à adoção de uma política de metas de inflação, se o Estado sueco apresentasse déficits fiscais, os quais tenderiam a exercer pressões inflacionárias.

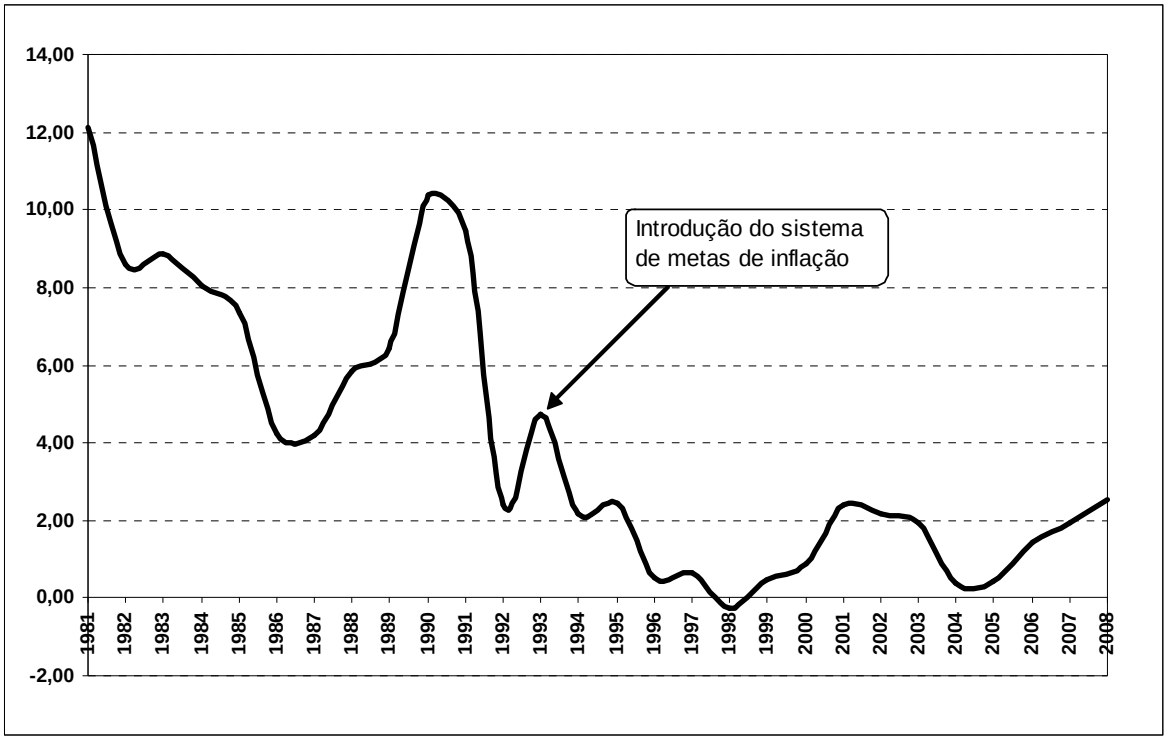


Figura 11 – Índice de inflação ao consumidor, 1981-2008.
Fontes:STATISTICS SWEDEN, 2006 ; NIER, 2006.
Nota: As taxas de inflação para o período 2006 – 2008 foram estimadas pelo NIER.

Entretanto, a forte crise do início da década de 1990 trouxe uma severa pressão sobre o orçamento público, uma vez que com a retração da economia houve uma elevação das taxas de desemprego, o que gerou um acréscimo expressivo na demanda dos serviços de *welfare* e das políticas de transferência de renda. A Suécia apresentava um superávit fiscal consolidado em 1990 de 4,09% do PIB, o qual se transformou em um déficit equivalente a 9,31% do PIB em 1993 (STATISTICS SWEDEN, 2006). Para reverter este quadro criou-se um plano emergencial denominado Plano de Consolidação no biênio 1994-1995. O principal objetivo deste plano era reduzir o déficit fiscal para 3% do PIB, em consonância com a meta estabelecida pelo Tratado de Maastricht (ARNASON; THOMAS, 1998, p. 06). A principal estratégia para atingir esta meta foi reduzir a transferência real de renda

como apontam os dados da Tabela 9. Em 1993, no ano auge da crise fiscal, as Transferências equivaliam ao redor de 33% do PIB, e em 1995, após a introdução

3.3. A meta do pleno emprego durante os regimes macroeconômicos pós-IIGM

Na seção anterior foram apresentados brevemente os regimes macroeconômicos adotados pela Suécia após a IIGM. O objetivo desta seção é analisar como a meta do pleno emprego foi perseguida durante esses regimes macroeconômicos.

O primeiro regime macroeconômico, caracterizado por políticas intensas no mercado de trabalho (período 1950-1975), teve explicitamente o pleno emprego como a principal meta, enfatizando que o modelo R-M e a política de salário solidária evidenciam isto. Södersten (1990) apresenta que a política econômica foi orientada para a alocação dos recursos da economia para os setores mais dinâmicos. O Estado além de promover a racionalização da economia, patrocinando a política de salários solidários, auxiliava a iniciativa privada com políticas que favoreciam as exportações, e conseguia por meio da poupança pública incrementar os serviços de *welfare*. O princípio adotado foi que a Suécia era um pequeno país, com um mercado interno limitado, e desse modo por mais que houvesse crescimento econômico a questão da exportação seria imperativa no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

De fato, as exportações são importantes para o modelo sueco e para se atingir a meta de pleno emprego. Ressalta-se que essa importância cresceu ao longo do tempo. Em 1960, as exportações equivaliam a aproximadamente 22% do PIB sueco, já em 2005 representavam ao redor de 50% do PIB (Figura 12).

Durante o segundo regime macroeconômico (1976-1990) se utilizou basicamente as desvalorizações cambiais como ferramenta para se atingir o pleno emprego. Essa ferramenta foi uma alternativa para tentar manter o dinamismo no setor exportador da economia, pois os elevados e crescentes custos salariais da indústria sueca tenderiam a prejudicar as vendas externas. Uma evidência desses custos salariais crescentes é o acordo entre sindicatos e empregadores que ocorreu no biênio 1975-1976, o qual elevou os salários e os impostos relacionados a folha de pagamento, implicando em um aumento total do custo salarial por hora de 38% (ÖBERG, 2006, p.02). Isto erodiu substancialmente a competitividade sueca e acabou por se refletir na estagnação das exportações em percentual do PIB durante a segunda metade da

da inflação e das finanças públicas, deixando para segundo plano a questão do pleno emprego (LINDBECK, 1997, p. 1303-1304).

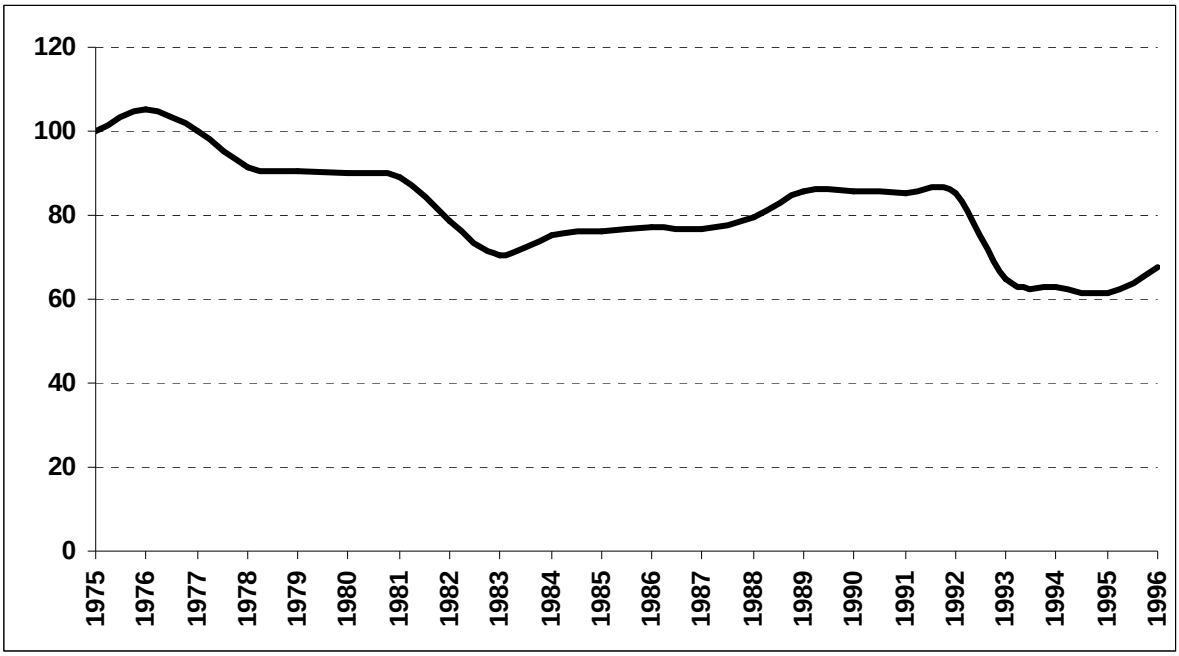


Figura 13 – Taxa Efetiva de Câmbio, 1975 – 1996.
Fonte: WORLD BANK, 2003.
Nota: 1975 = 100

Como apontado, essa mudança no objetivo da política econômica trouxe impactos na forma que o *Riksbank* passou a conduzir a política monetária. Objetivamente, em momentos de recessão o *Riksbank* não possui mais o compromisso de gerar liquidez para reativar a economia. Uma evidência desta mudança é o fato que a Suécia passou a enfrentar taxas de desemprego elevadas em relação aos níveis registrados no período 1950-1990. Embora o pleno emprego não seja mais assumido oficialmente como principal objetivo da política econômica, observa-se que a questão ocupa um lugar de destaque no debate político e econômico sueco como demonstra os relatórios do *Swedish Institute*, os quais destacam explicitamente a importância do pleno emprego, além das diversas políticas enfocadas no mercado de trabalho (SWEDISH INSTITUTE, 2005).

Adicionalmente, deve-se destacar que ao longo dos três regimes macroeconômicos adotados após a IIGM, a expansão do emprego no setor público foi uma ferramenta muito utilizada para se atingir o pleno emprego. A utilização do emprego público

como forma de atingir o pleno emprego começou na década de 1960. Com o processo de racionalização promovido pela adoção do modelo R-M, verificou-se uma tendência de redução do nível de emprego no setor privado (especialmente no segmento industrial) em meados da década de 1960. A reação do governo sueco para este fenômeno foi intervir gerando empregos no setor público, com destaque para os serviços públicos de "*welfare state*". Inicialmente essas políticas eram consideradas como temporárias, porém acabaram por se tornarem permanentes, compondo um aspecto estrutural do mercado de trabalho sueco.

Tabela 10 – Emprego Público e Privado (milhares de pessoas), 1965-2003

Ano	Setor Público		Setor Privado	
	Empregos	Variação	Empregos	Variação
1964	498	0	3.091	0
1965	546	48	3.121	30
1970	776	278	3.041	-50
1975	1.015	517	2.980	-111
1980	1.270	772	2.869	-222
1985	1.383	885	2.844	-247
1990	1.435	937	3.043	-48
1995	1.338	840	2.648	-443
2000	1.352	854	2.799	-292
2003	1.444	946	2.784	-307

Fontes: STATISTICS SWEDEN, 2006; CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2004, p.22.

Rosen (1996) afirma que a Suécia promoveu entre 1961-1996, uma rápida expansão do setor público:

> O emprego na Suécia durante os últimos 35 anos reflete o crescimento do *welfare state*. Dois fatores básicos dominam os dados. Primeiro, o setor público local [municipal] tem contabilizado todo o crescimento do emprego na Suécia desde o início da década de 1960. Segundo, quase tudo isto tem sido preenchido por mulheres (ROSEN, 1996, p.729).

A afirmação de Rosen (1996) é sustentada pelos dados. O setor público era responsável por 15% dos empregos suecos em 1965. Em uma década (em 1975) esse percentual estava ao redor de 26%, ou seja, em apenas dez anos a representatividade da participação do setor público no total de empregos do país subiu ao redor de 73%. Comparando os dados da Tabela 10 para os anos de 1965 e 2003, verifica-se que esse crescimento da participação do setor público no nível de

empregos ficou ainda mais expressivo, ou seja, ao longo das décadas seguintes o processo se intensificou. Em um período de trinta e oito anos o peso do setor público no total de empregos subiu em 126%.

O número total de empregos da economia, no período 1965-2003, subiu ao redor de 17%, ou seja, o equivalente a 639 mil empregos, observando que o setor público gerou 946 mil empregos e o setor privado perdeu ao redor de 307 mil empregos. Os dados (Tabela 10) sugerem que o Estado sueco utilizou a geração de empregos públicos para atingir o pleno emprego, não apenas no primeiro regime macroeconômico, como também durante o segundo e o terceiro regime.

Essa geração de empregos ocorreu basicamente nas municipalidades para o fornecimento de serviços de *"welfare state"*, enfatizando que esses empregos eram destinados prioritariamente para as mulheres, sendo este um elemento político do PSD, promovendo o conceito de igualdade dos sexos (ROSEN, 1996).

Analisando como o Estado sueco utilizou o emprego público para atingir o pleno emprego durante os três regimes macroeconômicos, ressalta-se que desde 1965 o emprego público só apresentou redução no início da década de 1990, no momento da forte crise econômica e financeira. Entretanto, o Estado voltou a aumentar o número de empregos na segunda metade da década de 1990, quando a economia apresentou recuperação.

Portanto, observa-se que a questão do pleno emprego esteve presente ao longo dos três regimes macroeconômicos adotados pela Suécia após a IIGM . O Estado sueco dedicou atenção especial à questão, mesmo durante o último regime macroeconômico, o qual possuí um enfoque maior na estabilidade de preços.

4. A elevação das taxas de desemprego na década de 1990

4.1. A elevação das taxas de desemprego

A Suécia é um país com um elevado nível de desenvolvimento sócio-econômico, o qual foi atingido ao longo do século XX. O processo de desenvolvimento sueco teve a colaboração de diversos fatores, entre eles o rápido processo de industrialização, baseado em grandes empresas, e a constituição de uma extensa rede de serviços públicos de *welfare*. Contudo, entende-se que o elemento de maior destaque para se atingir este elevado nível de desenvolvimento sócio-econômico foi a constituição do modelo sueco na década de 1950, especificamente o modelo R-M (ERIXON, 2000). As metas do modelo R-M eram o pleno emprego e a estabilidade de preços, porém observa-se que na introdução do modelo a meta prioritária foi o pleno emprego (LUNDBERG, 1985; MOENE; WALLERSTEIN, 2005).

Assumiu-se como conceito de pleno emprego no contexto do modelo R-M, uma média móvel da taxa de desemprego inferior a 3% num período de dez anos. Observa-se que desde a constituição do modelo até o início da década de 1990, essa média móvel da taxa de desemprego oscilou entre 1,5% - 2,7%, ou seja, segundo este critério a Suécia esteve tecnicamente em pleno emprego durante este período.

No início da década de 1990, a Suécia enfrentou a sua mais forte recessão desde a Grande Depressão. O PIB apresentou uma queda de aproximadamente 4% entre 1991-1993, e a produção industrial caiu ao redor de 15% no mesmo período (LINDBECK, 1997, p.1304). A forte recessão pressionou as finanças públicas tanto do lado das receitas quanto do lado das despesas. A recessão diminuiu a arrecadação fiscal devido, a menor base tributável, e as despesas se elevaram graças ao aumento do número de pedidos de seguro desemprego e de outras demandas sociais garantidas pelas políticas de *“welfare state”.* Nesse cenário, o setor público e a iniciativa privada se viram obrigados a cortarem custos, o que incluiu o corte de postos de trabalho. Os dados (ver Tabela 10) mostram que entre

1990 e 1995 desapareceram ao redor de 492 mil empregos, destes 97 mil no setor público e 395 mil na iniciativa privada.

Com a supressão de postos de trabalho, também por parte do Estado sueco, as taxas de desemprego se elevaram abruptamente, atingindo 5,2% no ano de 1992 (STATISTICS SWEDEN, 2006), a maior taxa desde a IIGM. A situação se agravou ainda mais no ano seguinte, com o desemprego atingindo 8,2% (STATISTICS SWEDEN, 2006). Observa-se que o nível de desemprego começou a apresentar redução apenas em 1994, ressaltando que apenas após o ano 2000 a taxa de desemprego mantevesse ao redor de 5% (ver Figura 14).

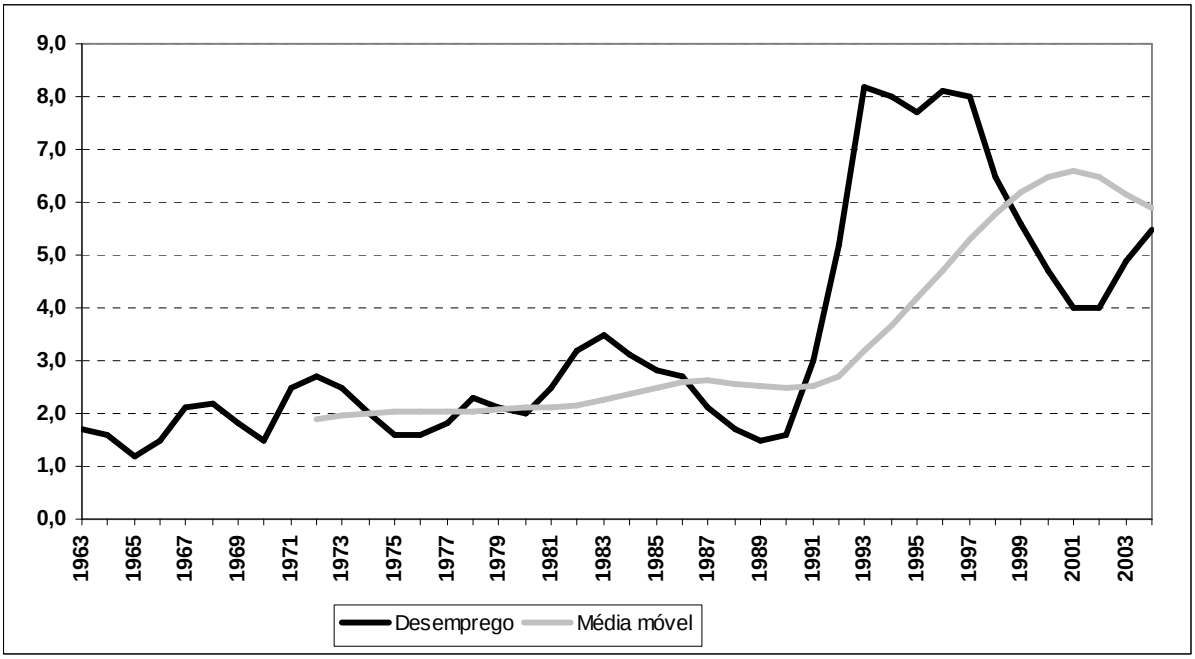


Figura 14 – Taxa de desemprego e média móvel em porcentagem, 1963-2004.
Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2006.

A análise da Figura 14 aponta que as taxas de desemprego ficaram acima de 3% desde o ano de 1992, e pela análise da média móvel desde o ano de 1993. Deve-se mencionar que no período 1963-1991, a taxa média de desemprego foi de 2,15%, enquanto no período 1992-2004, a taxa média foi de 6,18% (STATISTICS SWEDEN, 2006). Portanto, os níveis de desemprego se elevaram expressivamente após a crise econômica e financeira do início da década de 1990, o que provocou um sério impacto sobre a sociedade sueca:

> Quando a crise econômica atingiu a Suécia no começo da década de 1990, o bem estar[38] dos indivíduos bem como os recursos disponíveis para o sistema de políticas de bem estar foi diretamente afetado. A magnitude da recessão econômica foi única desde a década de 1930, e os problemas que acompanharam, importante considerar, foram estranhos para uma nação que tinha experimentado o pleno emprego por mais de meio século. Durante os piores anos, a renda disponível declinou para a vasta maioria das famílias, e durante a década 1,6 milhão de indivíduos experimentaram o ataque do desemprego de várias formas. A crise disparou mudanças de políticas em virtualmente todas as áreas da política social, na maioria das vezes implicando em níveis compensatórios menos generosos, diminuindo a elegibilidade e menos recursos alocados para os vários serviços sociais (BERGMARK; PALME, 2003, p.108).

Essa elevação do nível de desemprego após a crise da década de 1990 levanta uma polêmica questão: Teria ocorrido o fim do pleno emprego após a crise?

A resposta para essa questão não é conclusiva, dado que o conceito de pleno emprego não é unânime, como apresentado no capítulo 3. Ao se considerar a métrica de 3%, poderia se dizer que a persistente manutenção da taxa de desemprego acima deste patamar, desde o ano de 1992, significaria o fim do pleno emprego. Essa opinião é corroborada por Lindbeck (1997, p.1313), o qual afirma que a Suécia experimentou o colapso do pleno emprego no início da década de 1990. Em Whyman (2003) há o entendimento que seria necessário se restaurar o pleno emprego, e em Meidner (1997) consta que o desemprego de massa tomou conta da Suécia após a crise e igualou o país aos demais países industrializados do Ocidente.

Entretanto, uma análise sob a ótica da taxa natural de desemprego (ou taxa estrutural de desemprego[39]), pode apresentar outra resposta à questão. Como apresentado, o conceito de taxa natural de desemprego considera os aspectos estruturais da economia, ou seja, considera os aspectos reais em oposição aos aspectos monetários (FRIEDMAN, 1985, p.390). Cálculos da taxa natural de desemprego para a Suécia apontam uma elevação na década de 1990 em relação a década de 1980, como indica a Figura 15. Assumindo-se que esta taxa estrutural de

[38] A palavra bem-estar é a tradução da palavra inglesa *"welfare"*, e neste caso os autores fizeram um jogo de palavras ao longo do texto.

[39] A expressão taxa natural de desemprego não seria adequada no sentido estrito, pois natural significa produzido pela natureza, sem intervenção humana. O uso do termo natural é uma intenção retórica para dar maior força a idéia. Para maiores informações ver Blanchard (2004, p.121-125).

desemprego tenha permanecido entre 5% - 6% após a década de 1990, entende-se que a economia sueca estaria ainda em pleno emprego, uma vez que no período 1992-2004 a taxa média de desemprego foi de 6,18%.

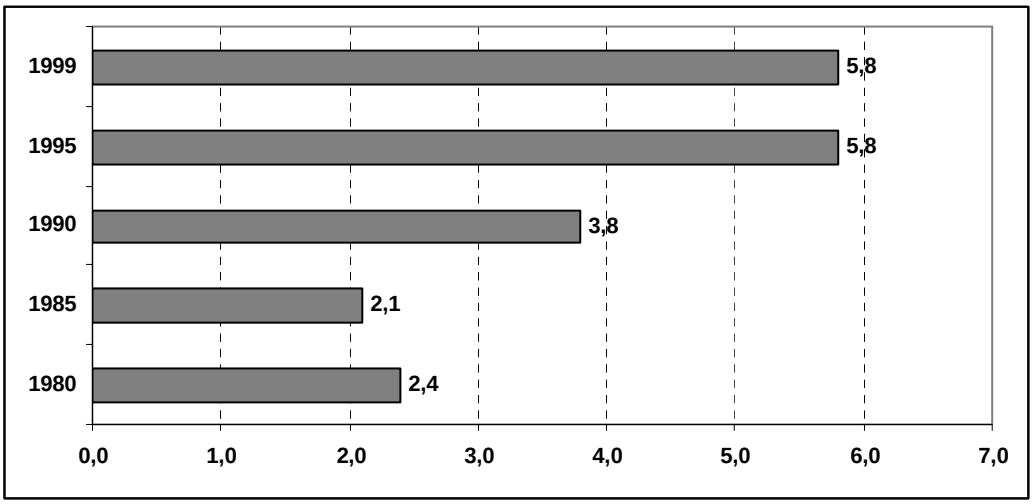


Figura 15 – Estimativas da taxa de desemprego estrutural em porcentagem, 1980-1999.
Fonte: TURNER et al., 2001, p.192.
Nota: O desvio padrão médio é de 0,8 e o do último ano é de 1,0.

Independente da polêmica sobre o fim ou não do pleno emprego, verifica-se uma expressiva elevação da taxa de desemprego após a crise da década de 1990. O surgimento do desemprego em massa foi um choque sentido por toda a sociedade sueca, dado que o elevado nível de emprego foi um elemento importante para que a Suécia atingisse um alto nível de desenvolvimento sócio-econômico, além de ser uma das principais metas do modelo sueco. Deve-se destacar o êxito do modelo sueco em atingir o pleno emprego desde a sua instituição na década de 1950 até o início da década de 1990. Considerando que a Suécia conseguiu manter um baixo nível de desemprego ao redor de quatro décadas, mostra-se relevante entender as possíveis hipóteses para o aumento do desemprego.

Assim, o objetivo deste capítulo é responder a principal questão deste trabalho: “Quais as hipóteses que ajudam a explicar a elevação das taxas de desemprego na Suécia na década de 1990?” A relevância desta questão está no fato de que o modelo sueco foi eficiente em manter baixos níveis de desemprego por um elevado

período de tempo e após a crise da década de 1990 esse nível de desemprego sempre se situou acima dos níveis registrados antes da crise.

4.2. As hipóteses para a elevação das taxas de desemprego

4.2.1. Expansão do setor público pressionando o crescimento econômico

Uma das características sócio-econômicas marcantes da Suécia é o papel do Estado. Esse Estado funcionaria como o garantidor dos direitos sociais (políticas de *welfare*) e como elemento indispensável na elaboração de políticas econômicas visando atingir o pleno emprego (ROJAS, 1991; 2000; ERIXON, 2000; FREEMAN, 1995, p. 17 – 19). Entretanto, apesar da importância do Estado na estrutura sócio-econômica sueca, argumenta-se que o mesmo se expandiu demasiadamente, gerando problemas para o modelo sueco:

> A má situação do modelo sueco é inteiramente construída em casa e começou muito antes da percepção dos comentaristas internacionais. A aguda queda no desempenho dos setores privado e público na Suécia é um resultado da sobre-ênfase no setor público, violando o balanço anteriormente estabelecido entre os mercados e a política (LANE, 1995, p.579).

Essa sobre-ênfase no setor público destacada por Lane (1995), pode ser identificada em dois aspectos relevantes da economia sueca: a expansão do emprego público desde meados da década de 1960 e a elevada carga tributária. Em geral a análise do primeiro aspecto está relacionada com o segundo, pois se atribui a elevada carga tributária sueca aos gastos públicos, entre eles o emprego público (ROJAS, 2005). Nesse sentido, uma das hipóteses apontadas para a elevação das taxas de desemprego seria o excessivo tamanho do Estado sueco, o qual pressionaria o crescimento econômico.

Rojas (2005, p.48) argumenta que o Estado começou a expandir a criação de empregos públicos a partir de meados da década de 1960 como resposta a diminuição na geração de empregos no setor industrial. Essa diminuição na geração de empregos no setor industrial é atribuída ao processo de racionalizações por qual

passou a economia após a implantação da política de salários solidários do modelo R-M. Segundo Hibbs e Locking (2000, p.27), a política de salário solidário aumentou a produtividade industrial, e isto poderia ser um dos motivos da menor geração de empregos nesse setor, uma vez que o processo de racionalização da economia teria implicado em uma maior mecanização da produção.

Ao gerar empregos, o Estado sueco procurou enfocar nos serviços públicos de *welfare* e para as mulheres. Assim, os empregos gerados pelo setor público em boa parte se destinaram a expansão dos serviços de auxílio médico, auxílio infantil (creches) e apoio aos idosos. Este processo é chamado por Rosen (1996, p.733) de "nacionalização da família".

A atuação do Estado foi útil para atingir o pleno emprego, e acabou por construir uma complexa teia de relacionamentos entre o mercado de trabalho, os serviços públicos e o desempenho da economia. Um exemplo desta teia são as atividades cruzadas. É comum na Suécia as mulheres deixarem seus filhos para serem cuidados por outras mulheres nas creches públicas, enquanto trabalham no setor público em serviços de apoio a população, e em muitos casos esses serviços de apoio a população são destinados para as mulheres que cuidam das crianças. Assim, existe uma permuta de relacionamentos, que em muitos países ocorre por meio de pagamento de serviços no setor privado, e no caso sueco ocorrem por meio de pagamento de serviços pelo setor público (ROSEN, 1996, p. 734-735).

Como apontam os dados da Tabela 10, em 1964 o emprego público representava 13,88% do total de empregos do país, o equivalente a 498 mil postos de trabalho. Em 2003, o emprego público equivalia a 34,15%, ou seja, 1.444 mil postos de trabalho (STATISTICS SWEDEN, 2006; CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2004, p.22). Os dados indicam que em aproximadamente quarenta anos o emprego público se expandiu, em número absoluto, 2,90 vezes, e 2,46 vezes em participação relativa. Para custear essa expansão do emprego no setor público o Estado sueco elevou a carga tributária.

A respeito da carga tributária, a mesma equivalia 28,7% do PIB em 1960, um número próximo a taxa de 27,5% registrada pelos EUA. Contudo, em 1990 a carga

tributária sueca equivalia a 51,9% do PIB, descolando-se da carga tributária americana que equivalia a 26,7% do PIB nesse mesmo ano (ver tabela 11).

Tabela 11 – Carga Tributária Sueca em Perspectiva Internacional

	1925	1933	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Suécia	16,0	18,9	21,0	28,7	37,5	46,1	51,9	54,2
Dinamarca	19,6	20,1	19,8	25,3	39,2	43,9	47,1	48,8
Noruega	20,9	25,1	28,6	32,0	34,4	42,5	41,5	40,3
Finlândia	21,6	20,1	27,8	27,5	31,8	36,1	44,6	46,9
Reino Unido	22,6	25,2	33,1	27,3	37,0	35,2	36,8	37,4
Alemanha	17,8	23,0	30,1	33,9	29,8	34,6	32,9	37,9
França	21,1	26,3	30,2	33,4	34,1	40,6	43,0	45,2
Itália	17,5	30,6	28,8	27,0	26,1	30,4	38,9	41,9
Holanda	14,9	18,6	30,3	30,4	35,8	43,6	43,0	41,1
EUA	11,0	23,4	23,9	27,5	27,7	27,0	26,7	29,7

Fontes: The Swedish National Tax Board, Rodriguez 1981; OECD apud CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p. 69.

A carga tributária sueca era a mais elevada entre os países da OCDE no ano 2000, e uma das mais elevadas entre as economias capitalistas. Ressalta-se que até 1970, a carga tributária sueca não estava expressivamente acima da média dos demais países desenvolvidos. Todavia, houve uma expressiva elevação entre 1970-2000, o que fez com que a carga tributária sueca se eleva-se tanto *per si* como também em relação aos demais países desenvolvidos. Em Leamer e Lundborg (1995) consta que a alta carga tributária pode ser um dos principais problemas para a Suécia, uma vez que o seu alto peso sobre o setor produtivo tende a dificultar o desempenho da economia e o nível de emprego.

Em consonância com Leamer e Lundborg (1995), destaca-se que houve um arrefecimento do crescimento do PIB após a década de 1970. Durante as décadas de 1950 e 1960, a taxa de crescimento anual do PIB sueco ficou ao redor de 4% a.a.. Na metade da década de 1970, houve uma redução no ritmo de crescimento do PIB, uma vez que a taxa anual passou a se situar ao redor de 2% a.a., ou seja, 50% da taxa registrada nas duas décadas anteriores (FALL; FRYCKLUND; WALLEN, 2005, p. 9). Uma análise dos dados do crescimento do PIB entre 1960-2003, apontam que a Suécia registrou uma taxa de crescimento inferior ao dos EUA e do EU-15 no período.

Tabela 12 – Crescimento do PIB Sueco em Perspectiva Internacional

	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2003	Cresc. Médio 1961 - 2003	Cresc. Acumulado 1961 - 2003
Suécia	4,66%	1,93%	2,19%	1,98%	1,55%	2,61%	202,40%
EU-15	4,88%	3,02%	2,39%	2,15%	1,18%	2,97%	252,00%
EUA	4,21%	3,19%	3,26%	3,27%	1,96%	3,37%	316,40%

Fontes: OECD, STATISTICS SWEDEN apud CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p. 08.

O crescimento do PIB sueco foi superior ao americano e inferior ao do EU-15, durante a década de 1960, ressaltando que o crescimento do PIB no EU-15 ainda refletia os efeitos da reconstrução após a IIGM. Entretanto, entre 1970-2000, o crescimento econômico sueco foi inferior ao dos EUA e ao do EU-15. A Suécia só voltou a apresentar um crescimento econômico superior ao EU-15 e mais próximo do desempenho americano entre 2001-2003.

Como conseqüência da redução do ritmo de crescimento do PIB, a Suécia passou a enfrentar uma perda na posição relativa na renda *per capita* no *ranking* dos países da OCDE. Rojas (2005), Lindbeck (1997) e Agell (1996) sugerem que em parte, a redução do ritmo do crescimento sueco desde meados da década de 1970 deve-se a elevação da carga tributária. Desse modo, se é possível inferir que a redução do crescimento econômico teve impactos na geração de empregos e auxiliou no aumento do desemprego.

Agell (1996, p. 1761 – 1766) expõe que a política tributária sueca aliada às políticas de *"welfare state"* tendem a desestimular o crescimento da oferta de mão-de-obra e o crescimento econômico, uma vez que o diferencial entre os benefícios oferecidos pelo Estado sueco e o eventual salário auferido no mercado de trabalho não seriam expressivos. Lindbeck (1997, p. 1283 - 1288) entende que o crescimento da carga tributária reduziu o incentivo ao trabalho e isto se refletiu não apenas na redução do ritmo do crescimento do PIB, mas também na redução relativa da renda *per capita* em relação aos demais países da OCDE[40].

[40] A Tabela 3 apresenta os dados relativos à posição da Suécia no *ranking* de renda *per capita*.

Portanto, considerando os dados e contribuições apresentadas, identifica-se como uma das hipóteses para a elevação das taxas de desemprego a excessiva expansão do emprego público e da carga tributária. A racionalização da economia promovida pela política de salário solidário teria induzido uma redução no nível de emprego industrial. Essa redução do nível de emprego foi compensada pela geração de empregos públicos, a qual visou manter o pleno emprego e aumentar a cobertura dos serviços de *welfare* fornecidos pelo Estado. Todavia, para custear essa expansão do emprego público e dos serviços de *welfare state* se fez necessário elevar a carga tributária. As sucessivas elevações da carga tributária passaram a pressionar o crescimento econômico e conseqüentemente a geração de empregos.

Isto teria se tornado um processo retro-alimentador, uma vez que o arrefecimento do desempenho econômico inibiria a criação de empregos no setor privado, gerando novas pressões sobre o Estado para a criação de mais empregos públicos, reiniciando o processo. Assim, de forma paradoxal, a expansão do emprego público e da carga tributária visando manter o pleno emprego é identificada como uma das hipóteses para o aumento do desemprego.

4.2.2. Globalização econômica

As rápidas mudanças ocorridas na economia internacional após a década de 1970, e em especial durante a década de 1990, trouxeram uma série de impactos para a forma de gestão das economias nacionais. Entre as mudanças na economia internacional, com reflexos nas economias nacionais, está à flexibilização dos modos de produção, o que impactou a formação de salários e o nível de emprego. Complementarmente identifica-se que o processo de globalização integrou as economias nas esferas financeiras e comerciais, permitindo as empresas e investidores um leque maior de opções de investimento, ampliando o enfoque local para um enfoque em nível internacional. Portanto, considera-se que o processo de globalização reduziu o grau de autonomia do gerenciamento da política macroeconômica (WHYMAN, 2003, p.109).

Dada essa consideração, uma segunda hipótese para a elevação das taxas de desemprego seria a influência do processo de globalização, tanto na esfera financeira quanto na esfera comercial. Na esfera financeira verifica-se que houve um enfraquecimento do Estado na regulação do fluxo de capitais, uma vez que as corporações podem realocar mais facilmente os seus recursos financeiros para países que praticam políticas mais atrativas, entre elas a redução de impostos e as políticas de subsídios (WHYMAN, 2003, p.114). Na esfera comercial ressalta-se a concorrência dos produtos suecos com os países de baixo valor de mão-de-obra (LEAMER; LUNDBORG, 1995). Além disto há o dinamismo nos modos de produção contemporâneos que se baseiam na flexibilidade, ao contrário da tradição industrial sueca da maior parte do século XX, a qual enfoca o modo Fordista de produção de larga escala. Na Suécia o modo de produção Fordista desenvolveu-se considerando a existência de grandes empresas de engenharia da indústria metal-mecânica.

Analisando a globalização sob a ótica da liberalização financeira, verifica-se que houve uma limitação na capacidade do país em determinar a sua política macroeconômica após a liberalização financeira promovida ao longo da segunda metade da década de 1980. A Suécia foi obrigada a considerar não apenas o resultado de uma determinada ação, mas também o reflexo que essa ação teria sobre o mercado financeiro, o que poderia desencadear uma série de conseqüências para toda a economia. Durante a primeira metade da década de 1980 e durante a crise da década de 1990, a política fiscal sueca foi deficitária, o que abre espaço em um ambiente de desregulamentação financeira para movimentos especulativos como também para atitudes punitivas por parte do mercado. Um exemplo disto seria um aumento dos prêmios de risco dos títulos públicos e das empresas suecas, o que no final tende a dificultar o financiamento do Estado e os investimentos das empresas, causando impactos no crescimento econômico.

Uma análise mais específica da crise econômica e financeira que a Suécia enfrentou no começo da década de 1990, especialmente no período 1991-1993, seria uma evidência empírica da perda de liberdade de se determinar a política econômica. Ao longo da segunda metade da década de 1980, a Suécia promoveu a liberalização do mercado financeiro, o que tornou o país mais vulnerável as oscilações do mercado

internacional. Essa liberalização do mercado financeiro alimentou um *boom* no mercado de crédito, o qual atingiu ao redor de 135% do PIB no final da década de 1980 (HEIKENSTEN, 1998, p.02). A expansão do crédito permitiu que especuladores captassem recursos para investimentos no mercado imobiliário e no mercado financeiro.

No início da década de 1990 a dívida pública equivalia a 40% do PIB, além do país como um todo possuir empréstimos externos da ordem de 30% do PIB, fatores que começaram a colocar em dúvida a capacidade de honrar os pagamentos (HEIKENSTEN, 1998, p. 02-03). Além da relativa fragilidade fiscal, a inflação estava elevada, uma vez que o índice de preços ao consumidor atingiu 10,5% em 1990 (STATISTICS SWEDEN, 2006). Por último, a adesão ao ECU agravou a situação financeira do país, pois na prática significou a adoção de um câmbio fixo.

A fragilidade fiscal, a liberalização financeira, a inflação elevada e o câmbio fixo formaram uma combinação que levantou desconfiança nos mercados financeiros e provocou movimentos especulativos contra a coroa sueca. Esses movimentos especulativos redundaram na crise de outono/1992, quando as taxas de juros do *overnight* atingiram 500% a.a. na tentativa de segurar a saída de recursos (HEIKENSTEN, 1998, p.05).

A solução para a crise foi permitir a livre flutuação da coroa sueca ainda em 1992, e iniciar a partir de 1993 a adoção de uma série de medidas para acalmar os mercados financeiros, destacando o sistema de metas de inflação e os compromissos com os superávits fiscais. Desse momento em diante a prioridade da política macroeconômica passou a ser o combate à inflação. Esta seqüência de eventos evidencia a perda de liberdade que a globalização financeira impôs sobre as economias nacionais, uma vez que no caso sueco ao se permitir a liberalização financeira fez-se necessário realizar uma série de ajustes para atender as exigências dos investidores internacionais.

Na análise do impacto da globalização sobre a Suécia sob a ótica comercial, observa-se que a competição com os países de baixo valor de mão-de-obra poderia ser uma das hipóteses para o aumento do desemprego. Os problemas enfrentados

pela economia sueca a partir da década de 1990 se originariam da interação do *welfare state* sueco com economias com baixos custos salariais e intensivas na utilização do fator trabalho. Essa interação ao longo do tempo estaria exercendo uma pressão cada vez maior para que a produção de bens intensivos em mão-de-obra seja realizada fora da Suécia, uma vez que para serem competitivos, tanto o Estado quanto as empresas necessitam reduzir custos e salários. (LEAMER; LUNDBORG, 1995, p. 02-03)

Após a IIGM a Suécia possuía vantagens comparativas na produção de maquinários (intensivos em capital) e importava produtos químicos da Alemanha (intensivos em capital humano) e tecidos do Japão (intensivo em trabalho). Ao longo do período 1945-1995 a Suécia perdeu boa parte desta vantagem comparativa em maquinários e desse modo mudou a sua configuração de termos de comércio. Neste cenário, a pressão se alastra por todos os setores da economia, uma vez que ao procurar deslocar a produção para outros setores que não se possuí vantagem comparativa ocorre uma pressão por reduções de custos (LEAMER; LUNDBORG, 1995, p.10)

A Suécia está sofrendo pressões não somente de países com baixo valor de mão-de-obra, mas também de países que acumularam capital e concorrem em bens abundantes neste fator (como exemplo o Japão). Adicionalmente, a Suécia está sofrendo pressões de países intensivos em capital humano (como exemplo a Alemanha), que tendem a dominar os segmentos mais rentáveis em termos de comércio (LEAMER; LUNDBORG, 1995, p. 12).

Uma forma para se verificar a competitividade dos produtos de um país é analisar a evolução dos termos de troca. Isto significa acompanhar a evolução dos preços da cesta de produtos que o país exporta e da cesta de produtos que o país importa, assumindo como base um dado ano. Realizando-se esta análise sobre os termos de troca da economia sueca no período 1980-2005, verifica-se uma tendência de deteriorização, ou seja, a cesta de produtos que a Suécia exporta está perdendo valor quando comparada com à cesta de produtos que o país importa.

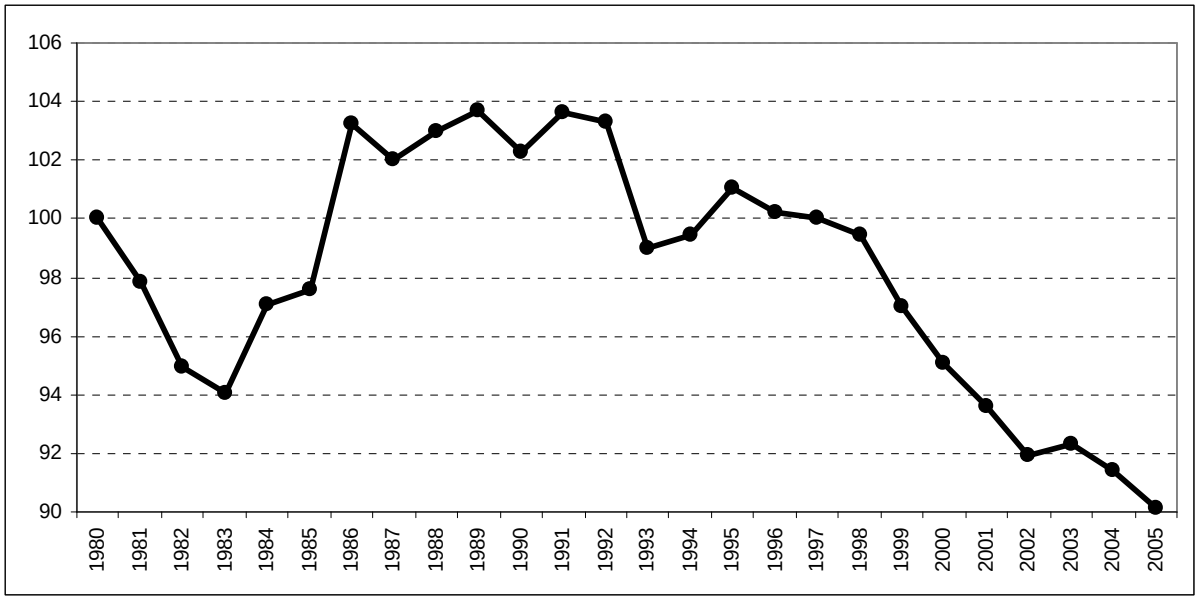


Figura 16 – Termos de Troca (Índice de preços das exportações sobre o das Importações), 1980 - 2005.
Fonte: NIER, 2006.

A análise da Figura 16 aponta que durante a primeira metade da década de 1980 houve uma perda nos termos de troca, a qual foi recuperada em 1987. Entre 1987 e 1992 houve uma oscilação nos termos de troca, o qual permaneceu sempre acima do índice 100 do ano de 1980. Mas a partir de 1993 identifica-se uma tendência de perda nos termos de troca, o qual representava em 2005 apenas 90,14 em relação ao índice 100 do ano de 1980. Esses números refletem a competição dos produtos suecos no mercado internacional, ou seja, as indústrias suecas para manterem seus mercados são obrigadas a cortarem lucros e preços (NORSTRÖM, 2005, p.36), o que tende a impactar em salários e nível de emprego.

A intensificação da globalização do ponto de vista comercial é algo que afeta a Suécia de modo relevante, pois o país possui uma tradição histórica de ser aberto ao comércio internacional e a sua economia está estruturada considerando um cenário de livre comércio, seja para importar matérias-primas ou produtos finais como para exportar produtos (LEAMER; LUNDBORG, 1995, p. 37-40).

A globalização, tanto na esfera financeira como comercial, se apresenta como um dos grandes desafios para a economia sueca, e como uma das hipóteses para o aumento do desemprego.

4.2.3. Enfoque do modelo sueco na grande empresa

No capítulo 2 realizou-se a análise do funcionamento do modelo R-M, observando que uma das características ressaltadas foi o processo de racionalização da economia, o qual seria um importante elemento para se atingir o pleno emprego com estabilidade de preços. Entretanto, esse processo de racionalização implicava em deslocar os recursos dos setores menos dinâmicos da economia para os mais dinâmicos, o que tendia a concentrar a atividade econômica torno de grandes empresas. As grandes empresas seriam úteis no sentido de exportarem produtos e auferirem divisas fortes para o país, o que fortaleceria não apenas essas empresas exportadoras, mas a economia como um todo. Neste cenário as grandes empresas de engenharia metal-mecânica são atores importantes para o processo de industrialização sueco, e essas empresas necessitam, pela natureza de seus negócios, de grandes mercados consumidores para se tornarem viáveis, o que implica em uma produção focada para o mercado externo.

O Fordismo foi o conceito de produção utilizado na maioria das economias industrializadas ocidentais no período após a IGM até a década de 1970[41] (ROJAS, 2005, p.37). Na Suécia este sistema também foi em muito utilizado, uma vez que a especialização da economia se deu em grandes empresas industriais enfocadas na produção em massa, para as quais eram importantes as economias de escala.

Contudo, ao longo da década de 1980, e especialmente na década de 1990, com a intensificação do processo de globalização, houve uma profunda mudança no sistema produtivo mundial. O enfoque do sistema de produção migrou da produção em massa Fordista de produtos padronizados para a produção flexível e customizada. Os novos métodos de produção, enfocados na agilidade e flexibilidade, superaram os métodos enfocados na produção em larga escala, com

[41] O Fordismo é um método de produção criado por Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, e caracterizado pela produção em série e em larga escala de produtos padronizados, com o objetivo de aumentar a produtividade e os lucros (CHIAVENATO, 2000, p. 67-68). O auge desse sistema de produção se deu no período pós IIGM até meados da década de 1970. A partir da década de 1980 passou a ganhar maior destaque métodos de produção mais flexíveis, como o Toyotismo japonês. Para maiores informações ver Rupert (1995) e Chiavenato (2000).

destaque para os avanços da micro-informática que resultaram em um novo dinamismo na produção como um todo. Este novo contexto no modo de se organizar a produção passou a ser chamado de pós-Fordista (WHYMAN, 2003, p.144), e a economia passou a se comportar de um modo diferente, uma vez que o elemento importante para a expansão das empresas passou a ser o investimento em capital humano ao invés de capital físico. Dessa forma, uma hipótese para os grandes problemas que a economia sueca está enfrentando desde o início da década de 1990, incluindo o aumento do desemprego, seria a dificuldade da Suécia em adequar o seu modelo econômico para a era pós-Fordista (ROJAS, 2005, p.47; WHYMAN, 2003, p.144-145).

O enfoque do modo de produção Fordista era nas grandes empresas industriais, e a influência desse modo de produção é perceptível no modelo R-M, uma vez que se assumia como premissa a necessidade de grandes indústrias que produziam em larga escala.

Uma outra característica da era pós-Fordista seria a necessidade de aumentar o número de empreendedores e de novos negócios, pois estes seriam os novos motores geradores de emprego, dado que as grandes empresas industriais demandariam cada vez menos trabalhadores. A Suécia seria um exemplo de país que ainda permaneceria enfocado na grande indústria Fordista, com produção em larga escala, pois uma pequena proporção da população trabalha em pequenas empresas industriais, e praticamente não existem médias empresas industriais (HILLEFORS, 2005, p.56). Contudo, no setor de serviços a proporção de pequenas e médias empresas é relevante, correspondendo a praticamente dois terços dos trabalhadores desse setor (HILLEFORS, 2005, p. 57).

A proporção da população adulta que está em processo de iniciar um novo negócio ou que está conduzindo uma empresa com menos de 42 meses de atividade seria um indicador do reduzido grau de empreendedorismo na economia sueca. Uma pesquisa realizada em 2004, pela *Global Entrepreneurship Monitor*, aponta que apenas 3,71% dos adultos estão na condição de empreendedores, levando a Suécia a ocupar a trigésima colocação em um total de trinta e quatro países pesquisados. Esta colocação não é boa mesmo quando se compara a Suécia com os outros

países nórdicos, uma vez que a Dinamarca possui 5,31%, a Noruega 6,98% e a Islândia 13,57% da população em situação de empreendedores (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p.58).

Em 2000 realizou-se um estudo com as cinqüenta maiores empresas suecas. Este estudo apontou que trinta e uma dessas empresas foram fundadas antes de 1914, apenas oito foram fundadas após a IIGM e nenhuma dessas empresas foi fundada após 1970 (HÖGFELDT, 2004, p.76), revelando a ausência do surgimento de novos negócios e empresas importantes. Assim, uma das hipóteses para a elevação das taxas de desemprego seria o fato de que o modelo R-M é enfocado em grandes empresas com filosofia de produção Fordista, considerando especialmente a produção em larga escala. Essa hipótese repousa no principio que o método de produção Fordista estaria superado na era da globalização, a qual destaca a flexibilização e o dinamismo nos negócios ao invés da produção em série e em larga escala.

4.2.4. Prioridade ao controle da inflação

Durante a maior parte do século XX a política monetária sueca consistiu em manter o valor da coroa sueca atrelada a uma cesta de moedas dos parceiros comerciais ou a uma moeda específica (HEIKENSTEN; VREDIN, 2002, p.01). Esta política sofreu uma ruptura em 1992, quando após duas décadas de inflações consideradas elevadas para um país desenvolvido, a Suécia resolveu priorizar o combate à inflação ao invés da manutenção do pleno emprego. Essa mudança de prioridade na política econômica originou-se antes das eleições de 1991, em um acordo firmado entre os partidos Liberal e Moderado, resultando no documento "*New Start for Sweden*", o qual possuía o objetivo de revigorar a economia sueca de acordo com princípios neo-liberais[42] (WHYMAN, 2003, p.163), com destaque para uma maior disciplina fiscal e monetária em conjunto a um pacote de privatizações.

[42] Apesar de o termo neoliberal ser muito utilizado para se atacar políticas econômicas consideradas pró-mercado e que defendem a não intervenção do Estado, o documento de fato utilizava o termo com um argumento de defesa para revitalizar e dinamizar a atividade econômica na Suécia.

Como relatado anteriormente, a deteriorização dos fundamentos da economia sueca culminou na crise de 1992. Em novembro de 1992, em meio a um forte ataque especulativo contra a coroa sueca, o *Riksbank* resolveu abandonar o regime de câmbio fixo para a coroa sueca e mudou a forma de gerenciamento da política monetária com a adoção do sistema de metas de inflação.

A adoção do sistema de metas de inflação significou reconhecer que existe uma taxa natural de desemprego e um produto potencial para economia. O papel do Banco Central em um regime de metas de inflação é controlar a taxa de juros para um nível em que a economia opere de acordo com o seu produto potencial, e que o desemprego efetivo não se situe abaixo da taxa de desemprego natural, pois isto geraria pressões inflacionárias (BLANCHARD, 2004, p.540-541). Assim, em um sistema de metas de inflação, entende-se que a taxa natural de desemprego é a taxa de desemprego compatível com a estrutura da economia, logo para se diminuir o desemprego de forma consistente deveria se atacar os aspectos estruturais ao invés de se utilizar a política monetária. Complementarmente, ressalta-se o entendimento de Bernanke e Mishkin (1997), os quais afirmam que em um regime de metas de inflação a obrigação do Banco Central é apenas com a condução da política monetária, sem objetivos paralelos.

Assim, após a adoção do regime de metas de inflação o *Riksbank* passou a ter como único objetivo a estabilidade de preços, deixando para segundo plano aspectos como o nível de renda ou a competitividade das exportações via gerenciamento da taxa de câmbio (HEIKENSTEN; VREDIN, 2002, p.05). Essa mudança na forma de conduzir a política monetária trouxe uma série de conseqüências para a economia, pois o *Riksbank* não mais possuí o compromisso de incentivar uma recuperação econômica. O norteador da política monetária passou a ser somente a taxa de inflação, independente da situação em que esteja a economia. Para se atingir esta taxa de inflação o *Riksbank* passou a utilizar como instrumento a taxa de juros *repo-rate*[43]. A cada reunião do comitê de política monetária se realiza uma análise da

[43] *Repo rate* é a taxa de juro mais importante sob administração do *Riksbank*, a qual é utilizada no mercado de curto prazo para o pagamento de empréstimos e para depósitos nos fundos do Riksbank em um período de sete dias. Essa é a taxa utilizada no arcabouço do sistema de metas de inflação.

tendência da taxa de inflação e se ajusta a taxa de juros para que a inflação fique dentro do intervalo estabelecido.

Porém, o sucesso no controle das taxas de inflação não significa automaticamente bem-estar social, uma vez que devem ser considerados os impactos de uma política monetária sobre o nível de emprego da economia. Todavia, a questão da relação entre inflação e desemprego é polêmica, possibilitando várias formas de interpretação[44].

Mankiw (2000) argumenta que haveria (apenas no curto prazo) um *trade-off* entre inflação e desemprego:

> A inflação de hoje é uma função da inflação esperada para o próximo período e o desvio do desemprego da sua taxa natural. Mantendo as expectativas de inflação constantes, um desemprego mais elevado conduz a uma inflação mais baixa (MANKIW, 2000, p. 12).

Com base neste argumento é possível inferir que para se diminuir a inflação no curto prazo bastaria se endurecer a política monetária (juros mais altos), considerando que um preço a ser pago seria a elevação da taxa de desemprego. Nesse sentido, a prioridade ao combate à inflação teve como custo a elevação das taxas de desemprego, o que está em consonância com Meidner (1998):

> A razão para o desenvolvimento de tal [nível de desemprego] sem precedentes em um país com longas tradições de pleno emprego pode ser encontrada em uma combinação de vários fatores. O mais importante no meu ponto de vista é a determinação de novas prioridades para a política econômica: o social-democrata Ministro das Finanças, em um documento oficial de 1991, explicitamente afirmou que a estabilidade de preços substituiria o pleno emprego como meta prioritária da política econômica. A coalizão não-socialista que tomou o governo no outono de 1991 seguiu – sem surpresas – a mesma linha, e tolerou o aumento expressivo do desemprego que foi o resultado de uma economia superaquecida na década de 1980, de políticas monetárias rígidas com taxas de juros nas alturas e o colapso do mercado imobiliário (MEIDNER, 1998, p. 01).

Desse modo, a prioridade no controle da inflação seria uma das hipóteses para a elevação das taxas de desemprego na Suécia após a crise da década de 1990.

[44] Não será realizada uma discussão teórica sobre política monetária, entretanto, para um melhor entendimento da questão se faz necessário uma sucinta ponderação sobre as alternativas de interpretação.

4.3. Ponderações sobre as hipóteses para a elevação do desemprego

Na seção anterior apontou-se quatro hipóteses para a elevação das taxas de desemprego. Naturalmente existe em cada uma das hipóteses apresentadas um viés dos autores consultados. Assim, identifica-se como necessário realizar algumas ponderações sobre os argumentos apontados para o aumento do desemprego.

A primeira hipótese apresentada foi que a expansão do setor público estaria pressionando o crescimento econômico sueco. Esta hipótese repousa sobre a premissa conservadora de que o Estado seria menos eficiente que a iniciativa privada. Considerando este pressuposto, os países que possuem um Estado com grande influência na economia (tributação elevada e emprego público), tenderiam a ter um desempenho econômico inferior ao dos países em que o Estado interfere em um menor grau na economia. Esta hipótese também seria de certo modo uma crítica a um dos pressupostos do modelo R-M, o pressuposto de que o Estado deveria intervir no mercado de trabalho caso se verifica-se ilhas de desemprego. Cerra e Saxena (2005) questionam essa argumentação para o caso sueco, pois apesar do emprego público e da carga tributária sueca serem elevados, verifica-se que a perda de dinamismo do crescimento econômico teria maior relação com a crise financeira que o país enfrentou na década de 1990 do que com as políticas tributárias ou de *welfare* praticadas pelo país (CERRA; SAXENA, 2005, p.21).

Para Cerra e Saxena (2005, p.21) a crise financeira do início da década de 1990 imputou a economia sueca uma perda efetiva no PIB, além de uma série de impactos macroeconômicos. Essa crise financeira estaria relacionada à liberalização financeira ocorrida na Suécia na segunda metade da década de 1980. Assim, a queda da atividade econômica e a conseqüente elevação do desemprego seriam frutos da crise financeira e não do tamanho do Estado na economia. Uma evidência disto é que após o período de crise mais aguda (1991-1993) a Suécia registrou uma carga tributária e um nível de empregos públicos superior ao do período pré-crise e mesmo assim o desemprego permaneceu abaixo do registrado no EU-15 e nos EUA no período.

Em 1990 a carga tributária sueca equivalia a 51,9% do PIB e em 2000 equivalia a 54,2% do PIB, ou seja, uma elevação de 4,43% (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p.69). O emprego público representava em 1990 o equivalente a 32,04% do total de postos de trabalho, e em 2003 representava 34,15%, constatando-se assim uma elevação de 6,58% (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2004, p.22). Apesar do aumento do tamanho do Estado, a taxa de desemprego sueca permaneceu inferior a dos EUA e do EU-15. No período 1988-2004 a taxa média de desemprego na Suécia foi de 5,19% (STATISTICS SWEDEN, 2006) contra 5,56% nos EUA e 8,85% no EU-15 (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p.15). Embora o Estado no contexto da economia sueca tenha maior peso no aspecto tributário do que nos EUA e no EU-15 (ver Tabela 11), as taxas de desemprego são inferiores, o que de certo modo tende a atenuar a hipótese que a expansão do setor público seria responsável pelo arrefecimento do crescimento econômico, e consequentemente pelo aumento do nível de desemprego. Ressalta-se que os dados apresentam aderência ao argumento colocado no modelo R-M sobre a necessidade do Estado intervir no mercado de trabalho.

A segunda hipótese apresentada é que a globalização econômica estaria influenciando os níveis de emprego da Suécia. Apesar do processo de globalização ter se intensificado a partir da década de 1980, a Suécia sempre apresentou uma tradição de ser aberta ao comércio exterior, destacando que isto era uma das premissas do modelo R-M, pois no modelo se considerava que as empresas suecas produziriam em larga escala para atender o mercado global e com isto aufeririam divisas para o país. Nessa linha, o processo de globalização poderia significar novas oportunidades para as empresas suecas. Ressalta-se ainda que a maior parte dos empregos da economia sueca está concentrado no setor de serviços[45], o que de certo modo contradiz o argumento que a competição com países de baixo valor de mão-de-obra seria uma das causas para o aumento do desemprego, pois esses países competiriam notadamente no setor de *tradeables* e não no setor de serviços.

[45] Em 2004 os postos de trabalho na Suécia apresentavam a seguinte divisão: Agricultura 2%, Manufatura 17%, Serviços 47% e Setor Público 34% (CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2005, p.26).

A terceira hipótese possui certo grau de correlação com a segunda, pois o fim do modo de produção Fordista estaria relacionado ao processo de globalização. Todavia, esta hipótese pode estar sobrevalorizada, pois a literatura não seria clara quanto aos reais impactos da flexibilização dos modos de produção. Outro aspecto que minaria o argumento da saturação do modo de produção em massa é o exemplo do Japão, um país que ainda possui uma forte estrutura econômica em torno de indústrias que produzem em larga escala. As empresas dinâmicas japonesas estão posicionadas nos produtos eletrônicos e automóveis, produtos que são de consumo de massa. Analisando esta hipótese sob o arcabouço do modelo R-M, observa-se que a concepção do modelo pressuponha um processo de racionalizações produtivas e isto não estaria em desacordo com a produção em larga escala. Ainda deve-se ponderar que o Fordismo não rejeita a hipótese de flexibilidade nos meios de produção, e que não haveria problemas no modo de produção em série se fossem promovidas alterações tecnológicas nas máquinas e se os trabalhadores fossem treinados para múltiplas funções produtivas (WHYMAN, 2003, p. 148-149).

A quarta hipótese deve ser colocada essencialmente a luz do próprio modelo R-M. O modelo em sua concepção original apresentava que seria possível conciliar a meta do pleno emprego com baixas taxas de inflação. Todavia, para que isso ocorra seria importante que a economia passasse por um processo de racionalização patrocinado pelo Estado, o qual adotaria políticas para eliminar eventuais focos de desemprego. Assim, a adoção do sistema de metas de inflação deveria ser acompanhada por políticas públicas que combatessem eventuais elevações da taxa de desemprego, o que de certo modo tem sido feito quando se verifica o número de empregos públicos. Porém, seriam necessários estudos sobre novas formas de atuação para combater o problema do desemprego, ressaltando que inflação baixa e desemprego baixo não seriam objetivos conflitantes a luz do modelo R-M.

4.4. Considerações sobre o modelo R-M após a crise da década de 1990

A severa crise que a Suécia enfrentou no início da década de 1990 foi perceptível pela retração do PIB no triênio 1991-1993, e pela elevação das taxas de

desemprego, especialmente ao se considerar que o país apresentou taxas de desemprego entre 1,5% e 3,5% no período 1950-1990 e que após 1993 as taxas não ficaram abaixo de 4%.

Na discussão sobre as alternativas para a manutenção do elevado nível sócio-econômico surgiram sugestões, especialmente para a adoção de políticas econômicas conservadoras, tais como prioridade no combate a inflação, menor intervenção do Estado, prevalência pura das leis de mercado e privatizações.

A Suécia de fato passou por algumas reformas pró-mercado, visando diminuir o tamanho do Estado. Foram privatizados os serviços de telefonia e energia elétrica, além da promoção de uma ampla reforma nos serviços de *welfare state*, com a introdução de *vouchers* para os serviços de educação e saúde. Por meio deste sistema de *vouchers* as pessoas passaram a escolher as escolas de seus filhos e os médicos que freqüentarão e deixaram de ser obrigados a utilizarem os pontos de serviços mais próximos de sua residência (Blomqvist, 2004).

Portanto, considerando as transformações ocorridas no país após a crise poderia surgir a questão: Estaria o modelo R-M suplantado?

Erixon (2000, 2005) entende que o modelo R-M continua em vigor na Suécia, apesar do país não estar mais em uma situação de pleno emprego[46]. Na análise de Erixon (2000) a presença de um Estado ainda atuante no mercado de trabalho, ou por meio de programas de treinamento ou por meio da geração direta de empregos, seria uma forte evidência dos princípios do modelo R-M. Outro ponto a se ressaltar é que o combate à inflação era um dos principais objetivos do modelo, algo que possuí um forte destaque na política econômica atual por meio da adoção do regime de metas de inflação. Erixon (2000) ainda menciona que a rigidez fiscal dos últimos anos não estaria em desacordo com o funcionamento básico do modelo.

Uma ponderação que deve ser feita sobre as considerações de Erixon é que se verifica uma diferença na filosofia das políticas adotadas no auge do modelo R-M e

[46] Esta afirmação considera o pressuposto original de que a economia sueca está em pleno emprego caso a taxa de desemprego seja igual ou inferior a 3%.

até o final da década de 1980, com as adotadas após a crise. Antes da crise as políticas sócio-econômicas eram integradas e faziam parte de um todo. Após a crise observa-se que muitos dos princípios do modelo R-M continuam sendo aplicados, porém de uma forma não tão integrada como anteriormente, como por exemplo, a política de mercado de trabalho. O modelo R-M reconhecia em sua concepção original uma ação do Estado no mercado de trabalho com um perfil estrutural, algo que mudou após a crise, uma vez que as políticas de mercado de trabalho assumiram um perfil mais assistencialista.

Whyman (2003, p.215-216) destaca que a essência do modelo R-M deveria ser perseguida, embora o modelo não possa ser aplicado em todos os seus detalhes no cenário atual. Entende-se como essência do modelo às políticas integradas com o propósito de se atingir o pleno emprego, a estabilidade de preços e taxas de crescimento consistentes.

A análise deste capítulo teve como objetivo auxiliar no entendimento sobre as hipóteses para a elevação das taxas de desemprego em um país que conseguiu manter o pleno emprego em um longo período de tempo por meio de um modelo econômico diferenciado e de certa forma singular. Portanto, dada à importância da questão do emprego dentro do contexto do modelo sueco, observa-se como um desafio para novos trabalhos à identificação de alternativas para que a economia sueca volte a gerar empregos de forma mais dinâmica, o que conseqüentemente tende a se refletir em menores taxas de desemprego.

5. Considerações Finais

A Suécia foi um país pobre e agrário até meados do século XIX, momento no qual o país começou a articular políticas visando a industrialização. Este processo ocorreu basicamente entre o final do século XIX e o começo do século XX, e por isso o país pode ser considerado de industrialização tardia quando comparado com à Inglaterra. Apesar da industrialização, o país permanecia carente de oportunidades até a década de 1930, e a evidência disso seria o grande número de pessoas que emigraram do país. Porém, é na década de 1930 que começa a ganhar relevância as políticas econômicas articuladas pelo Estado sueco, e o país começa a se consolidar como uma nação industrial e rica, especialmente após o fim da IIGM. O processo de industrialização foi importante para o rápido crescimento econômico registrado pelo país no período 1870-1970, e foi fundamentando em torno de grandes empresas. Essas grandes empresas são um dos elementos relevantes na constituição do modelo sueco em meados da década de 1950.

O modelo sueco é fruto de discussões e estudos dos economistas sindicais da LO, conforme apresentado de forma consolidada por meio do relatório *Trade Unions and Full Employment*, cujos principais autores são os economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner. Esse modelo foi batizado como modelo R-M, em homenagem aos seus principais autores, e os principais objetivos do modelo eram atingir o pleno emprego com estabilidade de preços, objetivos que até então poderiam ser vistos como conflitantes. A estruturação do modelo contemplava um conjunto de políticas articuladas, na qual a LO negociava os salários solidários com as organizações dos empresários, como a SAF, e o Estado garantia políticas fiscais e políticas de mercado de trabalho que favoreciam um processo de racionalizações produtivas. Esse processo de racionalizações produtivas era um elemento chave no modelo, pois se acredita que apenas com o crescimento da produtividade seria possível se elevar os salários sem gerar inflação.

O modelo sueco apresentou resultados em linha com seus objetivos no período 1950-1970, período em que se conseguiu combinar o pleno emprego com baixas taxas de inflação. Porém, em meados da década de 1970, verificaram-se problemas

no modelo, uma vez que o emprego industrial decresceu e as taxas de inflação elevaram-se devido à crise do petróleo e a problemas com a política salarial. Mas apesar desses problemas, o pleno emprego, um dos principais objetivos do modelo, permaneceu intacto.

Um fato a destacar-se é que a política econômica sueca após a IIGM sempre teve como um de seus principais objetivos o pleno emprego. Esse objetivo foi mais ressaltado durante o período 1950-1975, com políticas intensas no mercado de trabalho, sendo a mais relevante delas a política de salários solidários. A política de salários solidários consistia basicamente em remunerar trabalhadores que desempenhavam a mesma função com o mesmo salário, independentemente da capacidade ou lucratividade da empresa. Os autores do modelo R-M entendiam que as empresas deveriam competir com seus produtos e por meio de aumento da produtividade e não por meio de baixos salários. A elevação média dos salários faria com que várias empresas saíssem dos negócios, e, assim, os recursos da economia seriam deslocados para os setores dinâmicos e lucrativos.

Durante o período 1976-1990, ocorreu uma crise no setor de *tradeables*, ou seja, uma crise no setor exportador, com a estagnação das exportações em relação ao PIB. O setor exportador sempre foi importante para a economia sueca e foi considerado como uma das principais premissas na formulação do modelo. Assim, adotou-se uma série de medidas que visava manter a competição dos produtos suecos. A principal delas foi uma política de desvalorizações cambiais, que tinha como objetivo manter o nível de empregos. Essa política mudou após a crise econômica e financeira do início da década de 1990, e a prioridade da política econômica passou a ser a estabilidade de preços. Entretanto, o Estado sueco, após o período mais agudo da crise, continuou a adotar medidas para atingir o pleno emprego, como a manutenção de um elevado nível de emprego público, especialmente, a partir da segunda metade da década de 1990.

O pleno emprego foi atingido de meados da década de 1950 até a crise do início da década de 1990. Com a forte crise econômica e financeira houve uma forte retração do PIB e o nível de empregos também sofreu uma abrupta queda, inclusive no setor público. Neste cenário, ocorreu a elevação das taxas de desemprego, com taxas

sempre acima das registradas desde a década de 1950. O aumento do desemprego foi um choque para a sociedade sueca, e passou-se a discutir quais hipóteses poderiam ter colaborado para esse fenômeno.

Neste trabalho foram apresentadas quatro hipóteses para a elevação das taxas de desemprego. A primeira hipótese enfoca que a expansão do setor público foi muito elevada, pressionando o crescimento econômico e consequentemente o nível de empregos. Essa hipótese repousa na análise econômica tradicional de que o Estado seria menos eficiente do que a iniciativa privada, logo isso afetaria a economia como um todo, incluindo o nível de emprego. Algo que deve ser ponderado sobre esta hipótese é que apesar do expressivo tamanho do Estado, considerando para isso a carga tributária, o nível de desemprego da Suécia é inferior ao dos EUA e do EU-15, que registram em média uma carga tributária inferior. Outro aspecto a ser considerado são as evidências de que o aumento do desemprego está relacionado a liberalização financeira que a Suécia promoveu ao longo da segunda metade da década de 1980, e não ao tamanho do Estado.

A segunda hipótese concentra-se no processo de globalização financeira e comercial. A globalização sob o enfoque financeiro seria prejudicial ao pleno emprego, pois reduziria a autonomia do Estado no gerenciamento macroeconômico. Já a globalização sob o enfoque comercial também atingiria o pleno emprego, pois exporia as empresas suecas, que pagam altos salários e estão inseridas em um ambiente de *welfare state* universal, à concorrência de países com baixos salários. Essa hipótese mostra relativa aderência à realidade sueca, mas não se deve desconsiderar que a economia sueca sempre foi aberta ao comércio exterior e que a maior parte dos empregos suecos está no setor de serviços e no serviço público. Isto atenua o argumento de que a redução do nível de emprego, especialmente o industrial, seria o responsável pelo aumento do desemprego na década de 1990.

A terceira hipótese apresentou o enfoque de que o modelo sueco era consolidado em grandes empresas com produção em série e que utilizavam o método Fordista de produção, algo que estaria superado com a globalização, que priorizaria novos negócios e a produção flexível. Esta hipótese deve ser ponderada, pois o Fordismo não implica necessariamente em produção inflexível. Deve-se ainda ressaltar que

existem países, como o Japão, em que o dinamismo da economia ainda se concentra em produtos produzidos por grandes empresas de larga escala.

A quarta hipótese destacou a prioridade ao controle da inflação. Essa hipótese de certa forma, admite um *trade-off*, ao menos no curto prazo, entre inflação e desemprego. A Suécia, após a crise do início da década de 1990, passou a adotar o regime de metas de inflação, priorizando dessa forma a estabilidade de preços. Sobre esta hipótese deve-se ponderar que a concepção original do modelo R-M contemplava que seria possível combinar o pleno emprego com baixas taxas de inflação, desde que houvesse um processo de racionalização, ou seja, que ocorresse crescimento da produtividade.

Dadas essas hipóteses para a elevação do desemprego e a relevância da questão no contexto do modelo sueco, destaca-se a importância em se estudar alternativas para que a economia sueca volte a apresentar os níveis de emprego registrados no período 1950-1990. Não foi objeto de estudo deste trabalho analisar essas alternativas, porém verifica-se como necessário a adoção de políticas coordenadas que considerem as especificidades do país.

Desse modo, com base no estudo realizado neste trabalho é possível apontar alguns aspectos relevantes sobre o modelo sueco:

1. Foi um modelo econômico pragmático e com políticas integradas, combinando o pleno emprego com baixas taxas de inflação por aproximadamente quatro décadas (1950-1990), observando que esses elementos são normalmente apontados como conflitantes nos debates econômicos.

2. Pode ser interpretado como uma alternativa ao modelo econômico Anglo-Saxão ou as demais alternativas geralmente apresentadas nos manuais de macroeconomia. Modelos econômicos com expressivas intervenções no mercado de trabalho não são normalmente indicados pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional. Ressalta-se que extrapola o escopo deste trabalho realizar uma comparação entre o modelo

sueco e as demais alternativas disponíveis, porém observa-se que a singularidade do modelo econômico adotado pela Suécia contraria, de certo modo, as recomendações do receituário econômico tradicional.

3. Apesar da elevação das taxas de desemprego após a crise do início da década de 1990, as taxas registradas na Suécia ainda são menores do que as registradas nos EUA e no EU-15. Embora algumas condições e premissas da concepção original do modelo tenham se alterado, entende-se que a essência ainda está presente, pois os índices de inflação e desemprego continuam baixos.

Portanto, este trabalho teve como objetivo apresentar as principais características do modelo sueco e analisar a questão do pleno emprego no contexto deste modelo. Assim, espera-se que a análise realizada tenha auxiliado no entendimento sobre esse modelo econômico e que os questionamentos e *insights* que foram apresentados sejam úteis para enriquecer e incentivar novos estudos e debates sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGELL, Jonas. Why Sweden's Welfare State Needed Reform. **The Economic Journal**, Oxford, Vol. 106, No. 439, p. 1760-1771, Nov. 1996.

ARNASON, Birgir; THOMAS, Alun. **Sweden**: Selected Issues. Washington: IMF, 1998. 79p. (IMF Country Report No. 98/124)

ANDERSSON, Martin; GUNNARSSON, Christer. **Egalitarianism in the process of Modern Economic Growth**: The case of Sweden. Lund: Lund University, 2004. 39p. (Background Paper to World Development Report 2006, World Bank)

BERGH, Andreas. The Universal Welfare State: Theory and the Case of Sweden. **Political Studies Association**, Oxford, Vol. 52, p. 745-766, 2004.

BERGMARK, Åke; PALME, Joakim. Welfare and the unemployment crisis: Sweden in the 1990s. **International Journal of Social Welfare**, Oxford, nº 12, p.108-122, 2003.

BERNANKE, Ben S.; MISHKIN, Frederic S. **Inflation targeting:** A new framework for monetary policy? Cambridge, NBER, 1997. 30p. (Working Paper nº 5893)

BJORKLUND, Anders; FREEMAN, Richard B. **Generating equality and eliminating poverty, the Swedish way**. Cambridge: NBER, 1994. 72p. (Working Paper n. º 4945)

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia.** 3ª Ed. São Paulo: Pearson Education, 2004. 620p.

BLOMQVIST, Paula. The choice revolution: Privatization of Swedish Welfare services in the 1990s. **Social Policy & Administration**, Oxford, Vol. 38, No. 2, p. 139-155, Apr-2004.

CERRA, Valerie; SAXENA, Sweta Chaman. **Eurosclerosis of Financial Collapse**: Why Did Swedish Incomes Fall Behind? Washington: IMF, 2005. 25p. (Working Paper 05/29)

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6ª ed. São Paulo: Editora Campus, 2000. 700p.

CHICK, Victoria. On Open Systems. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Vol. 24, nº 1, p. 03-16, Jan-Mar 2004.

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook 2005**. Disponível: <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/sw.html>. Acesso em 21.12.2006

CLAROS, Augusto Lopez et al. **Global Competitiveness Report 2006 – 2007**: World Economic Forum. London: Palgrave Macmillan, 2006. 308p.

CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE. **Facts about Sweden's economy 2005**. Elanders: Östervåla, 2005. 92p.

_____. **Facts about Sweden's economy 2004**. Elanders: Östervåla, 2004. 87p.

CORONEL, Jason. **Foundations, Decline and Future Prospects of the Swedish Welfare Model**: From the 1950s to the 1990s and Beyond. In: Tenth Annual Illinois Conference for Students of Political Science, Illinois State University, Normal, Illinois, April 4, 2002. Disponível em: <http://lilt.ilstu.edu/critique/spring2002docs/jcoronel.htm > . Acesso em 21.05.2006.

DAVIS, Steven J.; HENREKSON, Magnus. **Industrial policy, employer size, and economic performance in Sweden**. Cambridge: NBER, 1995. 65p. (Working Paper n. º 5237)

EDEBALK, Per Gunnar. Emergence of a Welfare State – Social Insurance in Sweden in 1910s. **Journal of Social Policy**, Cambridge, nº 29, 4, p. 537-551, 2000.

EDVINSSON, Rodney. **Growth, Accumulation, Crisis**: With New Macroeconomic Data for Sweden 1800-2000. 2005. 456p. Tese (Doutorado em Economia) – Almqvist & Wiksell International; Stockholm, 2005. Disponível em: Link: http://www.diva-portal.org/su/theses/abstract.xsql?dbid=378 . Acesso em 21.12.2006.

EKLUND, KLAS. Gösta Rehn and the Swedish Model: Did we follow the Rehn-Meidner Model too little rather than too much? In : MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs.). **Gösta Rehn, the Swedidh Model and Labour Market Policies**. Hampshire: Ashgate, 2001. cap. 3, p.53-72.

ERIXON, Lennart. **Travelling Along the Third Way:** A Swedish Model of Stabilisation, Equity and Growth. Stockholm: Stockholm University, 2005. 82p.

_____.**The 'Third Way' Revisited**: A Revaluation of the Swedish Model in Light of Modern Economics. Uppsala: Uppsala Universitet, 2000. 101p. (FIEF Working Paper n. º 159)

_____.**The Golden Age of the Swedish Model**: The Coherence Between Capital Accumulation and Economic Policy in Sweden in the Early Postwar Period. Stockholm: Stockholm University, 1997. 76p.

ERVASTI, Heikki. Fragmentation and individualization? The legitimacy of Corporatism among the FIniish Labour Force. In : MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs.). **Gösta Rehn, the Swedidh Model and Labour Market Policies**. Hampshire: Ashgate, 2001. cap. 7, p.119-144.

FALL, Johan; FRYCKLUND, Jonas; WALLEN, Fabian. Key figures – Sweden and the rest of the world. **Facts about Sweden's economy, 2005**. Elanders: Östervåla, 2006. cap. 01, p. 09-19.

FREEMAN, Richard B. The large Welfare State as a system. **The American Economic Review**, Washington, Vol. 85, No. 2, p. 16-21, Jan-1995.

FRIEDMAN, Milton. Inflação e Desemprego: a novidade da dimensão política. **Literatura Econômica**, vol. 7, nº 03, pp. 381-408, 1985.

HJALMARSSON, Lennart. El modelo Escandinavo de política industrial. In: BLOMSTRÖM, Magnus; MELLER, Patrício (orgs). **Trayectorias Divergentes**: Comparacion de Un Siglo de Desarrollo Económico Latino Americano y Escandinavo. Santiago de Chile: Ediciones Pedagógicas Chilenas, 1990. cap. 10, p.263-283.

HEIKENSTEN, Lars. **Financial Crisis – Experiences from Sweden**. In: Seminar arranged by the Swedish Embassy, Seoul, Korea, 1998. Disponível em: <http://www.riksbank.se/upload/1752/980715e.pdf >. Acesso em 28 ago. 2006

HEIKENSTEN, Lars; VREDIN, Anders. **The art of targeting inflation**. Sveriges Riksbank Quartely Review 2002:4. Stockholm: Sveriges Riksbank, 2002. 34p. Disponível em:

<www.riksbank.com/upload/dokument_riksbank/kat_publicerat/artiklar_pv/pv02_4_artikel1.pdf > Acesso em 07 set. 2006.

HIBBS, Douglas A. J.; LOCKING, Håkan. **Wage dispersion and productivity efficiency**: Evidence for Sweden. Göteborg: Göteborg University, 2000. 35p (Working Paper nº 21)

HÖGFELDT, Peter. **The History and Politics of Corporate Ownership in Sweden**. Cambridge: NBER, 2004. 62p. (Working Paper n.º 10641).

HØGSNES, Geir; LONGVA, Frode. Decentralized wage bargaining: A threat to incomes policy goals or an instrument of flexibility? In : MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs.). **Gösta Rehn, the Swedidh Model and Labour Market Policies**. Hampshire: Ashgate, 2001. cap. 8, p.145-166.

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook Database, September 2006**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/data/index.aspx> . Acesso em 21.12.2006.

JOCHEM, Sven. Equality, solidarity and the Welfare State. The Nordic employment performance in comparative perspective. In : MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs.). **Gösta Rehn, the Swedidh Model and Labour Market Policies**. Hampshire:

LINDBECK, Assar. The Swedish Experiment. **Journal of Economic Literature**, Vol. 35, No. 3, p. 1273-1319, Sep.,1997.

LUNDBERG, Erik. The Rise and Fall of the Swedish Model. **Journal of Economic Literature**, Vol. 23, No. 1, p.1-36, Mar.,1985.

MANKIW, N. Gregory. **The Inexorable and mysterious tradeoff between inflation and unemployment**. Cambridge: NBER, 2000. 30p. (Working Paper n. º 7884)

MCCALLUM, Bennett T. **Inflation targeting in Canada, New Zealand, Sweden, The United Kingdom, and in general**. Cambridge: NBER, 1996. 36p. (Working Paper n.º 5579)

MEIDNER, Rudolf et al. **Trade Unions and Full Employment**. Report to LO Congress 1951. Stockholm: The Swedish Confederation of Trade Unions (LO), 1953. 109p.

MEIDNER, Rudolf. **An alternative design of macroeconomic policies aiming at restoring full employment**. Stockholm: National Institute for Working Life, 1998. 15p. (Working Paper nº II/9)

_____. **The Swedish Model in an Era of Mass Unemployment**. Economic and Industrial Democracy, Vol. 18, No. 1, p.87-97, 1997.

_____. Why Did the Swedish Model Fail? In: MILIBAND, R. e PANITCH, L. (eds.). **Real problems, false solutions,** Londres, Socialist Register 1993, p.211-227, 1993.

MOENE, Karl Ove; WALLERSTEIN, Michael. The Scandinavian Model and Economic Development: Praised but dismissed. **Development Outreach**, World Bank, 2005. Disponível em <www1.worldbank.org/devoutreach/textonly.asp?id=352>. Acesso em 21 mar. 2006.

NIER – NATIONAL INSTITUTE OF ECONOMIC RESEARCH. **Statistics – Swedish Economy**. Stockholm, 2006. Disponível em : < http: //www.konj.se / sidhuvud / inenglish/statistics.4.302e67fd1ec1776c7fff1914.html > . Acesso em 06.05.2006.

NÖRSTROM, Hanna W. Globalisation and foreign trade. In: CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE. **Facts about Sweden's economy, 2005**. Elanders: Östervåla, 2005. cap. 03, p.36-47.

ÖBERG, Svante. **Sweden – a low inflation economy**. In: SPEECH – STOCKHOLM UNIVERSITY, 21.03.2006. Stockholm: Sveriges Riksbank, 2006. 09p. Disponível em: < http: //www.riksbank.se/pagefolders/25290/060321e.pdf >. Acesso em: 25.jan.2007.

REHN, Gösta. The problem of stability: an analysis and some policy proposals. In: TURVEY, Ralph (ed.). **Wages policy under full employment**. Londres: William Hodge, 1952. cap. 03, p. 30-54.

ROJAS, Mauricio. **Sweden after Swedish model**: From Tutorial State to Enabling State. Stockholm: Timbro Publishers, 2005. 92p.

_____. The 'Swedish Model' in Historical Perspective. **Scandinavian Economic History Review**, p. 64-74, 1991.

ROSEN, Sherwin. Public employment and the Welfare State in Sweden. **Journal of Economic Literature**, Vol. 34, No. 2, p. 729-740, Jun., 1996.

RUPERT, MARK. **Producing Hegemony**: The Politics of Mass Production and American Global Power. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 280p.

SCHIMMELPFENNING, Axel; MEHREZ, Gil. **Sweden**: Selected Issues. Washington: IMF, 2002. 44p. (IMF Country Report No. 02/160)

SÖDERSTEN, Bo. Cien Años de Desarrollo Económico Sueco (1870-1970). In: BLOMSTRÖM, Magnus; MELLER, Patrício (orgs). **Trayectorias Divergentes**: Comparacion de Un Siglo de Desarrollo Económico Latino Americano y Escandinavo. Santiago de Chile: Ediciones Pedagógicas Chilenas, 1990. cap. 02, p.29-52.

STATISTICS SWEDEN. **Statistical Database**. Stockholm, 2006. Disponível em: <http://www.ssd.scb.se/databaser/makro/start.asp?lang=2>. Acesso em 15.mar.2006.

SVANLUND, Jonatan. **The Swedish income distribution during 20th century**. In: Svenska ekonomisk-historiska Motet, October 17 – 19, 2003. Lund: Lund University,2003. 19p.

SWEDISH INSTITUTE. **Swedish labor market policy**. Stockholm: Sweden, 2005. 04p.

_____. **Social Insurance in Sweden**. Stockholm: Sweden, 2004. 02p.

TOFT, Christian. The making of the Danish employment services, 1960-72. Central and local policy choices, employer demand, and trade union resistance. In : MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs.). **Gösta Rehn, the Swedidh Model and Labour Market Policies**. Hampshire: Ashgate, 2001. cap. 10, p.189-220.

TURNER, Dave et al. Estimating the structural rate of unemployment for the OECD countries. In: OECD. **OECD Economic Studies,** No.33, 2001/II, p. 172-211. Paris: OECD, 2001.

UN – UNITED NATIONS. **Human Development Report 2006**: Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis. New York: United Nations, 2006. 422p.

WHYMAN, Philip. **Sweden and the 'Third Way'**: A macroeconomic evaluation. Hampshire: Ashgate, 2003. 247p.

WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington: World Bank, 2003.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo